



n . 3
j u l - s e t
2 0 2 3

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editores Executivos

Marianna Albuquerque e Diogo Ives de Quadros

Editora Adjunta

Kethlyn Winter

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Leticia Pinheiro

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Queiroz Alves

Isabella Pereira

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Kethlyn Winter

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



IESP. UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



Sumário

EDITORIAL

ORDEM GLOBAL EM MUDANÇA: TRANSFORMAÇÕES NOS ESPAÇOS MULTILATERAIS E O BRASIL

MARIA REGINA SOARES DE LIMA.....PÁGINA 04

ARTIGOS

POR ONDE ANDA A AMÉRICA DO SUL? UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA ABERTURA 78ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

MARIANNA ALBUQUERQUE, DIOGO IVES, DÉBORA BEDIM, GHAIO NICODEMOS, GUILHERME FRITZ, ISABELLA PEREIRA, JEFFERSON NASCIMENTO, JÚLIA FURTADO, KETHLYN WINTER, MARÍLLA CLOSS, STEPHANIE BRAUN E THAIS BATISTA.....PÁGINA 09

A EXPANSÃO DO BRICS E AS IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL

DIOGO IVES.....PÁGINA 17

G20: PERSPECTIVAS PARA A PRESIDÊNCIA BRASILEIRA

MARIANNA ALBUQUERQUE.....PÁGINA 23

O GOVERNO DA UNIDADE POPULAR E OS 50 ANOS DO GOLPE NO CHILE

TIAGO NERY.....PÁGINA 30

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A CÚPULA DA AMAZÔNIA COMO PLATAFORMA PARA O FORTALECIMENTO DA “OPEP DO CARBONO FLORESTAL”

BEATRIZ TRIANI.....PÁGINA 37

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: AGOSTO DE 2023

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 43

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: SETEMBRO DE 2023

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 55

Editorial

Ordem Global em Mudança: Transformações nos Espaços Multilaterais e o Brasil

Já se tornou lugar comum, nas análises políticas, a constatação de que estamos experimentando um momento de profundas transformações globais. De modo geral, a ênfase recai na afirmação de que estaríamos vivendo um momento de transição de poder em que o conflito entre a(s) potência(s) dominante(s) em declínio e a(s) desafiante(s) em ascensão se exacerbaria a ponto de resultar em guerra por uma nova hegemonia. Não há como negar que a disputa geopolítica entre EUA, de um lado, e China e Rússia, de outro, tornou-se dominante nesta quadra internacional, assim como se ampliou o comportamento unilateral dos três países.

Os EUA buscam impor que a guerra na Ucrânia se transforme na principal disputa internacional, recriando a lógica da bipolaridade da Guerra Fria entre Ocidente democrático e Oriente autocrático. A Rússia, por seu lado, deu continuidade à anexação da Crimeia (feita em março de 2014) ao invadir o território ucraniano, a partir de 2022, retomando o que considera ser seu perímetro de segurança estratégica na Europa do Leste, perdido com o fim da Guerra Fria. A China, por sua vez, bem mais sutil em suas iniciativas estratégicas, também vem ampliando sua projeção política, econômica e militar, seja em seu entorno estratégico mais imediato, no Mar da China, seja nas relações com os países do Sul.

Ainda que as disputas geopolíticas tenham se tornado mais frequentes entre a coalizão do Atlântico Norte, liderada pelos EUA, cuja hegemonia vem sendo contestada pela China, pela Rússia e, no plano normativo, pelos países emergentes e pelo Sul de modo geral, a configuração da ordem internacional na atualidade envolve outros elementos também. Três conjunturas críticas tornaram mais complexa a configuração institucional global e os formatos multilaterais de interesse para países como o Brasil: a crise financeira de 2008, a pandemia da Covid-19 e a crise climática. A última, agravada pela maior incidência aleatória de eventos climáticos extremos em todo o planeta e por sua contribuição para tornar novas pandemias um fenômeno recorrente no mundo globalizado, pode atingir o limiar de um ponto de não retorno em diversas regiões.

Um quarto fenômeno propiciado pelo fim da Guerra Fria e pela fragilização das fronteiras ideológicas e territoriais é a internacionalização da sociedade civil, em particular naqueles contextos nacionais que já contavam, por várias razões, com a mobilização de movimentos organizados de setores da sociedade civil, como é o caso do Brasil. Debates em torno da crise econômica de 2008, da pandemia de 2020-2021 e das mudanças climáticas globais foram e são profundamente atravessados por conhecimentos especializados, interesses e pressões da sociedade civil, em diversos países, o que reduziu a margem de autonomia de governos e burocracias na operação da diplomacia internacional.

O quadro que emerge da breve descrição acima é bem mais complexo do que aquele derivado da simplificação operada pelas teses realistas da transição de poder.

Na primeira década após o fim da Guerra Fria, a internacionalização da sociedade civil sustentou a hipótese de uma dualidade entre, por um lado, uma governança cosmopolita com instituições multilaterais universais, com delegação de poder das autoridades estatais nacionais capazes de garantir a paz mundial e, por outro lado, a persistência da “anacrônica” ordem das soberanias, com forte coordenação dos Estados nacionais e práticas calcadas na assimetria de poder, em uma replicação das práticas realistas do passado, por outro lado. Nem uma coisa, nem outra ocorreram, contudo.

A globalização e a internacionalização da sociedade civil coincidiram com a expansão

de novas questões globais para além das clássicas, localizadas fora das fronteiras territoriais dos Estados, atinentes à esfera doméstica. Iniciando-se com a criação da OMC e a transformação de países como o Brasil em *demandeurs* nas negociações comerciais internacionais, o processo de socialização, voluntária ou coagida, das novas práticas e normas internacionais, aprofundou-se com a emergência de conjunturas críticas que ampliaram a natureza e a agenda das questões globais, para além dos temas clássicos de segurança e comércio internacionais. Contudo, representantes do Estado não perderam o monopólio sobre a decisão final assumida por um país em qualquer negociação.

Uma das consequências foi a gradativa institucionalização da participação da sociedade civil em diversos âmbitos multilaterais, conjuntamente com a representação diplomática governamental. Simultaneamente, ampliou-se a necessidade de maior coordenação entre setores burocráticos domésticos e agendas transversais, além de conhecimento interdisciplinar. A qualificação científica e profissional da sociedade civil passou a ser uma condição necessária para a credibilidade da sua atuação, seja no âmbito multilateral, seja no doméstico. Contudo, algumas questões internacionais podem gerar conflitos distributivos sérios e tendem a ser incorporadas à disputa política interna. O processo decisório de política externa se tornou mais politizado e mais incerto para os formuladores da mesma.

Como consequência, o desenho institucional de diversos âmbitos multilaterais vem se modificando profundamente com a institucionalização de diferentes espaços de participação da sociedade civil, bem como a natureza dos formatos multilaterais. Se instâncias universais como a ONU podem estar sofrendo com a paralisia decisória, fruto da disputa geopolítica atual, outros âmbitos multilaterais tendem a variar sua configuração em função das necessidades de coordenação das posições dos governos nacionais em questões as mais diversas que alcançaram o status de questões globais.

No arcabouço multilateral em mudança, disputas geopolíticas convivem com a presença da sociedade civil, criando oportunidades inusitadas para países com escasso poder material, mas profundo conhecimento da diplomacia multilateral. É o que se viu na participação brasileira de agosto a setembro de 2023 em diversos fóruns multilaterais, no esforço do atual governo de reconstruir e forjar um novo lugar para o Brasil depois do abandono das instâncias multilaterais pelo governo passado.

Neste período, entre 8 e 9 de agosto, o Brasil organizou e coordenou a realização, em Belém do Pará, da IV Cúpula de Chefes de Estado dos países signatários da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, tratado que estava praticamente inerte desde sua criação em 1976, mesmo após o advento da OTCA, em 1995. O tratado nunca fora acionado para atividades substantivas de fato, para além de três cúpulas presidenciais (em 1989, 1992 e 2009) que não tiveram consequências relevantes. Em seguida, entre 22 e 24 de agosto, o país participou da 15ª Cúpula dos BRICS, em Johannesburgo. Mais adiante, em Nova Délhi, de 9 e 10 de setembro, foi a vez da Cúpula do G-20, onde o Brasil assumiu a presidência temporária anual do fórum. Nem Putin nem Xi Jinping compareceram à Cúpula do G-20. Finalmente, em 19 de setembro, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente Lula da Silva pronunciou o tradicional discurso de abertura do evento, prerrogativa que o Brasil mantém desde a fundação da ONU. Todos estes encontros são examinados neste Boletim com artigos analíticos de Beatriz Triani (Cúpula Pan-Amazônica), Diogo Ives (Cúpula dos Brics), Marianna Albuquerque (Cúpula do G-20) e toda a equipe do OPISA (abertura da 78ª Assembleia Geral).

Importa aqui salientar algumas peculiaridades destes espaços multilaterais que estão na direção das observações gerais acima. Começando com a Cúpula dos BRICS, o único que não conta com a participação institucionalizada da sociedade civil. A principal agenda de interesse imediato da China era a expansão dos membros. Esta não era a preferência brasileira, nem indiana, ainda que a inclusão da Argentina, entre os novos membros,



poderia proporcionar, por via do Banco dos BRICS, um colchão de liquidez àquele país, como desejado pelo Brasil. A preferência brasileira e indiana estava no segundo item da agenda, a criação de uma moeda própria entre os países BRICS ou pelo menos possíveis mecanismos que pudessem diminuir o peso do dólar nas transações entre eles. O tema praticamente não avançou durante a Cúpula, assim como a agenda de mudança climática e transição energética.

Ficou a dúvida se a China, como a principal economia do grupo, prefere avançar estes temas bilateralmente. A China foi a grande vencedora na agenda de expansão dos membros, sua prioridade, de fato. Por outro lado, ficou evidente que a participação nos BRICS dá ao Brasil mais opções no mercado financeiro internacional, seja por via do Banco dos BRICS, da criação de moeda própria ou da existência de agências de risco chinesas com metodologias distintas daquelas que operam no mercado dos títulos soberanos internacionais. Por outro lado, o Brasil, e certamente a Índia, não pretendem fazer de sua participação nos BRICS um instrumento de pressão e oposição à aliança ocidental, mas uma garantia de alternativas de *exit* no mercado de capitais internacionais.

O espaço multilateral do G-20 é talvez aquele que apresenta maior potencial de sucesso para a diplomacia multilateral dos emergentes em função de sua expansão temática e configuração institucional mais complexa, garantindo canais distintos de negociação dos membros entre assuntos financeiros e socioeconômicos, bem como a participação mais institucionalizada da sociedade civil. Mas, na Cúpula de Nova Délhi, o G-20 chegou esvaziado, com as ausências de Putin e Xi Jinping e a perspectiva de não se anunciar um documento final de consenso em função do tema da guerra na Ucrânia, que divide fortemente a aliança do Atlântico Norte e os emergentes do Sul. Contudo, graças a negociações frenéticas envolvendo Índia, Brasil e África do Sul, bem como uma atenuação da postura de Joe Biden, decidido a não deixar naufragar o encontro, foi possível chegar a uma declaração final de consenso entre os participantes. Ademais, Brasil, Índia e EUA lideraram a criação da Aliança Global de Biocombustíveis, reunindo 19 países.

O saldo mais importante do encontro foi a vitória da Índia e a visível mudança de seu protagonismo político, que reflete sua ascensão à condição de quinta maior economia global disposta a oferecer alternativas econômicas aos países do Norte e disputar a influência política da China no Sul. Também ficou evidente o diferencial de poder entre Brasil e Índia desde a formação do BRIC, em 2009, com Rússia, China, Índia e Brasil. Hoje, o Brasil chega menor às instâncias multilaterais, o que implica um novo desafio de forjar uma identidade internacional que possibilite um maior espaço de manobra nos espaços multilaterais.

Para o Brasil, porém, o protagonismo político indiano foi fundamental para a transição, bem sucedida, da presidência temporária do G-20, da Índia para o Brasil. Este contexto negociador favorável, desviando dos prognósticos desanimadores do início da Cúpula, permitiu ao Brasil apresentar sua agenda de temas para seu mandato na presidência do G-20 nos próximos meses. Na verdade, a anunciada tríade “inclusão social e combate à fome; transição energética e desenvolvimento sustentável; e reforma das instituições de governança global” passou a ser a agenda diplomática brasileira em todos os âmbitos multilaterais em que o país vem atuando.

Foi o que ficou claro no discurso de abertura da Assembleia Geral do presidente Lula da Silva, no final do mês de setembro. Com exceção de Joe Biden, nenhum dos demais chefes de Estado do P5 compareceu à Assembleia. De modo geral, o discurso foi muito bem recebido, pois Lula da Silva evitou todos os temas polêmicos, como Ucrânia, Venezuela e a ideia de “democracia relativa”, que haviam provocado reações muito críticas no plano doméstico a partir de declarações infelizes anteriores. Como o discurso visa, em parte, o público interno, o objetivo diplomático foi atingido neste quesito. A recepção do mesmo foi muito positiva mesmo entre analistas e jornalistas críticos da política externa lulista. Deste ponto de vista,



foi talvez a primeira vez que a política externa recebeu aprovação generalizada da mídia mainstream e do público atento.

Ainda sobre o Brasil, cabem algumas observações sobre o artigo de Beatriz Triani, pesquisadora do OIMC, sobre a Cúpula Pan-Amazônica, em Belém do Pará. Neste artigo, a autora analisa o saldo geral da Cúpula e chama a atenção para as distintas significações sobre a eventualidade da formação de uma aliança inter-regional, envolvendo todos os países detentores das maiores florestas tropicais no planeta, além da Pan-Amazônia: Indonésia, RDC e República do Congo.

Cunhado por analistas do Norte, uma aliança desta natureza se aproximaria de uma “*OPEP do Carbono Florestal*”, acentuando a eventual condição de monopólio dos países florestais no *trade off* de serviços ambientais prestados para o mercado de carbono. Significado distinto do mesmo movimento foi dado na importante declaração ao final da Cúpula, assinado por todos os países pan-amazônicos, além de Indonésia, RDC e República do Congo: “*Unidos por Nossas Florestas*”. A última acentuou sua composição de países em desenvolvimento e sua contribuição tanto em termos materiais para manter a floresta em pé, evitando o ponto de não retorno e preservando sua biodiversidade, quanto política, ao gestar uma ação coletiva entre países florestais para a produção de um bem coletivo ao planeta. Conjecturas críticas, como a aceleração da crise climática, criam condições para que se ampliem os incentivos à cooperação internacional entre Estados a respeito de questões que institucionalmente se situam dentro das fronteiras nacionais, como a governança de florestas. Simultaneamente, a atuação de sociedades civis dos países do Sul internacionaliza-se, à medida que temas de âmbito doméstico atingem status de questões globais. Consequentemente, avança-se uma relativa institucionalização da participação social em alguns fóruns de negociação que importam para os países do Sul. Talvez nada ilustre tão bem o argumento quanto a Cúpula Pan-Amazônica, que foi precedida por dois dias de intensos debates e discussões com a participação de amazônidas e atores da sociedade civil nos chamados Diálogos Amazônicos.

A própria reativação e re-significação da OTCA é um exemplo da formação de um espaço multilateral novo e distinto dos demais que importam ao Brasil. O país abriga 59% da floresta e é responsável por 75% da área desmatada. Segundo a teoria olsoniana da ação coletiva, caberia ao Brasil coordenar a ação coletiva pan-amazônica. A inclusão dos demais detentores de florestas tropicais amplia o alcance político desta coordenação regional.

O mais importante, porém, é que este novo espaço multilateral seria inédito para o Brasil, já que seria o primeiro de âmbito multilateral com a participação de *stakeholders* no tema ambiental e da mudança climática na atualidade e de natureza inter-regional, um movimento relativamente recente na complexa política internacional contemporânea. Mas, para que esta possibilidade se concretize no futuro, o Brasil teria que ser bem sucedido no âmbito regional da Pan-Amazônia. Os desafios são inúmeros e incluem alcançar uma posição consensual entre todos os países pan-amazônicos em dois itens cruciais pelo menos: a substituição dos combustíveis fósseis e o desmatamento. Entretanto, mudança climática e meio ambiente são temas que provocam conflitos distributivos sérios na política doméstica e dificultam consensos.

A crise climática é uma oportunidade para o Brasil redefinir sua identidade internacional de país do Sul, em um contexto em que o Sul está cada vez mais diverso e os emergentes se diferenciaram bastante. Abrigar a maior parte de um ativo diplomático de peso na agenda internacional, como é a Amazônia, dá ao Brasil uma enorme oportunidade de ampliar sua presença e influência na governança global. Além disso, a cooperação entre países da América do Sul, África e Ásia sinaliza que não é o multilateralismo per se que está em crise, mas modelos de multilateralismo que ficaram presos a contextos políticos do passado, como o Conselho de Segurança da ONU com seu poder de veto dos cinco membros



permanentes, mesmo em uma situação de disputa crescente entre eles.

A partir deste Boletim OPSA, a segunda parte da publicação vai incluir os resultados iniciais do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, na parte do projeto desenvolvida pelo OPSA. Este projeto é vinculado ao edital Amazônia+10, lançado pelo Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), em 2022. A pesquisa é executada por pesquisadores do IESP-UERJ e da UFAC, UFAM, UFPA, UFT, UNEMAT, UNIFAP e UNIR. Recebe financiamento das fundações de pesquisa de todos os estados envolvidos. Os trabalhos foram iniciados em 2023 e tem encerramento previsto para 2025 ou 2026, a depender do estado e do cronograma de desembolso dos recursos.

O projeto tem o objetivo de investigar as percepções, interesses e ações de diferentes atores políticos que têm poder de incidência no desenvolvimento sustentável da Pan-Amazônia, a fim de compreender as possibilidades de cooperação e conflito entre eles. As pesquisas investigam os governos dos estados amazônicos do Brasil, os governos nacionais dos países sul-americanos que abrigam a floresta amazônica, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), os governos de potências extrarregionais e as organizações e fóruns multilaterais globais mais relevantes para os temas em análise. No IESP-UERJ, o projeto está sendo desenvolvido por três grupos de pesquisa: LEGAL, coordenado por Fabiano Santos; OIMC, por Carlos Milani e OPSA, por Maria Regina Soares de Lima. Fabiano Santos é o coordenador geral do Projeto no âmbito do IESP-UERJ.

Esta parte do Boletim inclui artigos analíticos e um dossiê mensal de monitoramento das visões e ações envolvendo a dimensão regional da governança pan-amazônica atualmente, nas agendas dos Presidentes e dos Ministérios de Relações Exteriores. Serão monitorados os governos nacionais dos países pan-amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname, Peru e Venezuela), além da OTCA.

Por fim, este Boletim conta com um artigo especial de Tiago Nery, pesquisador colaborador do OPSA, sobre os 50 anos do golpe no Chile. Numa data que se tornou fatídica na história contemporânea, em 11 de setembro de 1973, os militares derrubaram o governo Allende, inaugurando a relação perversa entre neoliberalismo, entendido enquanto hegemonia de uma ordem social organizada pela lógica do mercado, e sua total incompatibilidade com a democracia como governo do povo. O artigo tem enorme atualidade quando nos conscientizamos que atualmente a hegemonia da sociedade de mercado é talvez uma das principais ameaças à democracia e o principal combustível para a ascensão política da extrema direita que paira em nossas sociedades.

Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2023.

Maria Regina Soares de Lima¹

Coordenadora do OPSA

1 Este texto é fruto de uma profícua troca de ideias com Marianna Albuquerque e Diogo Ives, respectivamente, coordenadora e coordenador-adjunto do OPSA. Agradeço os comentários críticos de ambos e a revisão cuidadosa do texto por Diogo Ives.



Por onde anda a América do Sul? Uma análise dos discursos da abertura 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

Marianna Albuquerque, Diogo Ives, Débora Bedim, Ghaio Nicodemos, Guilherme Fritz, Isabella Pereira, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs, Stephanie Braun e Thais Batista

Pesquisadores do OPISA

Introdução

Anualmente, os discursos de alto nível na sessão de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas são densamente analisados por internacionalistas, jornalistas e diplomatas. O momento é interpretado como um marco em que as políticas externas dos Estados são delineadas, por altas autoridades, em um fórum de alcance universal. Em 2023, por ocasião da abertura da 78ª Sessão da Assembleia Geral, no entanto, as dúvidas eram maiores do que as certezas – a começar pelos participantes. Contrariando padrões históricos, diversos Estados-membros da ONU não estiveram representados pelos seus chefes de governo, mas por vices ou Ministros. O esvaziamento coincide com a persistência da crise na organização, ilustrada pelas críticas, sobretudo advindas dos países europeus, da imobilidade em relação à guerra da Ucrânia.

Se os Estados-membros têm dúvidas em relação à eficácia da ONU, o inverso é igualmente verdadeiro. O Secretário-Geral, Antonio Guterres, em mais uma tentativa de fazer com que as questões climáticas sejam prioritárias, convocou a SDG Summit, cujo foco era avaliar e aprimorar os mecanismos de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Apesar dos diversos apelos de Guterres, as estimativas em relação ao alcance das metas climáticas e dos ODS não são otimistas.

Em paralelo, a expansão de membros e mandatos de outros fóruns, como o G20 e os BRICS, geram novas questões sobre o uso de espaços alternativos – e menos representativos – para avançar agendas cuja responsabilidade deveria recair sobre a ONU. Com os novos rumos geopolíticos, no qual a guerra da Ucrânia e a ascensão da Ásia convidam os países a repensar estratégias, uma região tem sido quase ausente das prioridades, seja da ONU, seja de seus membros: a América Latina e, sobretudo, a América do Sul.

As explicações para a relegação da América do Sul ao segundo plano são inúmeras: uma região estável em um mundo de instabilidade, o histórico relativamente limitado de conflito entre seus membros, a localização geográfica pouco próxima dos atuais grandes centros de atenção – como Rússia, Índia e China, a presença dos Estados Unidos, entre outras. Isto esconde que a América do Sul é uma região viva, cuja narrativa de ausência de crises esconde contradições e conflitos políticos, por um lado, e iniciativas inovadoras e merecedoras de crédito, a exemplo da revitalização da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Dessa forma, a abertura da Assembleia Geral seria uma grande oportunidade para que os países sul-americanos apresentassem ao mundo quais são suas ambições, suas demandas e suas visões de mundo. Apresentamos, abaixo, uma análise de como cada país da região usufruiu do espaço e da audiência que a ONU proporciona. Todos os discursos analisados podem ser encontrados no site da organização.

Argentina

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, iniciou o seu discurso chamando a atenção para alguns dos principais problemas enfrentados na atual conjuntura internacional: a pandemia, a crise climática e a guerra na Ucrânia. Fernández mencionou que a Rússia,



ao ocupar o território ucraniano, foi a responsável por desatar a guerra e que o conflito tem gerado “terríveis consequências em termos humanitários”. Destacou também que a disputa bélica está gerando níveis históricos de inflação, com impacto nos preços de energia e alimentos. Diante disso, propôs a “eliminação das distorções produzidas por subsídios” e defendeu que os alimentos não devam ser objeto de especulação financeira.

Com relação à crise climática, o presidente afirmou a necessidade de aplicar uma “arquitetura de financiamento ambiental multilateral justa, transparente e equitativa”, baseada no princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Criticou, ainda, o sistema financeiro internacional, enfatizando a sua insatisfação com a atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Fernández, tal engenharia financeira a que mundo está submetido é “abusiva”, ao “concentrar a renda nas mãos de poucos” e apostar na especulação, em detrimento do desenvolvimento. O presidente argentino disse que é hora de promover a justiça social no mundo.

Por outro lado, Fernández afirmou a necessidade de fortalecer a integração dos países da América Latina e de Caribe, com um enfoque solidário e cooperativo, visando à promoção de obras de infraestrutura que os permitam ter competitividade industrial. Ao se referir à região, o presidente citou dois países em particular: Cuba e Guatemala. Demonstrou preocupação com a situação política da Guatemala e exortou a comunidade internacional para que ative os mecanismos voltados para garantir o respeito ao voto popular. Com relação à Cuba, reforçou a posição contrária ao bloqueio e às sanções impostas pelos Estados Unidos, além de solicitar a exclusão da ilha caribenha da lista de países que, supostamente, patrocinam o terrorismo internacional.

A propósito, Fernández garantiu que o Estado argentino continua investigando os atentados à Embaixada de Israel na cidade de Buenos Aires, ocorrido em 1992, e à sede da Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), em 1994. O mandatário argentino solicitou ao Irã que coopere com as investigações. Além desses incidentes, chamou a atenção da comunidade internacional para a crise humanitária vivida pelo povo armênio no Corredor de Lachin, onde o Azerbaijão vem empreendendo operações militares.

Com relação às questões domésticas, o presidente mencionou a importância dos 40 anos de democracia vividos na Argentina, completados este ano, e reforçou o compromisso da luta pelos direitos humanos, pela igualdade de gênero e em favor da diversidade. Salientou também a sua posição em favor dos “direitos legítimos de soberania” da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, que estariam sendo ocupadas “ilegalmente” pelo Reino Unido há décadas.

Bolívia

Em seu discurso, Luis Arce, presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, apontou que o que chama de ‘crise capitalista’ põe em risco a humanidade e a existência do planeta. No geral, a denúncia das desigualdades e das injustiças guiou o discurso do presidente na Assembleia Geral, o que mantém o padrão de seus discursos de 2021 e 2022. Para o presidente, o sistema internacional, hoje, ainda replica práticas de dominação e exploração colonial e, com isso, já superou diversos limites planetários. Frente a esta crise, o presidente disse que é necessário restabelecer a confiança e reativar a solidariedade para cumprir com a Agenda 2030.

Luis Arce ressaltou que é preciso uma nova ordem internacional, mas que diversas ideias de superação das crises, muitas delas geniais, já foram apresentadas na ONU e têm sido ignoradas. De acordo com o presidente, a grande maioria dos países está convencida de que é necessária uma ordem com igualdade de direitos e obrigações, “sem senhores e escravos” e “sem sancionadores nem sancionados”. Em seguida, Arce fez menção às injustiças do bloqueio estadunidense à Cuba. Frente a isso, o presidente boliviano apresentou sete ideias para o que chamou de um mundo mais justo e equitativo. Entre elas, destaca-se o fim da corrida armamentista e o diálogo entre os povos para a resolução dos conflitos armados. Afinal, de acordo com o presidente, houve o aumento nos gastos militares a nível internacional e, com isso, a paz se tornou uma meta mais inalcançável. Além disso,

o presidente também enfatizou a importância do fim do comércio internacional injusto e transformações no sistema capitalista.

Brasil

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, abriu seu discurso na ONU destacando a gravidade da crise climática global e seu efeito desproporcional sobre os indivíduos mais pobres. Na sequência, avançou sobre o tema da pobreza e criticou a fome, que atinge 735 milhões de pessoas no mundo hoje; a desigualdade, simbolizada no contraste de que 10 bilionários acumulam a mesma de riqueza que 40% da população mais pobre do mundo; e a falta de acesso a oportunidades de estudo, empregos de qualidade e sistemas de saúde adequados à maioria da humanidade. Como explicação para todos estes problemas, denunciou a falta de vontade política de enfrentá-los por parte de quem governa o mundo.

Após este panorama de críticas ao contexto internacional, Lula voltou-se para o Brasil. Afirmou que o país havia superado um período de ódio, desinformação e opressão, de modo que, agora, estava pronto para voltar a contribuir para o enfrentamento dos principais desafios globais. Frisou a desigualdade como base de todos eles, tanto dentro dos países como entre eles. Afirmou que seu governo buscará cumprir os 17 ODS da Agenda 2030 da ONU e anunciou um 18º, voluntário: alcançar a igualdade racial na sociedade brasileira. Em seguida, elencou políticas públicas anunciadas ao longo dos primeiros nove meses de mandato para melhorar a vida dos mais pobres e de minorias oprimidas.

Em uma terceira parte do discurso, Lula centrou-se no tema da crise climática global. Apontou os países ricos como os principais culpados e endossou o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas como meio para reduzir emissões de gases de efeito estufa de forma justa. Destacou que o Brasil já possui uma matriz elétrica limpa e que seu governo adotou um plano de transformação ecológica em diversos setores da economia, ações de combate a crimes ambientais na Amazônia, revitalização da cooperação entre países amazônicos e busca de diálogo com países detentores de florestas tropicais na África e na Ásia. Reivindicou que os países ricos cumpram promessas de financiamento climático destinado a países pobres.

Posteriormente, Lula enveredou para o tema do multilateralismo, que afirmou estar em crise. Salientou que as bases de uma nova governança econômica mundial precisam ser lançadas para reduzir assimetrias entre países ricos e pobres, assim como para corrigir os excessos da desregulação dos mercados e da apologia do Estado mínimo. Estes excessos teriam pavimentado o caminho para o surgimento de aventureiros de extrema-direita que pregam nacionalismos primitivos, conservadores e autoritários, assolando democracias e corroendo Estados de bem-estar social. O BRICS seria uma plataforma estratégica para se repensar a governança econômica.

Por fim, Lula se concentrou em problemas relacionados à paz. Elencou conflitos e crises existentes na África (sobretudo), Palestina, Guatemala e Ucrânia. Repudiou tentativas de se dividir o mundo em zonas de influência e se reeditar a Guerra Fria. Criticou sanções tomadas unilateralmente (nomeadamente, contra Cuba), em vez de discutidas em fóruns multilaterais. Reivindicou uma reforma do Conselho de Segurança da ONU para aumentar sua representatividade, eficácia e credibilidade. Por fim, realçou que a ONU apenas cumprirá seu papel de construir um mundo mais justo se seus membros se indignarem com a desigualdade e trabalharem para superá-la.

Chile

Gabriel Boric, presidente do Chile, utilizou o seu discurso na Assembleia Geral para trazer luz a três grandes tarefas que acredita que a humanidade deve realizar: a proteção da democracia; a mitigação da crise climática; e o estabelecimento de um enquadramento ético ao desenvolvimento tecnológico. O presidente iniciou o seu discurso lembrando o golpe de Estado chileno de 1973, que completou 50 anos recentemente. De acordo com Boric, desde o



golpe, o Chile percorreu um longo caminho para resgatar a democracia e ampliar os direitos fundamentais, tornando-se hoje um país que aprendeu com lições do passado.

A proteção da democracia e a promoção de direitos humanos, aprendizados oriundos das consequências da ditadura, são tarefas prioritárias no mundo atual, segundo Boric. O presidente afirmou que devemos travar o avanço do autoritarismo e da desinformação ao mesmo tempo em que promovemos os direitos humanos e enfrentamos as desigualdades. Por isso, Boric criticou o regime de Daniel Ortega na Nicarágua por seu caráter ditatorial e pela violação de direitos políticos. Boric ainda enfatizou a busca pelo diálogo multilateral nas soluções de problemas e, nessa linha, criticou as sanções unilaterais dos Estados Unidos a Cuba e a Venezuela. Pautando o respeito pelo Direito Internacional, Boric condenou as agressões russas à Ucrânia e defendeu a criação do Estado da Palestina.

Outra tarefa urgente para Boric é a mitigação das mudanças climáticas. O presidente afirma que os países devem agir rapidamente para modificar seus padrões de consumo e realizar a transição energética. Os impactos da crise são assimétricos e mais devastadores para nações que contribuíram menos com seu agravamento e, por isso, Boric solicitou apoio aos países com maior atividade industrial. Por fim, o presidente destacou a tarefa da condução da transformação tecnológica em curso, que traz desafios que atingem desde questões de privacidade até a desigualdade. O presidente aponta que se deve criar um consenso multilateral em torno de um enquadramento ético para o desenvolvimento e uso de novas tecnologias, como a inteligência artificial. Boric termina seu discurso afirmando que a reforma da governança global e do sistema financeiro são cruciais para a realização de tais tarefas.

Colômbia

O presidente colombiano, Gustavo Petro, durante o seu discurso, reforçou a importância de serem endereçados três principais tópicos: as guerras, os efeitos da crise climática na vida humana e a chamada “luta contra as drogas”. Em relação ao primeiro ponto, lembrou a disparidade com que as guerras na Ucrânia e Palestina são tratadas no cenário internacional, ao mencionar o silêncio frente à guerra ininterrupta na Palestina pelos países do Norte. De forma a buscar uma solução para estes conflitos, o presidente propôs a realização de duas conferências de paz, uma sobre a Ucrânia, e outra sobre a Palestina. A ideia seria de que estas conferências, a serem organizadas pela ONU, poderiam auxiliar na construção da paz em outras regiões do país, como na própria Colômbia.

Ademais, Petro afirma que acabar com as guerras seria o caminho para defender a vida em face da crise climática, a “mãe das crises”. Esta, por sua vez, segue avançando para a extinção planetária, em um mundo no qual, em 2070, haverá bilhões de pessoas sendo obrigadas a se deslocarem de seus lares em direção ao Norte não por conta de suas riquezas, mas em busca de recursos hídricos.

Petro também criticou a chamada “luta contra as drogas”, reforçando o fracasso de mandatários na perseguição contra os produtores de plantas de coca e maconha e que agora lamentam a crise da droga sintética, que faz mais de cem mil vítimas ao ano. Por fim, Petro concluiu reforçando a proposta de acabar com as guerras e de buscar a reforma do sistema financeiro mundial, a partir da liberação no espaço orçamentário dos países para lidar com a crise climática, com o intuito de buscar o financiamento de um capitalismo descarbonizado. Sobre a reforma, o presidente calcula serem necessários US\$ 3 bilhões para conter o avanço das mudanças climáticas. Cabe ressaltar que a proposta de reforma do sistema financeiro elaborada por Gustavo Petro já foi defendida por ele em outras ocasiões, como na cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), ocorrida em agosto de 2023.

Equador

Em seu discurso, o presidente equatoriano, Guillermo Lasso, iniciou a fala destacando



o papel de seu governo na transição ecológica e proteção ambiental. Lasso ressaltou o sucesso da implementação da reserva de Galápagos e do Corredor Marítimo do Pacífico Ocidental e da iniciativa de conversão de dívida por conservação ambiental, estabelecida junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O presidente também chamou atenção para a necessidade de mecanismos de subsídio a ações de mitigação de riscos das mudanças climáticas. Na sequência, destacou o combate à desnutrição infantil e à migração, e apresentou políticas conduzidas por seu governo para lidar com os temas.

Outro elemento que ocupou grande parte do discurso foi a tentativa de sensibilização para questões de segurança internacional e enfrentamento a redes transnacionais de crime organizado. Lasso reforçou que, no âmbito da segurança internacional, seu governo defende uma ‘posição coerente’ frente ao conflito entre Rússia e Ucrânia, e busca a eleição do Equador para uma cadeira temporária no Conselho de Segurança. Na sequência, o presidente apontou que o crime organizado é um problema global que precisa ser enfrentado internacionalmente, e não apenas por esforços domésticos. Lasso citou o recente assassinato do candidato Fernando Villavicencio como uma mazela da corrupção e da violência promovidas pelo crime organizado internacional, que ameaça e desafia a democracia. Encerrou reforçando que o tráfico de drogas, armas e pessoas, além da migração forçada e do garimpo ilegal, compõe um intrincado mosaico de relações que desafia a estabilidade e a ordem democrática, instando a necessidade de apoio global ao combate a essas atividades.

Guiana

Em seu discurso, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, começou dando ênfase ao multilateralismo como a mais efetiva abordagem para a resolução de conflitos, a crise climática, o desenvolvimento econômico e a segurança alimentar. Ali fez considerações sobre as questões climáticas serem um problema comum; contudo, a capacidade de resposta dos países é diferente, e isso se dá por conta das disparidades do processo de desenvolvimento. Países como a Guiana estariam mais vulneráveis às mudanças climáticas por conta de sua geografia costeira, mas, ao mesmo tempo, são grandes contribuintes para a mitigação das emissões de CO₂.

O presidente argumenta que cessar a produção de energias não-renováveis, no curto prazo, não será suficiente para resolver as grandes questões globais se não levar em consideração a condição dos países em desenvolvimento. Ali argumenta que cerca de 900 milhões de pessoas não possuem acesso à energia elétrica e que o aumento de demanda por energia implica em uma maior oferta da mesma, condição esta que as energias renováveis não serão capazes de atingir no curto prazo. Dessa forma, aumenta-se a necessidade de produção de energia nos países em desenvolvimento, o que inclui as energias poluentes. Como a Guiana descobriu grandes reservas de petróleo, em 2015, o presidente apresentou sua estratégia de combinar os recursos da exportação do petróleo com os créditos de carbono vendidos no mercado financeiro, ressaltando que os valores dos créditos precisam ser maiores, assim como os mecanismos de financiamento precisam ser expandidos.

Ali enfatizou que a Guiana respeita os princípios da soberania territorial e demonstrou solidariedade ao povo ucraniano. Contudo, também assumiu uma postura crítica quanto ao montante de apoio financeiro destinado à Ucrânia, pois a mesma disposição não era percebida em países de outras regiões do planeta, como, por exemplo, a Palestina, a qual Ali demonstra solidariedade e afirma a adesão de seu país à solução da criação dos “dois Estados”. O presidente fez críticas ao embargo contra Cuba e também indicou a disposição do país em ajudar o Haiti a resolver seus problemas internos. Por fim, o presidente mencionou os conflitos com a Venezuela por fronteiras, acusando o vizinho de fazer ameaças indevidas ao seu país. Firmou, ainda, seu compromisso com o direito internacional, diante do fato de que, a partir de 1º de janeiro de 2024, o país será membro rotativo do Conselho de Segurança das Nações Unidas pela primeira vez.



Paraguai

Santiago Peña, presidente do Paraguai, deu início a seu primeiro discurso na Assembleia Geral reconhecendo a importância das Nações Unidas que, desde a sua criação, proporcionou um local para a cooperação entre as nações, com vistas a promover a paz, os direitos humanos e o bem-estar dos povos. Seguindo, pontuou que, hoje, 78 anos depois, o multilateralismo está passando por desafios em termos de sua eficácia e legitimidade. Citou os altos níveis de pobreza e desigualdades ao redor do globo, acrescentando a isto a migração massiva oriunda de conflitos bélicos e da falta de oportunidades. Ademais, mencionou o terrorismo, o crime transnacional e tensões geopolíticas como outros desafios para a cooperação internacional, que se encontra debilitada também devido às desconfianças mútuas entre os Estados.

Peña elencou a crise de 2008, a pandemia do coronavírus e a guerra na Ucrânia como acontecimentos que colocaram em evidência as debilidades e limitações das instituições multilaterais no que se refere a sua capacidade de fazer frente aos desafios que possuem impacto global e representam riscos sistêmicos. Portanto, as organizações multilaterais deveriam passar por reformas, com a finalidade de evitar a ocorrência de novas guerras. No que tange especificamente a guerra na Ucrânia, solicitou que todas as partes envolvidas no conflito cessassem imediatamente as ações militares para evitar mais vítimas e danos. Ademais, demonstrou apoio às iniciativas de paz promovidas pelo Brasil, bem como pelo Papa Francisco.

No âmbito da reforma e ampliação do Conselho de Segurança, o Paraguai considera que a estrutura orgânica e funcional das Nações Unidas deve refletir a dinâmica do cenário internacional em uma base participativa, democrática e equitativa, que busque promover a paz, a segurança e a prosperidade dos países em igualdade de condições. Neste sentido, Peña manifestou apoio para que Taiwan seja parte do sistema das Nações Unidas.

Acerca das mudanças climáticas, o Paraguai defendeu a aplicação de medidas rigorosas e justas para evitar maiores danos ao planeta e aos seus habitantes. Peña afirmou compreender as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e estar disposto a liderar pelo exemplo no caminho para um mundo mais sustentável e equitativo. Disse ainda que, em relação aos quatro desafios globais que são focos de tensões (acesso à água, segurança alimentar, suficiência energética e resiliência nas cadeias logísticas), o Paraguai é uma potência nestas grandes questões e pode vir a ser um protagonista nesse sentido.

Por fim, em termos de integração regional, o Paraguai salientou que buscará contribuir para aperfeiçoá-la. Peña grifou que o Paraguai, em sua gestão, encontra-se determinado a deixar de lado sua antiga imagem de uma “ilha cercada de terra” ao seguir sua vocação histórica, cultural e geográfica e tornar-se o centro da integração sul-americana.

Peru

Dina Boluarte iniciou seu discurso destacando sua posição como a primeira mulher presidenta constitucional do Peru, que assumiu em meio a uma crise política e social, após uma tentativa de golpe de Estado. A presidenta dedicou seu discurso às mulheres, crianças e adolescentes, especialmente no que diz respeito à luta contra a violência de gênero. Nesse sentido, Boluarte chamou atenção para o reconhecimento internacional de seu governo e o retorno do Peru ao cenário internacional. Apesar da crise política e social em que o país se encontra desde que assumiu, a mandatária peruana afirmou seu compromisso com a democracia, os direitos humanos e a integração regional.

Boluarte enfatizou a erradicação da pobreza como um desafio global e a importância da cooperação multilateral para uma migração segura, ordenada e regular. Abordou o tema da saúde, ressaltando a importância em ofertar serviços de saúde de qualidade para todos. Também citou o reforço na cooperação contra o crime organizado e o narcotráfico.

Quanto à crise ambiental e o impacto das mudanças climáticas, pediu ação global e solidariedade. Nesse contexto, tratou das medidas domésticas que o Peru vem tomando para enfrentar o fenômeno do El Niño, baseadas na solidariedade, resiliência e interdependência.

Dina Boluarte instou os países desenvolvidos a assumirem metas mais ambiciosas de redução de emissões, além do cumprimento com seus compromissos financeiros. Também fez parte de seu discurso o respeito pelos povos indígenas e o desenvolvimento sustentável. Por fim, a presidente comprometeu-se na luta global contra as mudanças climáticas, a defesa da paz e dos direitos humanos, enfatizando a cooperação entre os países.

Suriname

Como o Suriname é o país com o maior percentual de florestas no mundo, cobrindo mais de 90% de seu território, a questão climática e ambiental foram pautas centrais no discurso do presidente Chan Santokhi. O apelo ao combate à crise climática foi baseado em argumentos que deixavam claro as responsabilidades assimétricas que os países possuem. Santokhi reforçou que os países desenvolvidos devem facilitar o acesso aos recursos financeiros e técnicos para que os países em desenvolvimento possam avançar economicamente, sem aumentarem o nível de degradação climática.

O presidente também criticou a pressão fiscal exercida sobre os pequenos países. Em 2020, grandes reservas de petróleo foram descobertas no Suriname, mas, segundo o presidente, não seria apenas a renda da exportação do petróleo que financiaria o desenvolvimento sustentável do país, mas também a do mercado de crédito de carbono, devido ao serviço de captura de carbono feito pelas florestas.

Outro ponto fundamental do discurso foi a ênfase no multilateralismo como a única forma efetiva de encontrar soluções comuns. Além de criticar o embargo à Cuba, onde esteve durante a cúpula do G77+China, também chamou atenção para a situação do Haiti, atentando para a necessidade de ajuda. O presidente ressaltou que a pandemia do Covid-19 e os conflitos internacionais exerceram enorme pressão sobre os preços dos alimentos, desdobramentos que afetam diretamente o Suriname e os demais países caribenhos que não possuem soberania alimentar.

Uruguai

Em seu discurso, o presidente do Uruguai, Lacalle Pou, ressaltou que o Uruguai possui uma democracia “plena e estável”, com respeito às instituições e às leis. Além disso, destacou a recuperação econômica do país depois da crise provocada pela pandemia de Covid-19. Nesse cenário, o presidente destacou a diminuição das taxas de desemprego e os investimentos históricos feitos em setores de infraestrutura, devido ao recebimento de investimentos estrangeiros diretos. Em suas palavras, “temos as finanças públicas em ordem, a menor inflação nos últimos 18 anos”. Lacalle Pou reivindicou em seu discurso o conceito de “liberdade internacional responsável” ao reclamar da falta de oportunidades na participação de instrumentos de cooperação do comércio internacional e de determinados sistemas de preferências entre diversos países. Para Lacalle Pou, os mecanismos devem ser redesenhados.

Ademais, seguindo outros mandatários que focaram tempos de sua fala em assuntos do meio ambiente, o presidente destacou ações implementadas para o reflorestamento e para a transição para energias renováveis no Uruguai. Nesse sentido, falou sobre o “*bono sostenible*” como sendo um programa de “premiação” àqueles que criam processos sustentáveis para o meio ambiente e de “castigo” para aqueles que não cumprem com as metas de preservação.

No final de seu discurso, o governante voltou a condenar a invasão da Rússia na Ucrânia e afirmou a necessidade da comunidade internacional “levantar a voz contra o populismo autoritário que empobrece os seus povos e viola os direitos humanos, condenando as gerações atuais e futuras”. Apesar disso, Lacalle Pou demonstrou uma visão positiva a respeito da humanidade que, combinado com novas tecnologias, como inteligência artificial e tecnologia de informação, ajudariam no processo de integração e desenvolvimento dos povos.



Venezuela

O governo da Venezuela foi representado por Yvan Gil Pinto, ministro das Relações Exteriores. O principal tema do discurso de Pinto foi a necessidade de refundação da ONU, em especial do sistema financeiro. O chanceler venezuelano denunciou o bloqueio econômico e as sanções unilaterais impostas pelos EUA contra seu país, destacando os efeitos negativos para a população e as dificuldades para o desenvolvimento econômico da Venezuela. Pinto também denunciou a atuação ilegal dos EUA e da empresa Exxon Mobil no território de Essequibo, objeto de disputa entre Venezuela e Guiana, assim como a prisão de Alex Saab pelo governo estadunidense.

O chanceler afirmou que os investimentos militares dos EUA criam uma corrida armamentista e que esses recursos poderiam ser utilizados para solucionar as atuais crises alimentar e climática. Sobre a atual catástrofe climática, Pinto defendeu a necessidade de financiamento e de responsabilização por parte dos países desenvolvidos. Mais além, afirmou que o sistema financeiro internacional deve ser reformado a fim de eliminar o “sistema neocolonialista de dependência financeira” que existe hoje.

Em seu discurso, o ministro defendeu também a democratização das relações internacionais e o multilateralismo inclusivo. Denunciou que, hoje, os órgãos da ONU são usados para atender aos interesses dos EUA. Nesse sentido, elogiou a expansão dos BRICS e reforçou a necessidade de reforma do Conselho de Segurança para incluir representantes do continente africano.

Por fim, Pinto mencionou a necessidade de regulação do ciberespaço e de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial, de modo a impedir sua utilização para desestabilizar governos. Ao concluir sua intervenção, o chanceler denunciou a disseminação de informações falsas sobre a Venezuela e tentativas de troca de regime e intervenção militar, que fracassaram; e reforçou que no próximo ano serão organizadas eleições presidenciais na Venezuela.

Considerações finais

Na abertura da Assembleia Geral da ONU de 2023, verificamos a ausência quase completa da América do Sul nos discursos da própria América do Sul. Se as falas no maior plenário do mundo, teoricamente, traduzem prioridades, é ilustrativo que a falta de interesse dos parceiros extrarregionais também se reflita internamente. É verdade, no entanto, que os líderes mencionaram desafios que são comuns à região, como a crise climática, o combate às desigualdades sociais e a busca por reformas do sistema multilateral. Apesar disso, a integração e a cooperação entre os países sul-americanos não foram enfatizadas como um possível mecanismo para suprir estas lacunas.

Essa constatação se soma a diversas outras evidências que apontam mudanças qualitativas em relação às perspectivas para a integração da região em comparação à “onda rosa”. Se, no início dos anos 2000, a convergência de governos progressistas levou-os a olhar para a América do Sul de forma estratégica, as novas condições da geopolítica global fazem com que os referenciais sejam outros. Por um lado, a emergência da China tornou-a não só a principal parceira comercial de diversos países da região como também grande investidora, inclusive em obras de infraestrutura, suprimindo uma lacuna deixada pela Unasul, cujo COSIPLAN almejava fazer planejamentos coletivos neste tema. Por outro lado, a necessidade de superar crises financeiras aprofundadas pela pandemia ocorreram, majoritariamente, durante governos de orientação liberal, que aceleraram projetos de privatização e concessão, diminuindo a cooperação interestatal e gerando uma maior abertura para o capital privado internacional. O desafio para a retomada do protagonismo sul-americano passa, portanto, pela ressignificação da América do Sul para a própria América do Sul.



A expansão do BRICS e as implicações para o Brasil

Diogo Ives
Pesquisador do OPISA

Introdução

Entre 22 e 24 de agosto de 2023, ocorreu a 15ª Cúpula dos BRICS, em Johannesburgo, onde se reuniram os presidentes dos cinco países-membros: Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil; Vladimir Putin, da Rússia (presente virtualmente); Narendra Modi, da Índia; Xi Jinping, da China; e Cyril Ramaphosa, da África do Sul. O encontro foi histórico e teve grande repercussão no noticiário internacional, pois revitalizou uma coalizão que não dava sinais importantes de relevância política há vários anos. A principal novidade foi o convite para seis novos países integrarem o bloco, a partir de 2024: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã.

Se aceitos os convites, um BRICS+ pode potencializar o programa original do grupo de reformar o sistema econômico internacional, dado o aumento de escala que passa a ter em termos de mercados, matérias-primas, territórios e populações. Além disso, quatro dos seis países convidados localizam-se no Oriente Médio, o que reforçará a predominância que a Ásia já tinha na formação original, em decorrência da sua crescente importância nos rumos da economia internacional. Na próxima seção, relembremos brevemente o que motivou a gênese do BRICS. Em seguida, analisamos mais detidamente os resultados da cúpula de 2023. Por fim, refletimos sobre o sentido que o BRICS assume no quadro maior da política externa brasileira no atual governo Lula.

Os primeiros passos do BRICS

Em 1971, os EUA romperam unilateralmente com o padrão dólar-ouro, instituído no final da 2ª Guerra Mundial pelo Acordo de Bretton Woods, assinado por 45 países. Por meio de um discurso na televisão, o presidente Richard Nixon anunciou que suspenderia a regra segundo a qual a reserva de dólares do país deveria estar lastreada em reserva de ouro e que, dali em diante, a gestão da moeda obedeceria às condições que melhor atendessem aos interesses estadunidenses². Na prática, a medida deu ampla autonomia para os EUA se autofinanciarem, enquanto tornou os demais países dependentes de reservas de dólares obtidas competitivamente através de comércio, investimentos e empréstimos.

O chamado padrão dólar-flexível, em vigor até hoje, gerou sucessivas debilidades para grande parte dos países em desenvolvimento. O exemplo mais conhecido, na América Latina, foi a crise da dívida externa dos anos 1980. Diante dos choques de petróleo de 1973 e 1979, muitos países recorreram a crédito estrangeiro para manter as importações necessárias à continuidade de projetos de industrialização conduzidos pelo Estado. O crédito havia se tornado abundante e barato diante da grande oferta de dólares sem lastro, em decorrência da medida de Nixon em 1971. Contudo, a partir de 1979, uma elevação unilateral da taxa de juros dos EUA – o choque Volcker – aumentou o custo do crédito internacional e, por conseguinte, o encargo da dívida externa para os países latino-americanos.

Seguiram-se daí os conhecidos programas de ajuste estrutural, por meio do qual os EUA, países aliados do G7, o FMI e o Banco Mundial aceitavam renegociar as dívidas e conceder novos empréstimos à América Latina, desde que os governos locais se comprometessem com cortes de gastos públicos, abertura do mercado interno a importações e flutuação das taxas de câmbio. O conjunto de condicionalidades comprometeu a continuidade de políticas desenvolvimentistas, dado que um planejamento econômico nacional de longo prazo se tornou estrangulado por um mercado financeiro mais globalizado, volátil e com crises periódicas

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iRzr1QU6K1o>.



na periferia. Assimetrias de poder do Norte em relação ao Sul aumentaram. O projeto de uma Nova Ordem Econômica Internacional, discutido por países em desenvolvimento na Assembleia Geral da ONU entre os anos 1960 e 1970, foi inviabilizado.

A crise econômica internacional produzida por Wall Street, a partir de 2008, teve a particularidade de minar, no centro do capitalismo internacional, a legitimidade do arranjo gestado unilateralmente em 1971. Quando os próprios EUA se viram severamente prejudicados por um sistema financeiro crescentemente desregulado, tornou-se indisfarçável sua incapacidade de serem provedores da ordem mundial sozinhos. No ano seguinte, em 2009, o BRIC (na época sem a África do Sul) se reuniu pela primeira vez, em Ecaterimburgo, disposto a discutir o *status quo* institucional da governança econômica global. Em 2014, isto tomaria uma forma concreta com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas, na 6ª Cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza.

Em 2023, o BRICS voltou à relevância política, ainda que não tivesse deixado de ter encontros nos anos anteriores. O período de baixa visibilidade foi marcado por um afastamento do Brasil em relação ao projeto de reforma da economia internacional, apoiado nos governos Lula e Dilma, em favor de uma adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – liderada por EUA e aliados, com vistas a padronizar uma série de regulações nas economias nacionais de seus países membros –, nos governos Temer e Bolsonaro, o que, porém, não foi consumado. Tanto o desejo expresso por Lula de retomar o envolvimento com o BRICS e repensar a adesão à OCDE em seu terceiro mandato, quanto a posse de Dilma Rousseff como presidente do NBD, em abril último, ajudaram a dar um novo impulso político ao bloco. Somaram-se, ainda, interesses próprios dos outros membros do BRICS em sinalizar autonomia em relação aos EUA, sobretudo em face da guerra na Ucrânia, iniciada no ano passado.

Para ajudar a Ucrânia a vencer esta guerra, os EUA vêm tentando impor um grande bloqueio econômico à Rússia, valendo-se do fato de terem hegemonia no sistema monetário internacional. Como explica Assis Moreira³, “em fevereiro de 2022, logo após a Rússia atacar a Ucrânia, os EUA, em coordenação com a União Europeia, Reino Unido, Canadá e Japão, bloquearam o acesso do Banco Central da Rússia a suas reservas internacionais de US\$ 300 bilhões”.

Como Moreira também lembra, a ação ecoa décadas de movimentos similares feitos pelos EUA, unilateralmente, contra governos, grupos ou indivíduos de países em desenvolvimento, aos quais foram aplicadas sanções econômicas com diferentes justificativas, como terrorismo, posse de armas nucleares, corrupção e violação de direitos humanos, tais como Cuba, Venezuela, Nicarágua, Belarus, Irã, Síria, Iêmen, Burundi, República Centro-Africana, Sudão do Sul, Zimbábue, Congo e Coreia do Norte. Além disso, sanções foram aplicadas pelos EUA também com a justificativa de cumprir decisões do Conselho de Segurança da ONU, como no Haiti, Iêmen, Iraque, Líbano, Líbia, Mali, República Centro-Africana, Congo, Eritreia, Guiné-Bissau, Somália, Sudão do Sul e Coreia do Norte.

A discricionariedade de se sancionar economicamente alguns países e não outros é óbvia quando uma grande potência tem a prerrogativa de punir quem percebe que contraria seus interesses, em determinada conjuntura, por deter amplo poder sobre os fluxos econômicos globais. Ano após ano, a maioria dos países em desenvolvimento vota em resoluções, na Assembleia Geral da ONU, que criticam a imposição unilateral de sanções econômicas. O efeito destas sanções tende a tornar-se mais sensível ainda quando a grande potência em questão se volta para políticas de protecionismo econômico, como vem sendo a tônica dos governos Trump e Biden, o que pode reduzir a obtenção de dólares por países em desenvolvimento através de fluxos de comércio, investimento e empréstimo.

O surgimento de um BRICS+

Diante do acúmulo de descontentamentos e receios com a hegemonia do dólar nos

3 Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/sancoes-e-alternativas-ao-uso-do-dolar.ghtml>. Acesso em 14/09/2023.

últimos 50 anos, a Cúpula do BRICS de 2023 emitiu sinais renovados de que pretende enfrentar a hegemonia do dólar, ainda que lentamente. Diferentes ênfases foram dadas ao tema nos discursos feitos pelos presidentes: Lula propôs a criação de uma moeda para comércio e investimento entre os BRICS⁴; Putin defendeu a “desdolarização” por meio do uso de moedas nacionais nas transações⁵; Ramaphosa pediu a continuidade das conversas sobre facilitar trocas em moedas locais⁶; Xi advogou pelo aprofundamento da cooperação financeira⁷; e Modi saudou a importância do NBD e do Arranjo Contingente de Reservas⁸.

Por sua vez, a longa declaração final da cúpula⁹, na forma de 94 pontos, destacou a busca por um multilateralismo mais inclusivo, centrado na ONU, e condenou o uso de medidas coercitivas unilaterais que produzem efeitos negativos sobretudo para países em desenvolvimento. Para fortalecer o multilateralismo, o BRICS defendeu reformas no Conselho de Segurança, na Organização Mundial do Comércio, no FMI e no Banco Mundial, além do fortalecimento do NBD e do Arranjo Contingente de Reservas. Além disso, diversas parcerias foram prometidas em economia, como troca de conhecimento sobre estruturas de pagamento transfronteiriço para comércio e investimentos entre o BRICS e países em desenvolvimento, cujo estudo será feito pelos Ministérios de Economia e Bancos Centrais dos países membros; encorajamento ao uso de moedas locais nestas trocas; cooperação entre bancos multilaterais para evitar instabilidades; e criação de uma rede de *think tanks* sobre finanças.

Porém, o mais importante da declaração foi expresso no ponto 91, que apresentou o convite de adesão ao bloco, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos (EAU), Etiópia e Irã. Não há motivos declarados para a escolha destes países em vez de outros. Entre as várias interpretações possíveis, cabe frisar a proximidade geográfica entre os escolhidos: quatro localizam-se no Oriente Médio, onde são atores regionais importantes. A região foi uma das mais penalizadas com guerras durante o momento de unipolaridade dos EUA, após o fim da Guerra Fria, e hoje é visada por China, Índia e Rússia nos seus projetos de inserção geopolítica na Ásia. Por sua vez, a Etiópia, no entorno da região, é a sede da União Africana, o que lhe confere peso simbólico na interlocução entre o BRICS e a África. Por sua vez, a Argentina é a principal parceira estratégica do Brasil, desde os anos 1980, no plano sul-americano.

Em termos econômicos, se os convites forem aceitos, o BRICS passaria a abrigar seis dos dez maiores produtores de petróleo do mundo: Arábia Saudita (2º), Rússia (3º), China (5º), EAU (7º), Brasil (8º) e Irã (9º)¹⁰. O uso de diferentes moedas neste comércio reduziria o espaço dos petrodólares no circuito financeiro. Ademais, a entrada da Argentina abrigaria três dos cinco maiores produtores de lítio do mundo, ao lado de Brasil e China, minério este cobiçado para a fabricação de veículos elétricos e geradores de energia renovável¹¹. Trata-se de forças consideráveis no mercado de energia mundial. Para além de energia, a Argentina, em grave crise hoje e devedora de US\$ 44 bilhões ao FMI, poderia se beneficiar de relações comerciais menos dependentes do dólar, poupando suas reservas da divisa estadunidense ao importar bens com outras moedas.

Além de serem convidados para aderir ao BRICS, EAU e Egito também se tornaram

4 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/en/follow-the-government/speeches/speech-by-president-luiz-inacio-lula-da-silva-during-the-brics-summit-open-plenary-session>.

5 Disponível em: <https://www.russia-briefing.com/news/vladimir-putin-presidential-speech-at-brics-2023-summit.html/>.

6 Disponível em: <https://brics2023.gov.za/2023/08/23/address-by-president-cyril-ramaphosa-on-the-occasion-of-the-xv-brics-summit-open-plenary-wednesday-23-august-2023-sandton-international-convention-center/>.

7 Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2023-08-23/Full-text-Xi-Jinping-s-speech-at-the-15th-BRICS-Summit-1mvxFMvuFLW/index.html>.

8 Disponível em: <https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/37028/English+translation+of+Prime+Ministers+remarks+at+the+15th+BRICS+Summit>.

9 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises/jhb-ii-declaration-24-august-2023.pdf>.

10 Disponível em: <https://www.eia.gov/tools/faqs/faq.php?id=709&t=6>.

11 Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/six-new-brics-implications-energy-trade>.



membros do NBD, assim como Bangladesh, em 2023. Em seu discurso como presidente do banco, também na cúpula de 2023, Dilma Rousseff afirmou que a instituição pretende balancear a ordem financeira internacional e avançar na construção de mecanismos envolvendo moedas locais, com destaque para o financiamento de obras de infraestrutura que ajudem em processos de industrialização dos países membros de forma ambientalmente sustentável¹². Em entrevista ao Financial Times, Dilma declarou que o NBD pretende emprestar 30% das suas reservas em modas locais a partir deste ano¹³.

Para além da força que o BRICS+ pode ganhar em ofensiva na frente monetária, são mais incertas as consequências deste novo agrupamento para a agenda ambiental global. Sustentabilidade foi um termo que apareceu bastante na declaração final da cúpula de 2023, porém a inclusão de países de peso no mercado de combustíveis fósseis dentro do BRICS parece restringir o grau de ambições em favor deste tema. No documento, os cinco membros atuais “reconhecem o papel dos combustíveis fósseis em apoiar a segurança energética e a transição energética” e encorajam o uso eficiente de todas as fontes de energia, considerando prioridades e circunstâncias nacionais, como “biocombustíveis, energia hídrica, combustíveis fósseis, energia nuclear e hidrogênio”. Trata-se aqui, mais bem, de uma defesa de diversificação energética, em vez de transição energética, conceito este que pressupõe o abandono gradual da energia fóssil, movimento este recomendado frequentemente pela ciência climática como um caminho imperativo hoje.¹⁴

O BRICS+ como peça na atual política externa do Brasil

Um uso capcioso do conceito de transição energética é especialmente problemático ao Brasil, em um momento no qual o atual governo busca posicionar o país como um líder ambiental no mundo, que leva a crise climática a sério, ao contrário do antecessor. A posição adotada pelo presidente Lula, que também apoia a prospecção de petróleo na Foz do Amazonas, parece ser pautada pela lógica da compensação, segundo a qual novas emissões de gás carbônico na atmosfera podem ser compensadas por projetos de reflorestamento, financiados com créditos de carbono e doações do Norte. Todavia, esta saída política já é posta em xeque também pela ciência climática, que denuncia a dificuldade de se aferir a lisura de projetos florestais (muitas vezes envolvem práticas de corrupção e *greenwashing*) e avalia que o contínuo aquecimento global pode danificar plantas e reduzir a capacidade de florestas de fazerem a captura de novos estoques de CO₂.

A dubiedade brasileira nas posições sobre clima e energia foi replicada, ainda, durante a cúpula do G20, realizada um mês depois do encontro do BRICS. O presidente Lula assumiu a presidência do grupo até setembro de 2024 e anunciou que transição energética e desenvolvimento sustentável estão entre os temas prioritários para o novo ano de trabalho do grupo. No mesmo evento, o Brasil lançou, com EUA e Índia, a Aliança Global de Biocombustíveis, que busca fomentar a produção e consumo desta fonte de energia alternativa aos combustíveis fósseis em transportes. Entretanto, quando o presidente Lula foi perguntado pela imprensa se o Brasil aderiria à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), sua resposta foi a seguinte: “Quem sabe se você me perguntar daqui a um ano, vou dizer que sim. Não posso dizer que vou ser definitivamente contra, depende da circunstância política”¹⁵.

Claro está que a contradição entre assumir compromissos climáticos sem deixar de fomentar o uso de combustíveis fósseis não é exclusivamente brasileira. Os EUA estão dedicados a explorar as novas reservas de petróleo da Guiana, a Índia ainda tem dificuldade em abandonar termoelétricas etc. Trata-se, em parte, de um constrangimento do capitalismo internacional, que faz grandes e médias potências, ao Norte e ao Sul, não

12 Disponível em: <https://www.ndb.int/insights/speech-by-the-president-of-the-ndb-dilma-rousseff-at-the-xv-brics-summit-johannesburg-1-august-24-2023/>.

13 Disponível em: <https://www.ft.com/content/1c5c6890-3698-4f5d-8290-91441573338a>.

14 Op. cit., p. 21, tradução nossa.

15 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/09/11/lula-diz-que-brasil-nao-vai-deixar-de-procurar-petroleo-na-margem-equatorial.htm>.

conseguirem apresentar uma coerência perfeita entre suas múltiplas frentes de atuação em política externa. As sociedades de países com economia complexa fragmentam-se em múltiplos grupos de interesse, de modo que políticas para substituir o dólar podem agradar mais a alguns, para eliminar combustíveis fósseis, mais a outros, e assim por diante. A contradição dos governos é reflexo deste quadro social.

No caso do Brasil, conflitos em torno da política externa tendem a prosseguir, à medida que o governo Lula segue ampliando sua base de sustentação no Congresso e passa a abrigar interesses cada vez mais heterogêneos politicamente. Em termos realistas, a política externa que surge disto não pode ser, senão, multifacetada. Neste sentido, cabe um questionamento: o Brasil terá espaço para se valer desta situação, ganhar presença em variadas articulações internacionais e aproveitar as contradições destes âmbitos para avançar um multilateralismo no qual seja *norm maker*, em vez de *norm taker*, em temas como moeda, energia e clima, sem ficar paralisado diante de tantos interesses domésticos em disputa?

Esta é uma pergunta para a qual não se tem respostas no presente, pois dependerá de uma combinação sutil entre brechas geopolíticas e oportunidades políticas internas, a depender de aspectos como a eleição presidencial nos Estados Unidos de 2024 e a trajetória do comportamento da ampla base de sustentação do governo Lula. O custo da operação tende a ser um descontentamento à esquerda e à direita na sociedade doméstica, que verão suas preferências, no máximo, parcialmente atendidas. Porém, o benefício pode ser o envolvimento ativo do Brasil na construção de um sistema multilateral adaptado à multipolaridade, onde haja negociações políticas constantes entre múltiplos temas que se entrecruzam.

Além disso, o caminho que se abre com o BRICS+ pode afetar também a política brasileira para a América do Sul. Como já dito anteriormente, uma integração regional liderada pelo Brasil teve, desde a redemocratização, uma parceria com a Argentina no seu núcleo. Ajudar a vizinha a superar a grave crise econômica que atravessa hoje é um passo importante para tentar uma rearticulação da região após a paralisia da Unasul, ou, ao menos, frear a deterioração do Mercosul, hoje abertamente contestado pelo Uruguai. Gestos de auxílio econômico já vêm sendo feitos desde o início do governo Lula, como quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou estudos para a criação de uma moeda digital comum no comércio externo¹⁶ e, posteriormente, propôs que a Argentina pague as importações brasileiras com yuan, moeda chinesa, a fim de reduzir o uso do dólar¹⁷. Por outro lado, o país vem hoje desenvolvendo a exploração de gás de xisto em Vaca Muerta, atividade denunciada por ambientalistas como sendo altamente poluente.

No mesmo sentido, o presidente Lula declarou-se favorável, em maio, à entrada da Venezuela no BRICS, outro país influente na política regional, atualmente suspenso do Mercosul e também palco de uma grave crise econômica. Na ocasião, Lula frisou a importância de se reduzir o uso do dólar para que a região ganhe força em negociações com potências ocidentais. Nos seus termos, expressou que Maduro, presidente do país, “não tem dólar para pagar importações. É culpa dele? Não, é dos EUA, que fizeram um bloqueio extremamente exagerado”¹⁸. Por outro lado, a Venezuela é um país de peso no mercado internacional de petróleo e demonstra franco desinteresse pelo tema da transição energética.

Em suma, um BRICS+ promete ter desdobramentos importantes para a inserção do Brasil no mundo e para o sentido que o país dará à cooperação regional. Caso os seis países convidados a se juntar ao BRICS o aceitem, ainda está por ser vista a agenda que o bloco efetivamente assumirá a partir desta nova configuração para os diferentes temas internacionais. Os interesses a serem perseguidos pelo bloco ficarão mais claros ao longo do ano que vem, à medida que os governos dos novos membros apresentem demandas e

16 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-01/nao-existe-projeto-de-moeda-unica-brasil-e-argentina-diz-haddad>.

17 Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/08/23/brasil-propoe-para-argentina-pagar-exportacoes-brasileiras-em-yuan-diz-haddad.ghtml>.

18 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/05/lula-diz-que-e-favoravel-a-entrada-da-venezuela-no-brics.shtml>.



tentem afinar um discurso comum nos múltiplos temas possíveis. A única certeza por ora é que, em um grupo que se expande, a voz de apenas um membro fica diluída entre as demais, de modo que mínimos denominadores comuns são mais difíceis de se atingir. Temas como democracia e direitos humanos não prometem receber grande atenção em um BRICS+, dado o caráter autoritário de vários países, o que exigirá outros palcos para que sejam defendidos pelo atual governo brasileiro.



G20: perspectivas para a presidência brasileira

Marianna Albuquerque
Pesquisadora do OPISA

Introdução

Em 9 e 10 de setembro de 2023, líderes mundiais se encontraram na cidade de Nova Délhi, capital da Índia, para a Cúpula do G20, fórum que reúne vinte das maiores economias globais. Logo no primeiro dia do encontro, houve consenso para a aprovação de uma declaração final abrangente¹⁹, composta por 83 parágrafos que tratam desde estabilidade macroeconômica até questões relacionadas ao terrorismo. O consenso surpreendeu até mesmo os observadores mais otimistas, especialmente devido às divergências não solucionadas em reuniões ministeriais anteriores, bem como à contínua divisão no bloco em relação à Guerra da Ucrânia. A ausência de Vladimir Putin e Xi Jinping, que optaram por não comparecer e enviar representantes, contribuiu para reduzir ainda mais as expectativas em relação aos resultados do encontro.

Em 2024, será a vez do Brasil ser o anfitrião. Cabe ao país que assume a presidência temporária anual do fórum organizar a agenda de reuniões, elencar prioridades e utilizar a diplomacia para compatibilizar interesses entre um grupo plural. A presidência também ocorre em um momento importante para o reposicionamento da política externa brasileira e para a reinserção do Brasil nos fóruns multilaterais, após as rupturas causadas pelo governo anterior.

Nessa linha, o objetivo deste texto é delinear alguns contornos do que podemos esperar da presidência brasileira no G20. Para tal, o conteúdo está dividido em três seções, além de uma breve conclusão. Na primeira seção, serão apresentados o histórico e a estrutura do G20. Na segunda, será introduzida uma síntese dos avanços e obstáculos que a presidência indiana encontrou em 2023, com ênfase para os temas cuja solução fica legada à presidência brasileira. Na terceira parte, o foco está nos anúncios já feitos pelo governo em relação às prioridades e à governança do grupo durante a liderança do Brasil. Ao final, serão delineadas breves considerações finais acerca dos principais temas e agendas identificados como centrais para um bom desempenho do G20 durante o mandato do Brasil.

O G20: histórico e estrutura

O G20 é um fórum composto por vinte das maiores economias do mundo, incluindo a União Europeia²⁰. O grupo foi criado no contexto da crise econômica asiática, que se expandiu para outros mercados emergentes no fim da década de 1990. Foi concebido como um fórum informal para a coordenação entre os Ministros de Economia e Finanças e os líderes dos Bancos Centrais. O desequilíbrio macroeconômico, originado e propagado nas margens do sistema, evidenciou a necessidade de incluir países em desenvolvimento nas discussões sobre estabilidade econômica e financeira internacional, ampliando, portanto, discussões que antes eram feitas apenas no âmbito do G7/G8.

Promovido a encontro de cúpula desde 2008, na esteira da grave crise econômica global, alguns dados mostram a relevância do grupo atualmente. Somados, os membros correspondem a aproximadamente 85% do PIB mundial, mais de 75% do comércio internacional, em torno de 2/3 da população mundial e 75% das emissões de gases de efeito estufa. Os desafios multifatoriais trazidos pela crise fizeram com que a agenda do G20

19 Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20-New-Delhi-Leaders-Declaration.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2023.

20 São membros do G20: Arábia Saudita, África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia do Sul, México, Rússia, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos, e a União Europeia. Em 2023, foi aprovada a entrada da União Africana, que passará a ser membro do grupo no ciclo da presidência brasileira.



também se expandisse para além de temas financeiros *strictu sensu*, passando a abranger também questões socioeconômicas. Se, no passado, o grupo surgiu para prover respostas a crises, hoje é um espaço privilegiado para antever instabilidades e criar soluções conjuntas em áreas que variam do comércio ao turismo, da cultura à mudança do clima.

Sua estrutura também apresenta uma governança inovadora, ao não ter um secretariado fixo. A coordenação das atividades é realizada pelo país na presidência rotativa anual – que possui, portanto, um enorme poder de *agenda-setting*. Ao lado do incumbente, o país que presidiu o grupo no ano anterior e o que assumirá o comando no próximo formam a *troika*, uma estrutura tripartite de monitoramento das discussões para ensejar um mínimo de continuidade. Em 2023, por exemplo, a *troika* foi formada pela Indonésia, que presidiu o grupo em 2022, a Índia, que liderou em 2023, e o Brasil, que assume o posto em 2024²¹. Como a África do Sul assume a presidência em 2025, o Brasil irá liderar uma *troika* de países em desenvolvimento, ao lado de Índia e África do Sul, dois países com os quais possui histórico de cooperação em fóruns como BRICS, IBAS e BASIC.

Abaixo do secretariado coordenado pela presidência, o G20 se organiza em torno de duas trilhas negociadoras (*tracks*), liderados por duas instâncias diferentes. O *sherpa track*, responsável por temas socioeconômicos, é de responsabilidade dos Ministérios de Relações Exteriores. O *finance track*, dedicado a questões de política monetária, é comandado pelos Ministérios de Economia, Fazenda, Finanças ou equivalentes. Cada uma das trilhas é composta por grupos de trabalho, que elaboram recomendações, encomendam estudos técnicos e assessoram os Ministérios correspondentes à temática abordada.

A título de exemplo, o *sherpa track* possui atualmente, 13 grupos de trabalho, com temas que variam de comércio e investimentos à anticorrupção, com encontros recorrentes ao longo do ano. O *finance track* é composto por 7 grupos, incluindo infraestrutura e arquitetura financeira internacional e se reúne 4 vezes por ano, sendo duas às margens dos encontros do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), instituições com as quais o G20 colabora diretamente – via compartilhamento de dados e estatísticas, por exemplo. Como cada presidência possui flexibilidade para alterar a estrutura, a Índia criou, durante sua presidência em 2023, o grupo de trabalho de redução de risco de desastres, no *sherpa track*, e um novo grupo de engajamento, o Startup20, voltado para novos negócios e economia digital.

Em paralelo, o G20 também possui espaços institucionalizados para a participação da sociedade civil, que fazem recomendações aos negociadores por meio dos Grupos de Engajamento. Entre os grupos, estão o Think20, composto por *think tanks* e instituições acadêmicas, o Business20, formado por representantes do setor privado, e o Civil20, formado por organizações da sociedade civil dos países do G20²².

Cúpula de 2023

A presidência do G20, que possui rotatividade regional – e não é, portanto, um processo eletivo –, ocorreu em um momento propício para que a Índia pudesse capitalizar politicamente, tanto interna quanto externamente, em torno da oportunidade. O ano da presidência coincidiu com o começo do *Amritkaal*, período de 25 anos que vai do 75º aniversário da independência até o centenário e que, de acordo com filosofia hindu, é o período no qual a Índia deverá cumprir o seu imperativo de grande potência (Tharoor e Saran, 2020). Dessa forma, a Índia utilizou o G20 como um grande exercício de nacionalismo, expresso, simbolicamente, na estilização da logo do grupo, que passou a contar com as cores da bandeira e com a flor nacional.

A Índia também escolheu como lema do G20 um princípio diretamente conectado com as bases filosóficas do hinduísmo: Vasudhaiva Kutumbakam, inspirado no Maha Upanishad, um antigo escrito em sânscrito, que se traduz como “uma Terra, uma família, um futuro”.

21 A presidência começa, oficialmente, em 1º de dezembro de 2023, com agenda a ser implementada ao longo de 2024, culminando na cúpula, normalmente realizada nos últimos meses do ano, antes da transferência para a presidência seguinte.

22 Veja mais no G20 Background Brief, disponível em https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/about_g20/G20_Background_Brief.pdf.

Por trás do slogan, está a afirmação do valor de toda vida – humana, animal, vegetal e de micro-organismos –, sua interconexão e a importância da inclusão para garantir um crescimento justo e equitativo para todos.

O recurso a símbolos nacionais precisa, ainda, ser entendido a partir da proximidade com o início do próximo ciclo eleitoral indiano, cujas eleições estão agendadas para abril e maio de 2024. O atual primeiro-ministro, Narendra Modi, é favorito para a reeleição, e lidera o partido Bharatiya Janata Party, que defende a supremacia hindu. Além do reforço do patriotismo por meio das mensagens e narrativas associadas ao G20, Modi também utilizou o contexto para fazer uma grande promoção de sua imagem pessoal, via instalação de inúmeros outdoors, painéis e propagandas que relacionavam o G20 à liderança do primeiro-ministro. A Índia fez um investimento bilionário nos eventos relacionados ao G20, realizando mais de 100 reuniões em mais de 60 cidades, em todos os estados da federação.

Apesar de inúmeras críticas da sociedade civil, que questionaram as diversas remoções de famílias devido às obras preparatórias para os eventos do G20, em um contexto de denúncias sobre redução do espaço cívico no país no governo de Modi, pode-se afirmar que o prestígio diplomático da Índia saiu fortalecido da cúpula. Os resultados do G20 colocaram o país em uma posição única, na qual o país vem colhendo os frutos do bom relacionamento com os Estados Unidos, da recente aproximação com a União Europeia e da manutenção das relações estratégicas com a Rússia, além da habilidade de contornar a ausência de Xi Jinping e impedir que a cúpula de esvaziasse ou tivesse seus resultados comprometidos. Apesar de ainda haver muitos pontos sem acordo, o anúncio de um documento consensual foi considerado uma grande vitória para a diplomacia indiana. Entre os diversos temas tratados, apresento, abaixo, algumas agendas que poderão criar oportunidades e/ou desafios para a presidência brasileira:

Inclusão da União Africana

A inclusão da União Africana como novo membro representou uma vitória para as economias em desenvolvimento. Depois de quase uma década de negociações, a União Africana, com seus 1,4 bilhão de habitantes, sendo a grande maioria de jovens, e um PIB de US\$ 3 trilhões de dólares, estará sentada à mesma mesa que alguns dos países mais ricos do mundo. Como externalidade positiva, a necessidade de trazer uma voz mais unificada da África para essas reuniões internacionais pode funcionar como um estímulo para acelerar a integração e fortalecer as reformas da organização. A participação da União Africana no G20 pode ser também um caminho para que os países africanos conquistem maior soberania orçamentária, já que o grupo trata de temas como reestruturação de dívidas e financiamento para o desenvolvimento.

Na declaração, os líderes se comprometem a fortalecer os laços com a União Africana e a apoiá-la na realização das aspirações da Agenda 2063²³. Os líderes do G20 também reiteraram o apoio à África²⁴ por meio do G20 Compact com a África e da Iniciativa do G20 de apoio à industrialização no continente africano e nos países menos desenvolvidos²⁵.

Guerra da Ucrânia

Poucos esperavam que o G20 chegasse a um consenso sobre o documento final, já que o grupo não havia conseguido acordar um único comunicado nas reuniões ministeriais deste ano devido à postura mais rígida dos europeus e aliados em relação à guerra na Ucrânia. O fracasso em chegar a um acordo sobre uma declaração de cúpula teria sinalizado que o G20 estava dividido, talvez irrevogavelmente, entre o Ocidente de um lado e a China e a Rússia do outro. Com a China pressionando para remodelar a ordem mundial, por meio da expansão

23 Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2023.

24 Disponível em: <https://www.compactwithafrica.org/content/compactwithafrica/home.html>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

25 Disponível em: <http://www.g20.utoronto.ca/2016/supporting-industrialization.html>. Acesso em 25 de setembro de 2023.



de grupos como o BRICS e a Organização de Cooperação de Shanghai, o G20 poderia acabar se tornando irrelevante.

No entanto, depois de 300 reuniões bilaterais, 200 horas de negociações e 15 rascunhos, os indianos conseguiram direcionar os demais líderes a chegar a um consenso sobre os parágrafos relativos à Rússia e Ucrânia no comunicado final. Como solução de compromisso, a declaração evitou condenar a Rússia nominalmente pela guerra na Ucrânia, mas destacou o sofrimento humano que o conflito causou e pediu a todos os Estados que não usem a força para tomar territórios, em menção aos compromissos da Carta das Nações Unidas.

Questões climáticas

Na cúpula, os líderes concordaram em algumas medidas importantes relacionadas à luta contra a urgência climática, a exemplo de:

- a) triplicar a capacidade de energia renovável em todo o mundo até 2030, com ênfase no papel do hidrogênio;
- b) dobrar a eficiência energética;
- c) criação da Aliança Global de Biocombustíveis²⁶, da qual o Brasil fará parte, ao lado de Singapura, Bangladesh, Itália, Estados Unidos, Argentina, Ilhas Maurício, Índia e Emirados Árabes Unidos, com o objetivo de facilitar os avanços tecnológicos, promover a padronizações e certificações e estimular o uso dos biocombustíveis.
- d) o endosso do Relatório do G20 sobre Riscos Macroeconômicos Decorrentes das Mudanças Climáticas e Caminhos da Transição²⁷;
- e) a proposta de um novo “Pacto de Desenvolvimento Verde”, em linha com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030;
- f) a ênfase na urgência na reestruturação de dívidas para disponibilizar fundos para que as nações em desenvolvimento enfrentem os desafios climáticos;
- g) o reforço na expectativa de que os países desenvolvidos atinjam, pela primeira vez em 2023, a meta de US\$ 100 bilhões de contribuição para o financiamento climático via Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs). A declaração também enfatizou a necessidade de reformas nos MDBs para incluir o financiamento climático em suas missões principais, sem aumentos imediatos de capital, mas otimizando os balanços patrimoniais para que possam emprestar US\$ 200 bilhões a mais na próxima década;
- h) o pedido de que os países desenvolvidos cumpram seu compromisso de, pelo menos, dobrar sua provisão coletiva de financiamento de adaptação;
- i) a reposição de recursos, inclusive do setor privado, do Fundo Verde para o Clima.

Não houve, no entanto, nenhuma nova linguagem sobre os esforços do G20 para se afastar dos combustíveis fósseis, com os Estados membros – que abrigam 93% das usinas de energia a carvão em operação no mundo – comprometendo-se apenas com uma “redução gradual”, com o adendo de que a redução deve se dar de acordo com as circunstâncias nacionais – o que, na prática, deixa o planejamento de decréscimo a cargo de cada país. No centro da divergência, está o carvão, que é um combustível com alto índice de emissões de gases de efeito estufa, acima do petróleo e do gás natural, e foi responsável por aproximadamente 44% das emissões globais provenientes da combustão de combustíveis em 2021. Entretanto, seu abandono ainda continua sendo politicamente sensível demais para que o G20 chegue a um consenso. Embora a queima de carvão seja amplamente reconhecida como um dos principais contribuintes para a mudança climática, também é relativamente barata e disponível.

Como comentário adicional, a Índia tentou, ao longo dos meses de presidência, fazer com que o G20 abraçasse um conceito de formulação nacional, também condizente com os princípios do hinduísmo: o Lifestyle for the Environment (LiFE), uma proposta que tratava sobre a adaptação de estilos de vida individuais para o desenvolvimento sustentável, por

26 Disponível em: <https://www.g20.org/pt/media-resources/press-releases/september-2023/gba/>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

27 Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20_Report_on_Macroeconomic_Risks.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2023.

meio de mudanças de padrões de consumo, por exemplo. Apesar do termo constar em diversos documentos, inclusive na declaração de cúpula, inclusive por meio de congratulações ao governo indiano pela proposta, há críticas que apontam que dificilmente o LiFE será mantido na agenda, ao repassar para o indivíduo uma responsabilidade que deve ser, prioritariamente, dos Estados.

Comércio internacional

A declaração reforçou que um sistema de comércio multilateral baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo, sustentável e transparente, com a Organização Mundial do Comércio (OMC) em seu núcleo, é indispensável para promover o crescimento econômico global e a prosperidade para todos. O grupo reafirmou o compromisso de garantir a igualdade de condições e a concorrência justa, desencorajando o protecionismo e as práticas que distorcem o mercado para promover um ambiente favorável ao comércio e aos investimentos. O G20 também reiterou a necessidade de buscar a reforma da OMC para aprimorar todas as suas funções por meio de um processo inclusivo conduzido pelos membros, sobretudo para ter um sistema de solução de controvérsias completo e em bom funcionamento, acessível a todos os membros até 2024. A declaração mencionou, ainda, a importância da retomada da Rodada Doha, com base em seu mandato de “rodada do desenvolvimento”.

Além disso, o grupo adotou várias iniciativas concretas e potencialmente úteis, como o mapeamento da cadeia de valor global para ajudar os países a identificar riscos, a digitalização de documentos comerciais para agilizar as transações comerciais e o desenvolvimento de infraestruturas digitais públicas para promover a inclusão financeira e a produtividade.

Em paralelo à declaração final, a Índia aproveitou a reunião de líderes para anunciar a criação do Corredor Econômico Índia-Oriente Médio-Europa (IMEEC), uma rede de trânsito de navio para ferrovia que conectará a Índia e a Europa por meio dos Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Jordânia e Israel. Um memorando de entendimento sobre o Corredor Econômico Índia-Médio Oriente-Europa, ou IMEC, foi assinado pela União Europeia, Índia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, EUA e outros parceiros do G20. O IMEC foi planejado para consistir em dois corredores separados, com o leste conectando a Índia ao Golfo, e o norte ligando o Golfo à Europa. Ao longo da rota ferroviária, os participantes pretendem instalar cabos para linhas de energia e dados, bem como tubulações para hidrogênio. Apesar de não haver menções, a tentativa de fazer frente aos investimentos chineses na *Belt and Road Initiative* é irrefutável, o que sinaliza que o plano da Índia de reforçar a política de potência possui apoio de aliados estratégicos.

Presidência brasileira em 2024

Se a presidência indiana ocorreu em um contexto oportuno para a maximização da inserção internacional do país, o mesmo cenário favorável se abre para o Brasil. A liderança no G20 é uma oportunidade para a apresentação das credenciais do novo governo em um fórum econômico de alto nível, no qual, tradicionalmente, o Brasil teve contribuições ativas. Esse potencial de protagonismo não se resume ao G20, já que o país, na sequência, irá sediar a COP30, em 2025.

No processo de preparação para o início do mandato, o governo brasileiro anunciou algumas medidas que dão o tom dos próximos passos. Em primeiro lugar, o Brasil declarou que, sob sua presidência, o G20 adotará o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável” e terá três temas prioritários: transição energética, desenvolvimento sustentável justo (com ênfase para o combate à fome, à pobreza e à desigualdade) e reforma das instituições multilaterais. Somado a isso, foram também anunciadas a criação de duas iniciativas, com contornos e governança ainda a definir: a Aliança Global de Combate à Fome e à Pobreza, e a Mobilização Global contra a Mudança do Clima. No *finance track*, cujos debates serão coordenados pelo Ministério da Fazenda, estão na agenda temas como financiamento para combater as mudanças climáticas, renegociação de dívidas,



progressividade de tributos e taxaço justa internacional, e reforma da governança das institui  es financeiras internacionais²⁸. No *sherpa track*, o sherpa brasileiro será o Embaixador Mauricio Lyrio, Secretário de Assuntos Econ  micos e Financeiros (Saef) do Ministério das Rela  es Exteriores.

Em consonância com a narrativa de aproveitar a vigência de uma nova *troika* de países em desenvolvimento, o Brasil também já sinalizou o interesse em ampliar a representatividade de duas regiões centrais nas diretrizes de política externa do novo governo: a América do Sul e a África. Como cada presidência pode convidar países para serem observadores nos debates do G20, Lula usou desta prerrogativa para estender convites ao Uruguai e ao Paraguai²⁹, que ocuparão a presidência do Mercosul no próximo ano, bem como    Angola³⁰, no âmbito da coopera  o com os países lusófonos.

Em rela  o    amplia  o da inclusão de temas de interesse da América Latina, Albuquerque e Feitosa (2023) apontam que:

Historicamente, há uma baixa coordena  o efetiva entre Argentina, Brasil e México no G20. Os três possuem papéis e prioridades distintas nas rela  es internacionais, o que levanta d  vidas sobre se devem ser analisados enquanto um grupo simplesmente por serem latino-americanos e compartilharem similaridades em suas estratégias de desenvolvimento. Fora do G20, os três países construíram diferentes identidades políticas e econômicas. O México, por exemplo, possui vínculos sólidos com os Estados Unidos, sobretudo devido ao NAFTA, enquanto Brasil e Argentina passaram por projetos de diversifica  o de parcerias³¹.

Enquanto a coopera  o com o México costuma ser pontual, Brasil e Argentina possuem um histórico ainda incipiente, mas mais consolidado, de coordenar posi  es no grupo. Quando a Argentina assumiu a presidência do G20, em 2018, as divergências entre projetos políticos entre os dois países fizeram com que não houvesse o fortalecimento de uma agenda regional. Os resultados das elei  es na Argentina, nos próximos meses, podem dificultar, sobremaneira, os planos do Brasil para inserir uma agenda sul-americana no G20.

Conclusão

O G20    um fórum que, tanto pela sua composi  o quanto pelo seu escopo, pode simbolizar uma grande vitória para a nova política externa brasileira, caso seus resultados sejam bem-sucedidos. Historicamente, o G20 apresentou aspectos positivos, como bons exemplos de respostas coordenadas a crises mundiais, flexibilidade institucional e facilita  o da participa  o da sociedade civil, por meio dos grupos de engajamento. Por outro lado, a ausência de um secretariado torna o grupo muito suscetível a dinâmicas internacionais e vontade política, o que pode ser um complicador a mais em um espaço no qual as decisões devem ser consensuais. O Brasil está bem posicionado para ser uma liderança construtiva.

O caminho não será, no entanto, sem desafios. A divergência em torno dos combustíveis fósseis deve permanecer, uma vez que o potencial de avanços na COP28    diminuto, dada a presidência dos Emirados   rabes Unidos. Além disso,    importante que o Brasil indique que há compatibilidade e complementariedade entre o G20 e outras estruturas de governança que vem se formando, a exemplo da amplia  o do BRICS. O Brasil deve evitar que o G20 vire um

28 Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/assis-moreira/coluna/g20-as-prioridades-do-brasil-na-trilha-financeira.ghtml>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

29 Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/convites-ao-paraguai-e-ao-uruguai-para-participacao-na-presidencia-brasileira-do-g20. Acesso em 25 de setembro de 2023.

30 Disponível em: <https://sputniknewsbr.com.br/20230825/lula-convida-angola-a-participar-das-reunioes-do-g20-30046807.html>. Acesso em 25 de setembro de 2023. O convite    Angola foi feito antes da oficializa  o da entrada da União Africana.

31 Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/brasil-pode-criar-legado-de-agenda-latino-americana-no-g20/>. Acesso em 25 de setembro de 2023.



fórum de BRICS *versus* G7 e deve advogar pela manutenção da agenda de desenvolvimento no G20. Isso se prova ainda mais relevante uma vez que, no âmbito dos BRICS, os compromissos climáticos e de transição energética – que deram a tônica do G20 em 2023 e devem seguir centrais em 2024 – ainda são vagos e quase inexistentes..

Referências bibliográficas

THAROOR, S.; SARAN, S. **The New World Disorder and the Indian Imperative**. Nova Delhi: Aleph Book Company, 2020.



O governo da Unidade Popular e os 50 anos do golpe no Chile

Tiago Nery³²

Introdução

O dia 11 de setembro de 2023 marca os 50 anos do golpe militar no Chile, que derrubou Salvador Allende e interrompeu a primeira tentativa de transição pacífica para o socialismo na história. A chamada “via chilena”, que prometia “uma revolução ao sabor de empanadas e vinho tinto”, foi um processo revolucionário único, atraindo olhares e pessoas de diferentes partes do mundo. Todavia, o sonho do socialismo democrático daria lugar a uma ditadura brutal que durou 17 anos, assassinando e torturando milhares de pessoas e transformando o Chile no primeiro laboratório mundial do neoliberalismo.

Salvador Allende e a Unidade Popular (UP) criaram um novo paradigma de revolução, que se apoiava no voto e em coalizões partidárias sob regimes democráticos. O experimento chileno transcendeu o pequeno país sul-americano e despertou desproporcional atenção do exterior. Na Itália e na França, onde partidos comunistas e socialistas tinham chances de chegar ao poder, a UP abria uma fresta para o futuro. Henry Kissinger, conselheiro de segurança do presidente Richard Nixon, temia o “insidioso efeito modelo” do governo Allende, mencionando a Itália, cujo Partido Comunista Italiano (PCI) tinha chances reais de chegar ao poder pela via eleitoral. Para Washington, as forças armadas latino-americanas e os escritórios das grandes empresas transnacionais, o melhor antídoto contra o “vírus chileno” era a proliferação de regimes anticomunistas, à semelhança do que imperava no Brasil. De fato, a estratégia de desestabilização do governo Allende, a “fórmula para o caos” segundo expressão da CIA, foi semelhante à empregada pelos Estados Unidos e pelas elites brasileiras no golpe militar que havia derrubado João Goulart em 1964.

Para entender o processo histórico que culminou na ascensão e na queda da UP, serão analisadas a história recente do Chile; a trajetória de Allende e da esquerda rumo ao poder; e a Revolução Chilena, com suas conquistas e contradições que levaram ao golpe de 11 de setembro de 1973. Por fim, pretende-se fazer um breve balanço crítico dessa experiência, que transitou do sonho à tragédia.

Breve história do Chile e o mito da excepcionalidade democrática

A independência do Chile teve início em 1811 e foi concluída em 1818. Bernardo O’Higgins liderou o processo e contou com a ajuda do poderoso exército argentino de José de San Martín. O’Higgins governou como presidente supremo até 1822. Seguiu-se a experiência fracassada do federalismo sob a tutela de governantes liberais anticlericais, que foram sucedidos pelos conservadores liderados por Diego Portales, em 1830.

A consolidação do Estado portaliano e a Constituição conservadora de 1833 estabeleceram uma república autocrática e um Estado centralizado. Para alguns analistas, o Chile foi o primeiro Estado moderno da América espanhola. No ensaio *Balmaceda*, sobre a guerra civil chilena em 1891, Joaquim Nabuco (2008) destacou que Chile e Brasil constituíam exceções genuínas na América do Sul, “saliências de terra firme entre ondas revoltas e ensanguentadas”. Ambos os países teriam Estados consolidados e sociedades mais estáveis, diferentemente dos demais países da região.

A economia chilena ficou muito dependente da exportação de cobre e prata durante o século XIX. Na década de 1870, o declínio dos preços internacionais causou uma profunda crise econômica e social. A resposta do Chile foi a Guerra do Pacífico (1879-1883) contra a Bolívia e o Peru, que levou ao apoderamento dos recém-descobertos desertos de nitrato daqueles países. Entre 1884 e 1914, ocorreu o *boom* do nitrato, um período marcado pelo

32 Tiago Nery é doutor em ciência política pelo IESP/UERJ, assessor internacional do INI-Fiocruz e pesquisador do Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo). É também colaborador do OPISA. E-mail: tiagonnery@gmail.com

enriquecimento das elites do país e das companhias britânicas, mas a um alto custo para os trabalhadores. As lutas dos mineiros foram lendárias, culminando com o massacre de Santa Maria, em Iquique (Winn, 2010).

As elites chilenas estavam divididas sobre a melhor maneira de usar os lucros derivados do nitrato. O presidente liberal José Balmaceda iniciou um projeto de reformas que procurou usar o Estado para ampliar a posse chilena dos campos de nitrato, limitando os monopólios britânicos. Balmaceda pretendia ainda reforçar o desenvolvimento capitalista do campo e estimular a industrialização. Entretanto, seus oponentes no Congresso provocaram, com a ajuda britânica, uma guerra civil. Segundo o sociólogo Tomás Moulian (2002), a guerra civil marcou o início antecipado do século XX chileno. Balmaceda, o presidente chileno que Allende mais admirava, cometeu suicídio – uma trajetória semelhante à do próprio Allende oito décadas mais tarde.

Entre 1891 e 1924, o Chile teve uma República Parlamentar elitista, um pseudoparlamentarismo marcado por governos débeis que repartiam prebendas entre grupos oligárquicos enquanto usavam a força do Estado para reprimir a classe trabalhadora. Entre 1920 e 1925, o presidente Arturo Alessandri aproveitou-se da crise do modelo primário-exportador para introduzir a questão social no Chile. Entre 1924 e 1932, os conservadores estimularam intervenções militares, abrindo um ciclo de desordem e ingovernabilidade. Os governos de Alessandri e Carlos Ibáñez conseguiram aprovar uma nova Constituição que punha fim à República Parlamentar elitista e restaurava o Executivo forte. Ademais, conseguiram aprovar uma legislação trabalhista que legalizava os sindicatos e as greves (Moulian, 2002; Winn, 2010).

Em 1932, o coronel Marmaduke Groove liderou um golpe militar que declarou o Chile a primeira “República Socialista” das Américas, que durou apenas doze dias. O país havia sido fortemente atingido pela crise de 1929, perdendo 80% de sua renda de exportação entre 1928 e 1932 (Winn, 2010). Esse impacto faria com que o Chile fosse um dos países que mais apoiariam a criação da Cepal em 1948. Nesse período, “socialismo” havia se tornado uma ideia corrente no país, mas estava mais próximo de um capitalismo de Estado ou de um Estado de bem-estar social do que do marxismo.

Entre 1932 e 1973, o Chile atravessou cinquenta anos de uma suposta estabilidade política, que o tornava uma exceção numa região tão conturbada. No entanto, entre a independência e 1970, o país atravessou guerras civis e golpes de Estado. Porém, o fato de que não haver um golpe de Estado desde 1932 não significava que a ameaça não existia. A suposta excepcionalidade estava construída sobre a mistura perigosa do esquecimento e da mistificação. Esquecimento dos tempos de governos oligárquicos e repressivos que predominaram entre 1891 e 1932; esquecimento das leis que proscreram os comunistas entre 1948 e 1958 (Moniz Bandeira, 2008; Moulian, 2002). O excepcionalismo chileno afigurava-se mais como mito do que realidade. Essa ilusão empurraria a sociedade chilena para grandes aventuras, culminando na crença ingênua sobre o suposto apego das forças armadas do país à legalidade democrática.

A trajetória das forças de esquerda e de Allende rumo ao poder

Na década de 1930, diante do avanço do nazifascismo, as forças progressistas tentaram criar frentes políticas amplas que envolvessem liberais, social-democratas e comunistas. Governos de Frente Popular chegaram ao poder na Espanha, na França e no Chile. A Frente Popular chilena era uma coalizão de centro-esquerda hegemônica pelo Partido Radical, mas que incluía, pela primeira vez, os Partidos Comunista e Socialista. Em 1938, a vitória de Pedro Aguirre Cerda deu à esquerda uma experiência de governo, deslocando a oligarquia e inserindo as classes médias no governo.

Em 1932, Allende se formou em medicina a tempo de lutar pela República Socialista de Grove, que era seu primo. Em 1933, Allende foi um dos fundadores do Partido Socialista, sendo eleito deputado em 1937. Durante o governo da Frente Popular, foi nomeado ministro da Saúde aos 31 anos. Allende foi um ministro inovador e aproveitou sua posição para instruir os chilenos sobre as causas sociais das doenças.

A experiência da Frente Popular convenceu Allende de que seria possível construir



o socialismo dentro das instituições políticas existentes no Chile. Para ele, sua principal fraqueza residia no fato de ser dominado por “partidos burgueses” e não pelos “partidos proletários”. Na década de 1940, com o colapso da Frente Popular e a perseguição aos comunistas durante a Guerra Fria, Allende percebeu que o sucesso do movimento popular no Chile dependia da unidade dos partidos da classe trabalhadora.

Em 1952, Allende concorreu pela primeira vez à presidência do Chile, apoiado pelo Partido Comunista e com uma plataforma que incluía a nacionalização das gigantescas minas de cobre. O Chile respondia por 80% da produção mundial do cobre, a maior parte controlada pelas empresas estadunidenses Braden Cooper Co., Anaconda e Kennecott, responsáveis por 75% das exportações do país. Ao final do pleito, Allende obteve pouco mais de 5% dos votos. Nas eleições de 1958, Allende conseguiu unir as facções do seu Partido Socialista e aliar-se ao Partido Comunista, constituindo a Frente de Ação Popular (FRAP). Ele recebeu 28,9% dos votos, perdendo por apenas 2,7% para o conservador Jorge Alessandri (Moniz Bandeira, 2008; Winn, 2010).

Com a Revolução Cubana, o espectro político deslocou-se para a esquerda na América Latina. Nesse contexto, Washington passou a apoiar reformas a que havia se oposto anteriormente, encontrando em Eduardo Frei, do Partido Democrata-Cristão (PDC), o parceiro perfeito para a Aliança para o Progresso no país. No pleito de 1964, os Estados Unidos forneceram 4 milhões de dólares para a campanha de Frei, além de outros 3 milhões para uma “campanha de terror” na mídia, que insinuava que se Allende fosse eleito a democracia chilena desapareceria. Nesse pleito, Allende obteve 39% dos votos, mas Frei acabou eleito com 56% (Moniz Bandeira, 2008; Simon, 2021; Winn, 2010).

Em 1969, Allende articulou a formação da Unidade Popular (UP), coalizão que integrava o Partido Socialista, o Partido Comunista, o Partido Radical, o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e dois grupos menores de esquerda. O Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) não integrava a coalizão, nem acreditava na via legal, mas viria a apoiar a candidatura de Allende. A UP era dominada por seus partidos de esquerda e sua base social se apoiava principalmente na Central Unitária dos Trabalhadores (CUT).

Nas eleições de 1970, Jorge Alessandri, do Partido Nacional (PN), era o franco favorito, e Allende, um claro “azarão”. O PDC escolheu um integrante de sua ala esquerda, Radomiro Tomic. Allende concorreu com um programa que previa 40 medidas, que iam desde a nacionalização do cobre e a reforma agrária até assistência médica gratuita e a concessão de um litro de leite para cada criança. Após uma eleição acirrada, em 4 de setembro, Allende foi eleito com 36,3% dos votos. Alessandri obteve 34,9% e Tomic, 27,8%. A diferença entre Allende e Alessandri foi de apenas 39 mil votos (Simon, 2021; Winn, 2010).

A Constituição de 1925 previa que, se nenhum dos candidatos recebesse a maioria dos votos populares, caberia ao Congresso Pleno decidir entre os dois mais votados. No passado, o Congresso havia ratificado o resultado popular. Em 1970, entretanto, Alessandri se recusou a reconhecer o triunfo de Allende. Apesar de Tomic ter reconhecido a vitória de Allende, Alessandri iniciou negociações com o PDC para impedir a confirmação dele pelo Congresso Pleno.

Os Estados Unidos consideravam a vitória de Allende um desafio ao seu interesse nacional. Kissinger afirmou que não havia razão para Washington permitir que o país se tornasse marxista devido à irresponsabilidade do seu povo. Os Estados Unidos delinearam dois caminhos para bloquear a ascensão de Allende. O “Caminho 1” previa um golpe constitucional; o “Caminho 2” defendia o apoio a um violento golpe militar.

A investidura de Allende dependia de um entendimento com o PDC, que exigia a aprovação de um Estatuto de Garantias Democráticas em troca do seu apoio no Congresso. Para surpresa de Frei, Allende aceitou as condições do PDC, deixando o “Caminho 2” como alternativa. No entanto, a CIA percebeu que nenhum golpe de Estado ocorreria enquanto as Forças Armadas fossem lideradas pelo general René Schneider, cuja doutrina defendia a não intervenção militar. Os planos golpistas mudaram para o sequestro de Schneider, cuja culpa recairia sobre a esquerda. No entanto, o plano fracassou com a morte do general durante a tentativa de sequestro. Carlos Prats assumiu o comando do Exército, mantendo os princípios de seu antecessor. O crime comoveu a sociedade e uniu a classe política. No fim, o conjunto dos parlamentares do PDC votou em Allende, que foi confirmado pelo Congresso

Pleno por 153 votos em um total de 195 (Moniz Bandeira, 2008; Simon, 2021; Winn, 2010).

Ao ser empossado, no dia 4 de novembro de 1970, Allende e a esquerda chilena estavam completando uma longa jornada, que se iniciara nos desertos de nitrato do norte um século antes. Aos 62 anos, esse senhor de óculos fundos, bigode e bochechas de avô já era reconhecido em todo o mundo como um veterano revolucionário da América Latina. Após dezoito anos e três derrotas na tentativa de alcançar a presidência, o povo entrava com o “companheiro presidente” no La Moneda.

A Revolução Chilena e o golpe de 11 de setembro

O governo da UP foi um experimento inédito que se diferenciava tanto do modelo cubano quanto da social-democracia da Europa Ocidental. O objetivo final era a transição para o socialismo, e não a reforma do “Estado burguês”. Para Fidel, a eleição de Allende tinha sido a mais importante vitória desde a Revolução Cubana. Apesar de claro em seus objetivos, o programa da UP era vago nos meios para atingi-los.

O programa da UP previa quatro importantes reformas estruturais que, em conjunto, levariam ao controle social dos principais setores da economia: a recuperação das riquezas minerais básicas do país, como o cobre; a nacionalização dos bancos; a socialização de empresas estratégicas e uma reforma agrária. Esses eram o cerne das mudanças que se tornaram sinônimo da Revolução Chilena. Ao tomar conhecimento do programa da UP, Zhou Enlai, o primeiro-ministro da China, escreveu uma carta a Allende: “Vocês querem fazer tudo isso num tempo tão curto com uma imprensa livre, um parlamento e os Estados Unidos na oposição? Estão indo rápido demais”. Ao contrário do que Fidel recomendara, o governo da UP daria passos demasiadamente revolucionários (Moniz Bandeira, 2008; Simon, 2021; Winn, 2010).

Em julho de 1971, o governo Allende aprovou emenda constitucional nacionalizando a indústria do cobre. Nem mesmo os direitistas se atreveram a votar contra a medida. Allende celebrou a votação como o “Dia da Dignidade Nacional”, referindo-se a ela como a “segunda independência do Chile”. Essa seria uma das poucas mudanças estruturais que a ditadura de Pinochet não reverteria.

A estatização do sistema bancário ocorreu mediante a compra de ações dos bancos privados pela Corporación de Fomento de la Producción (CORFO), criada por Aguirre Cerda em 1939, com a finalidade de promover a industrialização do país. Um ano após a posse de Allende, seu governo controlava 90% do setor bancário chileno.

O propósito de Allende não era estatizar toda a economia. O programa socialista da UP propunha a criação de uma Área de Propriedade Social (APS) dirigida pela CORFO no caso das empresas mais estratégicas. Algumas delas seriam de propriedade do Estado, enquanto outras teriam um misto de participação pública e privada. Como não podia contar com a aprovação do Congresso, Allende utilizou poderes executivos e leis dos anos 1930, 1950 e 1960. A legalidade dessas ações seria questionada e se tornaria um ponto de conflito permanente com a oposição e o Poder Judiciário.

O programa da UP previa uma reforma agrária gradual ao longo dos seis anos do mandato de Allende. No entanto, a inquietação e a pressão de baixo fizeram o governo acelerar a reforma. Em meados de 1972, 70% das expropriações já tinham sido realizadas. Assim, o governo Allende foi responsável pela reforma agrária mais rápida da história sem uma revolução violenta (Winn, 2010).

Em 1971, as perspectivas do governo eram positivas. O PIB cresceu 8,5%, e o desemprego caiu de 8,3% para 3,8%. A participação dos assalariados na renda nacional subiu de 42,2% para 50,4% (Moniz Bandeira, 2008). As políticas de educação, saúde e habitação beneficiaram as camadas populares. Em 1972, as reformas sociais transformaram o Chile em uma das sociedades mais igualitárias da América Latina.

No plano cultural, o movimento da Nova Canção atingiu seu apogeu no governo Allende. Enquanto artistas como Victor Jara, Isabel Parra e Ángel Parra (os dois últimos filhos da grande cantora Violeta Parra) deram voz à experiência dos camponeses e



trabalhadores, grupos como o Inti-Illimani e o Quilapayún introduziram instrumentos andinos e sons indígenas na música chilena. O cantor Victor Jara, que tinha fortes vínculos com a UP e pertencia ao Partido Comunista, seria assassinado alguns dias após o golpe militar. Sua vida está registrada na comovente biografia “Victor: Uma canção inacabada”, da sua companheira Joan Jara.

Apesar do êxito inicial, o governo cometeu erros que levariam a uma situação econômica caótica e à perda do apoio da classe média. A rápida estatização da economia causou danos à produção. O aumento do meio circulante faria a inflação disparar e atingir os três dígitos em 1973. À escassez de bens de consumo, o governo Allende respondeu criando as *Juntas de Abastecimiento e Precios* (JAPs), garantindo uma cesta básica à maioria dos chilenos. Todavia, foi incapaz de estabilizar a economia e negociar um acordo político que garantisse a governabilidade.

Com o agravamento da crise, Allende procurou dialogar com o PDC. As negociações passavam pela discussão de uma reforma constitucional que reverteria o processo de socialização da economia e que Allende havia vetado anteriormente. No entanto, o assassinato de Pérez Zujovic, ex-ministro de Frei, por um suposto grupo de extrema esquerda, foi explorado pela direita e afetou as relações do PDC com a UP. O PDC fez uma inflexão à direita, aproximando-se do PN. Dessa forma, o respaldo tácito que o PDC dava a Allende, no Congresso, terminou.

A batalha pelo Chile saía cada vez mais dos salões do Congresso e ia para as ruas. Como no Brasil de 1964, a classe média foi instrumentalizada e realizou a “marcha das panelas vazias”. Surgiu o “*Pátria y Libertad*”, grupo neofacista paramilitar cuja pretensão era disputar as ruas de Santiago, tradicionalmente ocupadas pela esquerda. Por outro lado, cada vez mais camponeses e trabalhadores administravam seus locais de trabalho, moradores da periferia dirigiam seus bairros, povos indígenas desafiavam décadas de discriminação e opressão. Setores da esquerda estimulavam a ocupação de fábricas e terras, defendendo a criação do poder popular.

Em outubro de 1972, ocorreu a greve dos proprietários de caminhões, que logo recebeu a adesão de médicos, engenheiros e outras associações profissionais de classe média. O *lockout* geral, que provocou o colapso econômico, tinha o objetivo de criar as condições para o golpe de Estado. Allende respondeu às ameaças usando os poderes de emergência garantidos pela Constituição, incorporando as Forças Armadas ao gabinete e mobilizando a classe trabalhadora organizada. O general Prats assumiu o ministério do interior e a vice-presidência. Conquanto a mobilização popular das classes subalternas em apoio ao governo tivesse sido extraordinária, a greve geral evidenciou a inviabilidade da “via chilena” para o socialismo.

A UP estava dividida em relação à estratégia a ser seguida. A revolução vinda de cima estava paralisada no Congresso. A revolução vinda de baixo havia salvo o governo, mas a visão original de Allende de um caminho democrático para o socialismo parecia bloqueada. A ala radical da UP, liderada pelos socialistas, estimulava Allende a esquecer a “via chilena” e a aliança ilusória com a classe média, e colocar-se na liderança do avanço revolucionário. A ala moderada da coalizão, liderada pelos comunistas, era favorável a um acordo com o PDC e à consolidação do conquistado. Embora Allende se declarasse um revolucionário, seu compromisso democrático fazia com que ele preferisse as soluções constitucionais (Moniz Bandeira, 2008; Winn, 2010).

O contexto internacional não permitia o êxito da “via chilena”. Os Estados Unidos cortaram todas as linhas de crédito em retaliação às medidas do governo Allende. Os projetos iniciados durante o governo Frei foram paralisados. O “embargo invisível” visava desestabilizar a democracia e pressionar os militares a superar sua neutralidade constitucional, conduzindo-os à intervenção política. Ao se referir ao bloqueio externo, o grande poeta Pablo Neruda dizia que o Chile era um “Vietnã silencioso”. Em dezembro de 1972, Allende denunciou a agressão imperialista na ONU. O governo da UP voltou-se para a URSS, que não tinha condições efetivas de ajudar o Chile. A solidariedade cubana era insuficiente para romper o cerco internacional.

No plano regional, a ditadura brasileira estava determinada a aniquilar qualquer ameaça – real ou imaginária – em sua vizinhança. O governo Médici estava disposto a policiar a América do Sul e a combater regimes que se desalinhassem do jogo da Guerra Fria. O Brasil já havia interferido nos assuntos domésticos da Bolívia e do Uruguai, em 1971, e faria o mesmo no Chile. Segundo Roberto Simon (2021), o governo e o empresariado brasileiro trabalharam juntos para desestabilizar o governo Allende. A intervenção brasileira ocorreu em três momentos: Primeiro, com a vitória da UP; segundo, no momento do golpe de 1973; e finalmente, para a consolidação do novo regime. Devido à sua participação no golpe, o embaixador do Brasil no Chile, Antônio Cândido da Câmara Canto ficaria conhecido como o “quinto membro” da junta militar chilena que depôs Allende.

Em março de 1973, a oposição tentou transformar as eleições parlamentares em um plebiscito sobre o governo Allende. Apesar do caos econômico e social, a coalizão governista recebeu 44% dos votos, enquanto a oposição amealhou 55%, distante dos 76% necessários para aprovar o *impeachment* no Congresso. Ao final, prevaleceu o impasse: o governo continuava minoritário e a oposição sem força para derrubá-lo pelas regras do jogo democrático (Simon, 2021). Um mês depois das eleições, o PDC depôs sua liderança moderada, substituída por um grupo pró-golpe.

Em 29 de junho de 1973, houve uma tentativa de golpe militar por parte da extrema direita, rapidamente reprimido pelo general Prats e pelas tropas leais ao governo, que incluíam o general Augusto Pinochet. O chamado “*tancazo*”, que resultou em vinte mortos e nove feridos, pareceu um ato isolado. Na realidade, foi a cena de abertura do ato final da batalha pelo Chile, cujo clímax seria o golpe de 11 de setembro.

Em 22 de agosto de 1973, a oposição aprovou na Câmara dos Deputados, por 81 votos a 41, uma moção condenando o governo por “romper a ordem constitucional” (Simon, 2021). Era a declaração que os conspiradores civis e militares precisavam para proporcionar cobertura política para o golpe. Uma semana depois, Tomic publicou uma carta profética, comparando os líderes do Chile a personagens de uma tragédia grega: “todos sabem o que vai acontecer, mas cada qual faz exatamente o necessário para que aconteça a desgraça que se pretende evitar” (Moniz Bandeira, 2008; Winn, 2010).

Os planos de conspiração militar avançavam, e o general Prats era o único obstáculo a um golpe. Pressionado pelas esposas de oficiais do alto escalão das Forças Armadas, os generais do Exército se recusaram a seguir apoiando Prats, que não queria dividir o Exército. No dia 23 de agosto, ele renunciou ao cargo de comandante-em-chefe em. Em seu lugar, assumiu Pinochet.

No dia 4 de setembro de 1973, uma multidão de 800.000 pessoas desfilou pelas ruas de Santiago em apoio ao governo, na maior manifestação política da história chilena. Na última reunião para discutir a crise, até o Partido Socialista liberou Allende para fazer os acordos que julgasse necessários. O presidente estava planejando convocar um plebiscito e, caso a UP perdesse, renunciaria. Temendo que a proposta de Allende reduzisse as tensões políticas e dividisse a oposição, as Forças Armadas resolveram antecipar o golpe de Estado, previsto inicialmente para 18 de setembro.

O golpe teve início na madrugada de 11 de setembro, com um levante da Marinha. Às 7h35, acompanhado de poucos assessores e da escolta pessoal, Allende chegou ao La Moneda. Tentou falar com Pinochet, e não conseguiu. Temia que tivesse sido preso. Somente às 8h30, quando soube de que lado estava o general, Allende perdeu a esperança de contar com o Exército. Seriam cerca de doze guardas com armas pequenas contra tanques, aviões e tropas das Forças Armadas. Com o AK-47 que Fidel havia lhe presenteado, Allende se preparou para comandar a resistência heróica.

Pouco depois das 10h, Allende fez seu último pronunciamento pela Rádio Magallanes, um dos discursos mais importantes da história latino-americana. Suas palavras representavam a despedida de um homem que se dispunha a morrer, dignamente, no seu posto, como o comandante de uma nau que naufragava: “Diante destes fatos só me cabe dizer aos trabalhadores: Não vou renunciar! (...). Eles têm a força e poderão nos dominar. Mas não se detêm os processos sociais nem com crime nem com a força. A história é nossa e



a fazem os povos”.

Em torno das 12h, jatos da Força Aérea Chilena bombardearam o La Moneda. Nas ruínas ardentes do palácio presidencial, Allende despediu-se dos seus companheiros e dirigiu-se ao Salão Independência. Os corredores do palácio esvaziado ouviram um grito: “*Allende no se rinde, mierda!*”. Com seu gesto, Allende privou os golpistas de seu prisioneiro político especial, negando ao regime militar legitimidade constitucional. Como cantou Pablo Milanés numa canção dedicada a Allende, “*cesó por un momento la existencia, morías comenzando a vivir*”.

Um balanço crítico do governo Allende: Do sonho à tragédia

O governo Salvador Allende e a “via chilena” suscitaram múltiplas esperanças e representaram uma experiência de repercussão internacional. Seu fim trágico foi um momento culminante da história do Chile e do mundo. Na Itália, Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI, escreveu suas célebres “*Lecciones sobre Chile*”, lançando as ideias do eurocomunismo.

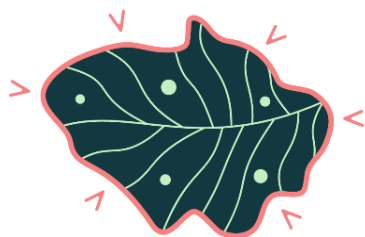
Os acontecimentos no Chile de Allende remetem à tensão entre democracia e capitalismo. Escrevendo em 1886, Hjalmar Branting, líder dos social-democratas suecos, se perguntava se a classe alta respeitaria a vontade popular caso essa vontade exigisse a abolição dos seus privilégios. Allende chegou ao poder em meio a uma escassa maioria e sua coalizão nunca teve maioria no Legislativo. As elites, cujos privilégios estavam sendo ameaçados, recorreram aos militares, que concordaram em obedecer (Przeworski, 2020).

O acelerado processo de expropriações e ocupações contribuiu para desorganizar a economia e agravar o desabastecimento. Os problemas gerados pela estatização abrupta favoreceram a “fórmula para o caos” concebida pela CIA. O esquerdismo de setores da UP empurrava ainda mais as classes médias para a oposição e com ela a oficialidade das Forças Armadas. Além disso, o Chile sofria as consequências da tentativa de implantação do socialismo em um país atrasado e dependente dentro da economia mundial capitalista, especialmente no contexto da Guerra Fria.

Salvador Allende sempre soube que lutava sobre o fio da navalha, que seu esforço para encontrar o caminho para a transição democrática ao socialismo envolvia uma grande margem de risco que ele deveria aceitar. Assim o fez com uma grandeza sem paralelo. O projeto da UP era muito generoso e comoveu milhões de pessoas no mundo. Apesar do desfecho trágico, Allende e a UP seguem vivos na memória de todos aqueles que insistem em sonhar com uma sociedade mais justa e fraterna.

Referências bibliográficas

- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Fórmula para o caos: Ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MOULIAN, Tomás. **Chile actual: Anatomía de un mito**. 3. ed. Santiago: LOM, 2002.
- NABUCO, Joaquim. **Balmaceda**. 4. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SIMON, Roberto. **O Brasil contra a democracia: A ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- WINN, Peter. **A revolução chilena**. São Paulo: UNESP, 2010.



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Cúpula da Amazônia como plataforma para o fortalecimento da “OPEP do Carbono Florestal”

Beatriz Triani
Pesquisadora do Observatório Interdisciplinar de
Mudanças Climáticas (OIMC) do IESP-UERJ

Introdução

Os quatro anos de governo de Jair Bolsonaro foram marcados por um esvaziamento nas agendas, leis e órgãos ambientais no Brasil, o que produziu, entre outros efeitos, recordes de queimadas na floresta amazônica, sucessivamente superados entre 2019 e 2022. O país passou de um tradicional protagonista nas discussões globais sobre meio ambiente para ser visto como um pária internacional. Em 2023, um novo cenário político começou a se desenhar com o início do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que vem tentando conquistar novamente uma posição positiva de destaque para o Brasil na agenda ambiental global.

A Cúpula da Amazônia, realizada nos dias 8 e 9 de agosto de 2023, foi um esforço emblemático para mostrar um país que se reapresenta para o mundo. O encontro teve como objetivo a revitalização de uma agenda comum de cooperação entre os países amazônicos, visando ao desenvolvimento sustentável da região. Participaram do evento representantes dos oito países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela) e outros sete países convidados: Congo, República Democrática do Congo (RDC), Indonésia, São Vicente e Granadinas, França, Alemanha e Noruega.

Os motivos para os convites foram variados. A França tem a Guiana Francesa como um departamento ultramarino, onde há uma porção da floresta amazônica. Noruega e Alemanha são as principais financiadoras do Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES e financiador de projetos de desenvolvimento sustentável. São Vicente e Granadinas ocupa a presidência da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Finalmente, RDC e Indonésia formam, ao lado do Brasil, a “OPEP do Carbono Florestal”³³, grupo que tem recebido atenção brasileira na política externa e do qual o Congo vem se aproximando. Em comum, estes últimos países abrigam as maiores áreas de floresta tropical do mundo.

Nosso objetivo, neste artigo, é explicar como a presença da RDC e da Indonésia, na Cúpula da Amazônia, pode ser entendida como parte de uma estratégia mais ampla de inserção internacional do Brasil, pela qual se busca uma aproximação política com os dois países para construir e fortalecer uma nova coalizão entre países em desenvolvimento nas negociações internacionais sobre meio ambiente.

Para esse propósito, apresentamos, na próxima seção, um breve histórico da articulação política entre Brasil, Indonésia e RDC, verificando sua formação e seu processo de fortalecimento. A segunda seção descreve a participação desses atores na Cúpula da

33 Em referência à Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), responsável por controlar o preço do petróleo no mercado internacional.



Amazônia. Na sequência, a terceira seção analisa os movimentos do Brasil para articular as duas frentes de ação em um grande bloco de “países florestais em desenvolvimento”. Por fim, na última seção, fazemos considerações sobre as possíveis trajetórias e consequências dessa coalizão.

A “OPEP do Carbono Florestal”

Apesar de o diálogo, a cooperação e a formação de alianças com outros países do Sul Global serem tradicionais no relacionamento diplomático brasileiro em foros multilaterais, o país tem caminhado na direção de se aproximar ainda mais da RDC e da Indonésia nas negociações ambientais, nos últimos anos. Essa estratégia, que se delineou sem muito êxito em alguns momentos anteriores da diplomacia brasileira sob o governo Dilma, readquiriu fôlego na COP 26, realizada em Glasgow em 2021, durante o governo Bolsonaro. Posteriormente, em 2022, uma aliança foi discutida por ministros do meio ambiente no G20, em Bali, e foi anunciada na COP 27, no Egito, com o nome de “Poder da Floresta”³⁴.

O nome “OPEP do Carbono Florestal”, dado por Oscar Soria, diretor de campanha do Avaaz, foi construído nos Estados Unidos e representa uma visão do Norte Global sobre a coalizão, que tem como objetivo promover a valorização da biodiversidade nas florestas tropicais dos países e demandar uma remuneração justa pelos serviços ambientais prestados, principalmente através do mercado de carbono. Considerando que a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) funciona como um cartel que aumenta os preços do petróleo em benefício próprio e que representa justamente o principal causador da crise climática, o nome não foi bem recebido pela sociedade civil brasileira, que o considerou inadequado.

Na realidade, os três países, que juntos detêm 52% das florestas tropicais existentes, almejam se colocar como atores relevantes em negociações na Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas e biodiversidade quando os debates forem relacionados às florestas tropicais, dando ênfase à agenda de financiamento para a sustentabilidade³⁵ e objetivando atenuar os efeitos da mudança do clima através da conservação florestal.

A aliança foi lançada em um contexto de maior atenção global sobre florestas, tendo em vista outras iniciativas que também surgiram na COP 26 de 2021, como a Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra³⁶ e a criação de um grupo de trabalho de produtores e consumidores de *commodities* ligadas a desmatamento. De acordo com João Gabriel de Lima, jornalista do Estadão, a posse de florestas passou de um ônus, como era vista em tempos passados devido à dificuldade de se coibir desmatamentos, para uma grande oportunidade de alocação de recursos através dos mecanismos de créditos de carbono³⁷.

Entretanto, a relevância do tema não é suficiente para condicionar o envolvimento brasileiro. A diplomacia brasileira faz escolhas em relação aos foros em que decide ou não participar, mesmo que tratem de temas semelhantes, como ocorreu com a Parceria de Líderes para Floresta e Clima (FCLP), proposta pelo Reino Unido em 2022, durante a COP 27. A ausência do Brasil no grupo foi justificada pelo Itamaraty, em nota à Folha³⁸, do seguinte modo:

Embora tenha aderido à Declaração de Florestas lançada pelo Reino Unido informalmente em evento paralelo na COP26 em Glasgow, não consideramos que esta nova iniciativa na COP27 – o FCLP – ofereça o melhor formato para tratar das necessidades dos países em desenvolvimento.

34 Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/brasil-indonesia-e-republica-democratica-do-congo-anunciam-alianca-dos-paises-detentores-das-maiores-florestas-tropicais-do-mundo>.

35 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/cartel-do-bem-com-indonesia-e-rdc-brasil-cria-opep-das-florestas>. Acesso em 24 de setembro de 2023.

36 Disponível em: <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20230418175226/https://ukcop26.org/glasgow-leaders-declaration-on-forests-and-land-use/>. Acesso em 24 de setembro de 2023.

37 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/joao-gabriel-de-lima/como-o-mercado-de-creditos-de-carbono-o-tesouro-verde-pode-transformar-o-brasil/>. Acesso em 24 de setembro de 2023.

38 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/brasil-fica-de-fora-de-parceria-por-florestas-na-cop27.shtml>. Acesso em 24 de setembro de 2023.

O posicionamento brasileiro foi seguido pela RDC, que também não aderiu ao grupo, e se refletiu ainda na postura da Indonésia, que apesar de se aproximar, não concretizou sua entrada na FCLP. Tendo em consideração que a liderança do grupo foi posta nas mãos dos Estados Unidos e de Gana e que a presença majoritária é de países desenvolvidos, a ausência brasileira pode ser entendida como uma mensagem clara sobre o desejo de protagonismo dos países em desenvolvimento, principalmente dos detentores de florestas tropicais, nos debates ambientais globais.

A capacidade de articulação e influência do Brasil demonstra que, apesar dos entraves que se apresentavam, naquele momento, para uma efetiva condução da coalizão com Indonésia e RDC, dado o histórico ambiental ruim do governo Bolsonaro, o país já se postulava como uma liderança do grupo, fato que inclusive foi reconhecido publicamente por um representante da Indonésia. A desconfiança seria atenuada após Lula assumir a presidência brasileira, poucos meses depois do lançamento da aliança, e declarar o objetivo de reconstruir a credibilidade e a confiança dos países no Brasil, especialmente em assuntos ambientais.

O Comunicado Conjunto dos “Países Florestais em Desenvolvimento” em Belém

Tendo em consideração o contexto exposto acima, podemos afirmar que a iniciativa brasileira de sediar a Cúpula da Amazônia em 2023, após um hiato de quatorze anos desde a última reunião entre chefes de Estado do TCA, é cheia de significados. Ao promover um encontro entre os membros signatários do acordo, o governo Lula emitiu um sinal concreto de que almeja fortalecer a imagem do Brasil como um país interessado em ser novamente protagonista no tema da sustentabilidade.

O resultado mais robusto produzido pela cúpula foi a Declaração de Belém³⁹, que estabeleceu pontos centrais para uma nova agenda de cooperação entre os países amazônicos e foi assinada por todos os países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Entre os assuntos tratados no documento, destacamos a criação do Foro de Cidades Amazônicas; a proteção das florestas, das zonas costeiras, de ecossistemas vulneráveis e da biodiversidade; o fortalecimento da OTCA; e a criação do Painel Intergovernamental Técnico-Científico⁴⁰.

Entretanto, apesar de não ter sido tão difundido quanto a Declaração de Belém, o Comunicado Conjunto dos Países Florestais em Desenvolvimento⁴¹, subtítulo “Unidos por Nossas Florestas”, também teve uma importância institucional e política para a Cúpula da Amazônia, pois sinalizou uma aproximação inédita entre seus signatários: tanto membros quanto não-membros da OTCA. No comunicado, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Indonésia, Peru, República Democrática do Congo, República do Congo, São Vicente e Granadinas, Suriname e Venezuela se comprometem com a preservação das florestas e a redução do desmatamento, buscando uma transição ecológica justa.

O documento postula uma aliança multilateral que visa a demonstrar a união dos países do Sul Global para pressionar os países desenvolvidos em relação aos compromissos assumidos com o financiamento climático, como a disponibilização de US\$ 100 bilhões por ano em recursos novos e adicionais aos países em desenvolvimento e a disponibilização de US\$ 200 bilhões por ano até 2030 para a implementação dos planos e estratégias nacionais de biodiversidade.

O Comunicado Conjunto também pressiona os países desenvolvidos a cumprirem metas de mitigação e afirma que são eles que devem liderar a descarbonização das economias, tornando-se neutros em emissões de gases de efeito estufa o mais rápido possível. Além disso, o documento incentiva a cooperação e o diálogo entre os países detentores de parcelas

39 Disponível em: <http://11nk.devTHHKA>. Acesso em 24 de setembro de 2023.

40 Para uma análise mais aprofundada da Declaração de Belém, ver o texto produzido em parceria com o Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas sobre os Diálogos Amazônicos e a participação da sociedade civil na Cúpula da Amazônia. Disponível em: <https://obsinterclima.eco.br/wp-content/uploads/2023/09/Comentarios-Beatriz-1.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2023.

41 Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/unidos-por-nossas-florestas-2013-comunicado-conjunto-dos-paises-florestais-em-desenvolvimento-em-belem. Acesso em 24 de setembro de 2023.



significativas de biodiversidade para uma articulação com o objetivo de influenciar a gestão dos recursos direcionados para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Por fim, há uma menção das iniciativas conduzidas por países em desenvolvimento, como a Cooperação Trilateral sobre Florestas Tropicais e Ação Climática promovida por Brasil, Indonésia e RDC e a Cúpula das Três Bacias dos Ecossistemas da Biodiversidade e Florestas Tropicais, que será sediada pelo Congo, em outubro de 2023, com o objetivo de reiterar a importância dessas ações. A inclusão deste ponto, em um documento assinado em sua maioria por países da Pan-Amazônia, em um evento onde eles eram os protagonistas, revela certo reconhecimento do papel destacado que Brasil, Indonésia e RDC podem ter na agenda florestal, reforçando a aproximação política entre seus Estados.

Além da sinalização de proximidade demonstrada através do comunicado, o presidente brasileiro também recebeu Félix Tshisekedi, seu homólogo da República Democrática do Congo, em uma reunião bilateral, durante a Cúpula da Amazônia. O encontro ocorreu com o objetivo de estreitar as relações entre os dois países e delineou o interesse das duas partes em trabalhar com projetos de cooperação nos temas de Educação, Agricultura e Ciência e Tecnologia⁴².

Análise dos movimentos brasileiros

Historicamente, os países em desenvolvimento têm se articulado nas negociações sobre o meio ambiente através do grupo G77+China, uma coalizão que lhes dá margem de manobra para avançar as pautas que desejam e bloquear as que são contrárias aos seus interesses. Esse grupo foi de grande importância para garantir que os interesses dos países em desenvolvimento estivessem presentes nos documentos produzidos nas negociações climáticas, principalmente através da inclusão do princípio das “responsabilidades comuns porém diferenciadas” no Protocolo de Kyoto e no Acordo de Paris (JINNAH, 2017).

Entretanto, a mudança de configurações políticas e econômicas no sistema internacional tem transformado essa dinâmica e dado outros recortes às negociações sobre a mudança do clima, como uma maior aproximação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) com os Estados Unidos, movidos pela urgência de lutar por uma maior responsabilização dos países em desenvolvimento, especialmente de potências emergentes (JINNAH, 2017). Por sua vez, o BASIC, coalizão formada por Brasil, Índia, China e África do Sul, organizou-se, em 2009, para assumir metas voluntárias de redução de gases de efeito estufa.

Uma leitura atenta da Declaração de Belém e do comunicado “Unidos por Nossas Florestas” nos direciona para duas reflexões importantes sobre o comportamento brasileiro nas negociações ambientais nos últimos anos, principalmente no ano de 2023. Em primeiro lugar, verificamos que o país tem utilizado o debate florestal como palco para retomar protagonismo, costurando seus interesses, principalmente aumento de financiamento climático oriundo do Norte, e seus recursos, como abrigar a parte mais extensa da maior floresta tropical do mundo.

A segunda reflexão que a articulação brasileira com os outros países da “OPEP do Carbono Florestal” durante a Cúpula da Amazônia nos traz é sobre a importância dessa coalizão para o governo brasileiro. Ao fazer esse convite para estarem presentes na cúpula, o Brasil deixa claro, doméstica e internacionalmente, seu interesse em colocá-los como parceiros estratégicos. Isto reforça sua capacidade de negociação e poder de barganha nas negociações climáticas.

Dessa maneira, fica claro que o objetivo do governo brasileiro no evento não foi apenas “acertar dois coelhos com uma cajadada só”, se aproximando dos dois grupos a partir de uma mesma oportunidade. Mais do que isso, há um interesse do Brasil em construir uma aliança mais ampla em torno do tema de florestas e uso da terra, unindo os países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica e da “OPEP do Carbono Florestal” e assumindo uma posição de liderança nela.

A relação de proximidade do Brasil com outros países detentores de florestas tropicais

42 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/lula-e-presidente-da-republica-democratica-do-congo-querem-estreitar-relacoes>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

que se desenha no atual cenário é relevante não só pela cooperação estimulada entre eles, mas também pela construção de um novo bloco com interesses em comum que possa agir de forma conjunta nas negociações das COPs do Clima, garantindo um peso político maior.

Este bloco, se efetivado, possuiria características particulares. Em primeiro lugar, o perfil dos países integrantes deve ser levado em consideração, principalmente a forma como são vistos pelos outros Estados. Apesar dos desafios que os países amazônicos, a Indonésia e a RDC enfrentam em relação ao desmatamento, eles não são os principais emissores de gases de efeito estufa no mundo.

Por essa razão, a coalizão tem maior credibilidade nos debates sobre mudanças climáticas, ampliando sua capacidade de barganha com os países desenvolvidos e, conseqüentemente, sua chance de acessar mais recursos. Uma parceria do mesmo tipo com países como a China, por exemplo, provavelmente não alcançaria os mesmos resultados, pois, apesar de afirmar-se como parte do Sul Global, a China passou a estar entre os principais emissores e é uma das principais economias do mundo.

Considerações finais

Apesar da alternância de poder característica de governos democráticos e da conseqüente ênfase maior ou menor dada pelos governos eleitos a temas ambientais, historicamente existem características que se mantêm na diplomacia brasileira ao longo dos anos como fatores constitutivos (SARAIVA, 2010). Apesar das disputas internas do Itamaraty, tradicionalmente há um interesse brasileiro em se identificar como um player nas negociações internacionais sobre o meio ambiente e em atrair investimentos financeiros baseados no princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, que leva em consideração a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos na crise climática.

Essa continuidade é um dos fatores que explica a formação da coalizão chamada de “OPEP do Carbono Florestal” mesmo durante um governo negacionista das mudanças climáticas, como o de Jair Bolsonaro. Para a jornalista e secretária-executiva da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, Ana Carolina Amaral, “a posição do Itamaraty sobre a defesa das florestas mantém entendimentos que atravessam governos, o que ajuda a explicar como uma mesma parceria pode ser desejada por duas gestões com visões opostas”⁴³.

Outro fator capaz de explicar a construção da parceria, mesmo dentro de um governo negacionista e obstrucionista climático como o de Bolsonaro, é o interesse do agronegócio nas iniciativas de créditos de carbono. Historicamente, o agronegócio é capaz de pressionar os governos brasileiros em busca de seus interesses e a possibilidade de obter retorno econômico através da emissão de créditos por emissões evitadas pode se apresentar como um desses interesses⁴⁴.

Outra característica de destaque é a relevância do tema. As florestas são essenciais para a manutenção do ecossistema em que vivemos, funcionando como grandes sumidouros de carbono que são extremamente importantes, principalmente no cenário atual de agravamento da crise climática. Conseqüentemente, as discussões em torno das florestas são de grande interesse para todos os países, o que também aumenta a margem de negociação do Brasil nas COPs e o coloca no centro do debate.

Além destes elementos, há uma variável política que explica uma maior ênfase e interesse nos temas ambientais especificamente em 2023. Ao assumir a Presidência da República em janeiro de 2023, Lula constrói um governo com diferentes prioridades e estratégias de implementação de política externa, o que também não é uma novidade na história nacional, segundo Saraiva (2010). A escolha de sediar a Cúpula da Amazônia em 2023 e a COP 30 em 2025 pode ser entendida como uma estratégia do novo governo para demonstrar uma nova imagem do Brasil para o mundo, comprometido com a causa climática.

Dessa maneira, acreditamos que a Cúpula da Amazônia foi utilizada como plataforma não só para fortalecer as relações com a Indonésia e a RDC, mas como uma estratégia muito

43 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/desejada-por-lula-parceria-com-indonesia-e-congo-pode-sair-sob-bolsonaro-na-cop27.shtml>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

44 Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/06/helen-jacinto-mercado-de-carbono-quais-sao-as-oportunidades-para-o-agro/>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.



maior, de posicionamento do Brasil como protagonista do regime climático e articulador de interesses caros a uma parte do Sul Global. Ao colocar a cúpula como um evento preparatório tanto para a COP 28, que será realizada nos Emirados Árabes no final de 2023, quanto para a COP 30, que será realizada em Belém em 2025, o Brasil estabelece de antemão quais serão suas prioridades nas negociações que se seguirão.

Além disso, o evento também marcou a iniciativa brasileira de construir um bloco mais amplo que a “OPEP do Carbono Florestal”, contando não só com a Indonésia e a RDC, mas também com os países amazônicos. Conforme pontuado por Lula em uma declaração à imprensa, “a ideia básica é a gente sair daqui preparado para, de forma unificada, todos os países que têm floresta terem uma posição comum nos Emirados Árabes durante a COP 28 e mudar a discussão”⁴⁵, fortalecendo o lugar dos países detentores de florestas tropicais na agenda global⁴⁶.

Por essa razão, a expectativa é de que em Dubai, durante a COP 28, os diplomatas brasileiros trabalhem em prol de fortalecer ainda mais os laços com os atores que estavam presentes na Cúpula da Amazônia, usando um posicionamento comum para buscar acordos de financiamento climático e desenvolvimento sustentável e pressionar pela responsabilização dos países desenvolvidos, a fim de que ajam de acordo com os compromissos que assumiram.

Por fim, cabe registrar que o Brasil vai à COP 28 calçado de uma conquista importante no cenário doméstico que amplia ainda mais sua credibilidade no sistema internacional como um ator responsável com as questões ambientais: uma redução significativa nos níveis de desmatamento em relação ao ano anterior no mesmo período⁴⁷. Assim, o país ganha recursos para se apresentar como exemplo na condução de medidas de redução do desmatamento e aprimorar ainda mais sua imagem, buscando assumir uma postura de líder do Sul Global no debate climático.

Referências bibliográficas

SARAIVA, M. G.. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. **Mural Internacional** (Online), v. 1, p. 45-52, 2010.

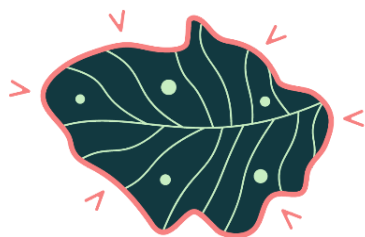
JINNAH, Sikina. Makers, Takers, Shakers, Shapers: Emerging Economies and Normative Engagement in Climate Governance. **Global Governance**, vol. 23, p. 285-306, 2017.

45 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx0wv428ypqo>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

46 Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-cupula-da-amazonia-em-belem-pa>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

47 Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/amazonia-alertas-de-desmatamento-tem-queda-de-66-em-agosto>. Acesso em 25 de setembro de 2023.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Agosto de 2023

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em agosto de 2023. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de monitores mensais, o OPSA busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo.

A série de monitores faz parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em 8 e 9 de agosto, ocorreu, na cidade brasileira de Belém, a IV cúpula de chefes de Estado dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, mas, desde então, pouco acionado. Encontros semelhantes ocorreram apenas em 1989, 1992 e 2009. Os países voltaram a se reunir em 2023 após convocação do Brasil, feita pelo governo Lula no início do ano.

A Bolívia chegou à cúpula da OTCA com uma série de complexidades e desafios na sua gestão da Amazônia. O país hoje é um dos que mais desmatam percentualmente no globo – com dados alarmantes [1] e majoritariamente concentrados na região amazônica do país – e é um dos únicos países da Pan-Amazônia que não estabeleceram compromissos de acabar com o desmatamento até 2030.

O desmatamento na Bolívia é complexo, pois está intimamente conectado à expansão da fronteira agrícola e pecuária, sobretudo de soja, milho e gado. Ocorre principalmente no departamento de Santa Cruz, o maior em termos de extensão territorial. Além disso, é um fenômeno que está ligado ao “avasallamiento”, processo de migração de trabalhadores de outras categorias rurais em direção à floresta para a ampliação de outros cultivos, como a folha de coca. Muitas vezes o “avasallamiento” é atravessado por violências, além de contribuir para a expansão de atividades ilegais (pesca ilegal, exploração da madeira) e do narcotráfico.

Outros conflitos socioambientais também estão presentes na região amazônica do país, como a expansão da mineração aluvial ilegal (principalmente de ouro) nos rios, que polui e degrada o bioma (contaminação por mercúrio) e afeta grande parte dos povos indígenas da região; a ampliação do crime organizado, especializado em crimes ambientais; e a extração de gás na transição entre o bioma amazônico e o Chaco.



Foi com este pano de fundo que a delegação boliviana, composta pelo presidente, Luis Arce, pelo Ministro das Relações Exteriores, Rogelio Mayta, e pelo Ministro do Meio Ambiente e da Água, Rubén Mendez Estrada, chegou a Belém. Em seu discurso, Arce afirmou que o mundo passa por múltiplas crises em função da superexploração da natureza. Apontou que o principal responsável é o capitalismo, que coloca em risco a humanidade e que se reproduz por meio de usurpações no século XXI. Assim, reconheceu que a crise climática é uma realidade, mas que ela não é causada pelos países latino-americanos. Reivindicou o princípio das “Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas”, politicamente gestado na Rio-92.

Em suas palavras: “O fato de a Amazônia ser um território tão importante não implica que toda a responsabilidade pelas consequências e efeitos da crise climática tenham que recair nas nossas mãos e nas nossas economias, porque essa crise climática mundial não foi gerada por nós”. Arce defendeu a importância da soberania e da autodeterminação dos povos, principalmente dos povos indígenas originários. Destacou a vanguarda da Bolívia em reconhecer constitucionalmente os direitos da Pachamama e a plurinacionalidade.

Arce diagnosticou que a crise climática tem responsáveis principais: os países ditos desenvolvidos. Denunciou que estes países têm interesses na Amazônia, especialmente os Estados Unidos e europeus. Para ele, enquanto o primeiro tem instalado centros militares e procura militarizar a região, países europeus têm expandido a presença nela por meio de instrumentos não-militares, como organizações não-governamentais (ONGs). Com isso, seu discurso se encaminhou para a rejeição de qualquer tentativa de exploração da região amazônica por potências estrangeiras.

Por fim, o presidente boliviano apontou 7 linhas de ação que acredita que a OTCA deveria seguir. São elas: o fortalecimento institucional da organização; a demanda por financiamentos e tecnologias inovadoras; a participação em mecanismos internacionais (com destaque para a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, a CELAC); o desenvolvimento sustentável e a participação indígena no processo; a integração regional para enfrentar desafios críticos; a rejeição à militarização e ingerência estrangeira na região; e o fortalecimento de uma agenda regional coordenada para fazer face a desafios como a mineração ilegal, o tráfico de drogas e o crime organizado.

Cabe notar que, ainda que o discurso de Arce tenha sido construído para defender politicamente o desenvolvimento sustentável, a participação dos povos indígenas e uma relação menos predatória com a natureza, a prática do governo boliviano tem sido diferente. O aumento no nível do desmatamento é acompanhado da manutenção de políticas extrativistas, com uma economia profundamente dependente da exploração de gás natural e de políticas de promoção do “avasallamiento”. Um resultado disso é que, segundo a imprensa [2], fontes (anônimas) afirmam que uma das principais polêmicas da cúpula – a discussão sobre a exploração de petróleo na floresta – teve, na delegação na Bolívia, uma de suas principais vozes: a delegação se colocou de forma firmemente contrária à inclusão, na Declaração de Belém, de menções ou metas de diminuição ou encerramento da utilização de energias fósseis na região.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O Brasil convocou e sediou a cúpula da OTCA em Belém, cidade que também busca que seja a sede da COP-30 da ONU, em 2025. A intenção de organizar a cúpula foi anunciada ainda na campanha eleitoral de Lula à Presidência da República, em 2022, quando Celso Amorim – então integrante da equipe de trabalho e hoje assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República – declarou à imprensa que a intenção seria renovar o significado político do TCA (assinado em 1978), após quatro anos de avanço de exploração predatória da floresta amazônica durante o governo Bolsonaro [3].

Além de convidar todos os países amazônicos para a cúpula, o Brasil estendeu



convites para a França (devido ao território ultramarino da Guiana Francesa), o Congo, a Indonésia e a República Democrática do Congo. A intenção de se aproximar dos últimos três países, dotados de grandes florestas tropicais como o Brasil, também foi manifestada ainda na eleição de 2022. O chefe da campanha de Lula, Aloízio Mercadante (hoje presidente do BNDES), declarou que o objetivo seria formar uma aliança estratégica entre países em desenvolvimento para pressionar países desenvolvidos, em negociações da ONU, a cumprir promessas de ajuda financeira para o enfrentamento das mudanças climáticas [4].

A agenda que o Brasil levaria para a cúpula foi debatida publicamente entre órgãos do Estado e representantes da sociedade civil nos meses anteriores ao evento. Entre 16 e 18 de maio, foi realizado o seminário “Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), no Palácio do Itamaraty, em Brasília. A finalidade foi reunir propostas através de oito painéis de discussão, além das mesas de abertura e encerramento, sobre diversos temas relacionados à Amazônia. Compareceram representantes de diferentes ministérios do governo federal, Câmara dos Deputados, Superior Tribunal de Justiça, governo estadual do Pará e sociedade civil (entidades empresariais, movimentos sociais, ONGs, Igreja e academia). Todos os painéis e mesas foram filmados e disponibilizados pela FUNAG no seu canal do YouTube [5].

Em 27 de junho, o Itamaraty organizou uma reunião interministerial para finalizar a construção da posição brasileira. Segundo a pasta, “cerca de 40 ministérios e órgãos do [governo federal] participaram da elaboração do texto da declaração presidencial, que incorporou contribuições de entidades acadêmicas e da sociedade civil” [6]. Também em preparação à cúpula, o Instituto Rio Branco, ligado ao Itamaraty, organizou o I Curso sobre Diplomacia Amazônica para Jovens Diplomatas dos Países-Membros da OTCA, entre 31 de julho e 3 de agosto. A programação do curso previu a realização de quatro painéis, que reuniram, novamente, representantes de diferentes órgãos do Executivo federal e do Superior Tribunal de Justiça, além de autoridades da OTCA e da ONU [7].

Por sua vez, igualmente antecedente à cúpula, a Secretaria-Geral da Presidência da República organizou, nos dias 4 a 6 de agosto, os Diálogos Amazônicos, também em Belém. Tratou-se de uma série de 300 eventos com participação de 27 mil pessoas da sociedade civil, órgãos de Estado e instituições multilaterais. Propostas foram consolidadas em seis relatórios entregues aos chefes de Estado no início da cúpula presidencial, abordando temas como ações emergenciais para a proteção da floresta, povos indígenas, defesa de ambientalistas, erradicação do trabalho escravo, racismo ambiental, saúde, ciência, agroecologia e transição energética [8]. Também foi lançada a Carta dos Povos Indígenas da Bacia da Amazônia, que pede a proteção de economias indígenas, a demarcação de territórios, o direito à consulta sobre projetos que afetem as comunidades e a criação de zonas de exclusão da exploração de petróleo, incluindo a foz do Rio Amazonas [9].

Finalmente, durante a cúpula da OTCA, o presidente Lula fez um discurso [10] marcado por críticas ao governo antecessor, por anúncios de políticas nacionais de proteção da Amazônia e por propostas de cooperação regional em diferentes temas. O governo de Jair Bolsonaro foi chamado de negacionista e de promotor, na ONU, de um nacionalismo primitivo, que responsabilizava índios e caboclos por queimadas na floresta amazônica. O ex-presidente foi acusado de abrir as portas para ilícitos ambientais e o crime organizado.

A fim de superar um período marcado pela falta de respeito à democracia, Lula lembrou que criou o Ministério dos Povos Indígenas, pela primeira vez na história, e que enviou o pedido de ratificação, ao Congresso Nacional, do Tratado de Escazú, que procura proteger defensores do meio ambiente e facilitar o acesso à informação ambiental na América Latina e no Caribe. Também prometeu que o Brasil pretende zerar o desmatamento até 2030, que fomentará a restauração de florestas para a produção de alimentos através do Programa Nacional de Florestas Produtivas e que desempenhará um papel central na transição energética, liderando a produção de fontes limpas. Contudo, silenciou sobre proibir a exploração de petróleo no litoral amazônico, objetivo atual da Petrobras que encontra resistência no IBAMA.

No que se refere às iniciativas regionais, Lula anunciou a criação, em Manaus, de um



Centro de Cooperação Policial Internacional, com a presença de forças federais e estaduais, além de apoio das Forças Armadas sobretudo em faixas de fronteira. O órgão também buscava criar um sistema integrado de controle de tráfego aéreo. Além disso, o presidente brasileiro propôs o fortalecimento da OTCA por via da dotação de mais recursos próprios, da criação de uma instância decisória entre chefes de Estado (o órgão mais alto existente é entre chanceleres) e da ampliação do seu programa de ação, por meio tanto da criação de um painel técnico-científico intergovernamental, quanto da elaboração de iniciativas de cooperação a partir dos dados fornecidos pelo Observatório Regional Amazônico sobre recursos hídricos, saúde, biodiversidade e mudança do clima. Finalmente, Lula defendeu a revitalização do Parlamento Amazônico.

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

A intervenção do presidente Gustavo Petro, na cúpula da OTCA, teve destaque no debate geral do evento, realizado em agosto de 2023. Seu discurso [11] reforçou a urgência do fim da exploração de petróleo, gás e carvão na Amazônia e propôs medidas econômicas, judiciais e militares para a proteção da floresta. Fez, ainda, uma dura crítica aos demais governos progressistas, ao apontar que, enquanto a direita e a extrema-direita se apoiam no negacionismo científico, a esquerda por vezes se vale de outro tipo de negacionismo quando adia decisões que são fundamentais para a manutenção da vida, como o fim da exploração de hidrocarbonetos.

Em síntese, Petro criticou a reação geral de políticos à crise climática. Segundo ele, a política está presa na retórica, já que está vinculada aos interesses dos capitais de economias baseadas em combustíveis fósseis. Lembrou que cabem aos líderes da região amazônica tomar decisões importantes, em um momento no qual a humanidade está às margens da extinção. Também apontou que o agravamento da crise na floresta amazônica tem repercussões desastrosas para a América do Sul: grande parte da água da Colômbia e dos Andes é oriunda da floresta, por exemplo, e a escassez da água poderia causar uma grande crise migratória em direção aos Estados Unidos, em um futuro próximo.

A superação da exploração de hidrocarbonetos é vista por Petro como inegociável para se atingir resultados positivos na mitigação da crise climática. Nos seus termos, deve-se pensar em uma “prosperidade descarbonizada”, ou seja, um modelo de sociedade que consegue prosperar sem carbono. Portanto, o fim da exploração do petróleo, gás e carvão na Amazônia deve ser um imperativo, de acordo com o presidente colombiano, posição esta que o distingue de seus homólogos.

Sobre o desmatamento, Petro lembrou que a Colômbia, em 2020, se comprometeu a chegar a um desmatamento zero, e que, em relação ao ano de 2022, o país já reduziu a área desmatada em 70%. Todavia, ainda que chegar ao desmatamento zero seja importante, levando em consideração o dano já acumulado às florestas, tal prática não é suficiente, segundo Petro. O presidente afirmou que se deve pensar em formas de não degradação e revitalização das florestas.

Petro propôs que os países do Norte geopolítico troquem a dívida externa dos países amazônicos por ação climática. Liberar espaço orçamentário seria um primeiro passo para elaborar um plano mundial de investimento permanente e anual que ponha em marcha a revitalização da Amazônia. Além disso, Petro defendeu a criação de um Tribunal de Justiça Ambiental Amazônico, que reconheça os direitos da floresta e julgue crimes contra ela. Ainda no mesmo tema, sugeriu a assinatura de um tratado militar e judicial, de forma a facilitar interdições de qualquer contravenção na Amazônia. Por fim, propôs a criação de um centro comum científico de pesquisas sobre a floresta amazônica, encarregado de compreender formas de implementação da bioeconomia.

Equador

Por Ghaio Nicodemos

O presidente Guillermo Lasso não compareceu à cúpula da OTCA, no Brasil, alegando razões de política interna não especificadas. O Equador foi representado no evento por seu ministro de Relações Exteriores, Gustavo Miranda, que já havia exercido o cargo de ministro do Meio Ambiente entre maio de 2021 e maio de 2023. Em seu discurso [12], Miranda reivindicou, sobretudo, a proteção da biodiversidade na floresta amazônica, no que toca a fauna e a flora.

Miranda afirmou que, apesar de a Amazônia cobrir menos da metade do território de seu país, é nela que existem os maiores bolsões de espécies protegidas de aves e anfíbios, localizadas no Parque Nacional de Yasuní. Para estimular maiores proteções regionais, propôs a criação de uma Organização dos Países Megadiversos (OPAME) ou Grupo dos 17 (G-17), que se encarregaria de preservar a biodiversidade por via da perspectiva dos Estados nacionais que abrigam grande variedade de espécies.

O ministro também elogiou a assinatura de um acordo entre o Equador e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com sede nos Estados Unidos e hoje dirigido por Ilan Goldfajn, ex-diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (2021-2022). Pelo acordo, parte da dívida externa do país foi convertida em recursos para políticas ambientais, especificamente a proteção e a conservação das Ilhas Galápagos [13].

Além disso, Miranda destacou a importância da floresta como patrimônio cultural dos povos originários e criticou a violência que o extrativismo exerce sobre a população nativa da região. A melhoria das condições sociais foi lembrada como um dos fatores que pode auxiliar na conservação da floresta. Mecanismos de mitigação da pobreza, de proteção social e de fomento ao desenvolvimento integrado podem garantir que a floresta permaneça de pé, segundo o ministro.

Por fim, Miranda atentou para o funcionamento institucional da OTCA. Reforçou a candidatura de Edith Paredes, equatoriana, para assumir a direção executiva da organização, pleito que o Equador sustenta desde maio deste ano. O representante equatoriano reforçou a importância da rotatividade da liderança da organização e a necessidade de fortalecimento da instituição enquanto organização técnica e política. Com isso, destacou que a equidade de gênero deve ser observada em todos os níveis de cooperação estabelecidos pelos países membros da OTCA.

Para além da cúpula amazônica, cabe registrar a realização de um importante plebiscito que ocorreu no Equador, em agosto, relacionado à região e seu entorno. Foram feitas duas consultas populares sobre práticas de extrativismo em regiões de reservas florestais. A primeira consulta, de caráter nacional, questionou a população sobre a interrupção da exploração petrolífera na reserva de Yasuní, na região amazônica, pauta defendida pelas principais organizações indígenas do país há anos [14]. A segunda consulta, de caráter local, perguntou sobre a continuidade da mineração na reserva ambiental do Choco Andino, cujo ecossistema serve de transição entre a Amazônia e os Andes e é responsável pela provisão de água para a província de Pichincha, onde se localiza capital do país, Quito.

Na consulta que dizia respeito à Amazônia, o voto no 'Sim', favorável à interrupção das atividades petrolíferas na reserva Yasuní, ganhou com 59% dos votos. As principais forças políticas que fizeram campanha contra a exploração de petróleo foram a Unión Nacional de Educadores (UNE), a Unión General de Trabajadores del Ecuador (UGTE) e a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE). A expectativa é que, se respeitado o resultado da consulta, o fim da exploração em Yasuní ocorrerá em até 18 meses, o que limitará a exploração de mais de 725 milhões de barris de petróleo, mais de 1/5 de todas as reservas de petróleo do país. Na segunda consulta, sobre mineração no Choco Andino, o voto 'Sim' ganhou com cerca de 68% [15].

O plebiscito atravessou a campanha presidencial em andamento no país [16]. O candidato Daniel Noboa, da direita, mais convergente a Lasso e com um discurso em favor



da sustentabilidade, apoiou o voto no “Sim”. Por sua vez, Luisa González, da esquerda ligada ao ex-presidente Rafael Correa, foi evasiva quando questionada sobre o tema, porém, enquanto legisladora, já havia se posicionado a favor da exploração na região amazônica. Após o resultado do plebiscito, a candidata começou a dar indícios de que, se eleita, buscará reverter o resultado e manter a exploração de petróleo na reserva Yasuní [17]. Noboa e González disputarão o 2º turno da eleição em outubro.

Guiana

Por Guilherme Fritz

Tanto o presidente quanto o primeiro-ministro da Guiana, Irfaan Ali e Mark Phillips, respectivamente, compareceram à cúpula da OTCA, realizada no Brasil, em agosto de 2023. A ida de ambos salientou a importância política atribuída ao encontro. A Guiana possui 85% de seu território coberto por florestas tropicais, especialmente a Amazônia, o que lhe dá centralidade na geografia nacional. Além disso, a capital, Georgetown, foi construída abaixo do nível do mar, o que aumenta a importância do debate climático para o país [18].

A cúpula recebeu grande cobertura na imprensa local [19]. Irfaan Ali afirmou que a Amazônia é um meio estratégico para uma inserção internacional favorável da Guiana, mas que as demandas globais pela preservação ambiental são um desafio para o futuro do país. Por sua vez, Mark Phillips ressaltou a importância da preservação da floresta e dos povoados indígenas que nela vivem. Entretanto, afirmou que a preservação precisa vir acompanhada de desenvolvimento econômico. A Amazônia ofereceria grandes oportunidades para o ecoturismo guianense e para a captação de divisas. Além disso, o primeiro-ministro enfatizou a importância de se diversificar a matriz energética do país, o que classificou como uma tarefa urgente e comum a todos os países amazônicos.

Em 2015, foram descobertas enormes reservas de petróleo na costa da Guiana, de tal forma que, na primeira metade de 2023, foi o país que mais cresceu economicamente no mundo, impulsionado pelas atividades do setor de óleo e gás. A exploração é conduzida pela empresa estadunidense Exxon Mobil, que conta com incentivos fiscais do governo guianês [20].

Ainda no mês de agosto, Irfaan Ali recebeu a visita do ex-Primeiro Ministro britânico, Tony Blair. Durante o encontro, Ali argumentou que a Guiana é um país ímpar no combate à crise climática por conta de sua grande cobertura florestal, mas que é fundamental que os valores de um crédito de carbono aumentassem de US\$7,00 para US\$70,00 [21].

Em síntese, o atual governo guianês encontra-se diante de um possível dilema para o desenvolvimento do país. Por um lado, tende a viver um aprofundamento da produção de petróleo offshore, aumentando a oferta de um combustível fóssil crítico para o aquecimento global. Por outro lado, demanda financiamento via mercado de crédito de carbono para aumentar a conservação ambiental da Amazônia. Em ambos os casos, a Guiana depende de forças externas [22].

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

A presidenta do Peru, Dina Boluarte, esteve presente na cúpula da OTCA. Foi a sua primeira participação em um evento internacional desde que assumiu o cargo, em 7 de dezembro de 2022, após a tentativa do ex-presidente Pedro Castillo de fechar o Congresso nacional. A viagem ocorreu em meio a uma longa crise política no país, na qual grupos domésticos e líderes latino-americanos questionam a legitimidade do governo Boluarte. Nesse contexto, como o país não possui um vice-presidente no momento, a participação de Boluarte só pôde ser confirmada depois que o Congresso aprovou uma lei permitindo que a mandatária governasse de forma remota [23].

No seu discurso [24], Boluarte defendeu a relevância do Peru no que tange à

preservação da Amazônia, devido ao fato de ser o país que detém a segunda maior porção territorial da floresta, ficando apenas atrás do Brasil, e abrigar as cabeceiras mais altas do Rio Amazonas, localizadas nos Andes. A mandatária peruana enfatizou que a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável devem estar intrinsecamente ligados ao respeito pelos direitos das comunidades indígenas e de todas as pessoas que habitam essa região.

Além disso, propôs que sejam realizadas políticas públicas voltadas para dar um “rosto humano” à Amazônia. Seus objetivos deveriam incluir o estímulo ao potencial das atividades desenvolvidas na região, valorização do conhecimento ancestral dos povos originários, fomento de programas educativos nos idiomas nativos, promoção de mecanismos de consultas aos povos locais, disseminação da cultura amazônica, incentivo ao turismo sustentável, entre outras finalidades.

A presidenta peruana destacou, ainda, a necessidade de se conseguir mais financiamentos junto aos bancos de desenvolvimento para as iniciativas de preservação da floresta. Ressaltou que há a necessidade de a comunidade internacional se mobilizar mais para cooperar, sem que haja “condicionamentos impostos pelos países com mais recursos”. Boluarte defendeu também que os países amazônicos promovam uma aliança contra as atividades ilícitas na região. Ao final do seu discurso, fez um convite cordial ao presidente brasileiro para visitar o Peru.

Apesar de enfatizar a necessidade de criação de políticas diversas, Boluarte não propôs nenhum projeto concreto para implementá-las. Tampouco houve menção aos inúmeros casos de assassinatos de ativistas ambientais que vêm ocorrendo no país. Além disso, o tema das mudanças climáticas não teve centralidade no seu discurso, apesar dos prognósticos preocupantes acerca dos efeitos do fenômeno El Niño para o Peru no final deste ano. Segundo o *Centro Nacional de Estimación, Prevención y Reducción del Riesgo de Desastres* (Cenepred), existem 8.888 pontos críticos com riscos de inundações e deslizamentos em todo o país, e apenas 5% do orçamento transferido do Executivo nacional para os governos regionais para obras e serviços de prevenção de desastres foi investido pelos governadores [25].

Tanto o apelo para a proteção dos direitos humanos, especialmente daqueles que têm sido historicamente marginalizados na região, quanto o gesto diplomático de convite ao presidente Lula, demonstram uma tentativa de Boluarte de apaziguar o momento tenso em que se encontra seu mandato. Sua presidência vem sendo marcada por manifestações populares e pressões para a convocação de novas eleições, evidenciando uma polarização política e social no país.

Ao participar de um evento internacional de relevância, como a cúpula da Amazônia, Boluarte busca demonstrar seu compromisso com questões cruciais, como a preservação ambiental e o respeito pelos direitos humanos, a fim de consolidar sua liderança e legitimidade interna e externamente. O investimento do governo peruano em fortalecer as relações bilaterais com o Brasil, um país vizinho e de grande relevância na região amazônica, por meio de um convite à visita de uma figura política de destaque como Lula, poderia fomentar o diálogo e a cooperação entre os dois países em questões ambientais e socioeconômicas [26]. Além disso, cabe acompanhar se Boluarte levará estes temas para a Aliança do Pacífico, bloco no qual assumiu a presidência “pro tempore” e que conta também com a Colômbia como país amazônico, além do Chile e do México.

Suriname

Por Guilherme Fritz

O presidente do Suriname, Chan Santokhi, não compareceu à cúpula da OTCA, nos dias 8 e 9 de agosto, em Belém. A justificativa foi a coincidência com o Dia da Imigração Javanesa, data considerada importante no país [27]. Em seu lugar, enviou Albert Randim, Ministro das Relações Exteriores.

Durante sua fala no evento, Randim deixou claro que a cooperação entre todos os



países amazônicos é fundamental não apenas para a preservação da floresta, mas também para o desenvolvimento econômico da população que vive nela. Nesse sentido, defendeu a importância de um mercado de créditos de carbono comum entre os países amazônicos [28].

Além disso, enquanto estava no Brasil, Randim visitou a Transpetro com o intuito de articular uma parceria entre a empresa brasileira e a Staatsolie, empresa estatal do Suriname. A intenção é averiguar possibilidades de cooperação na área de infraestrutura do setor de óleo e gás.

Desde 2020, o Suriname já descobriu 4 bilhões de barris de petróleo, mas a produção caminha a passos lentos. O primeiro projeto offshore de exploração deve ser iniciado em 2023, pela empresa francesa Total Energies [29]. De modo geral, a renda do petróleo é considerada uma maneira de amenizar a pobreza no país, porém a empreitada é vista como uma prática ecologicamente não sustentável por parte da sociedade.

O Suriname possui mais de 90% de seu território coberto por florestas tropicais. A floresta amazônica representa boa parte deste território. Sua possível contaminação por vazamentos de petróleo é causa de desconfiança. Além disso, a lógica dos créditos de carbono também é questionada: se, por um lado, a floresta funciona como captadora de recursos deste tipo no mercado, por outro, a produção de petróleo levará à manutenção ou ao aumento de emissões de CO₂; isto, por sua vez, exige uma “Amazônia de pé” para absorver tais emissões, incentivando mais projetos de conservação florestal que capturem mais créditos de carbono, sem que se saiba, porém, o limite ambiental deste processo.

Venezuela

Por Thaís Batista e Stephanie Braun

Na cúpula da OTCA, a Venezuela foi representada pela vice-presidente do país, Delcy Rodríguez. O presidente Nicolás Maduro havia confirmado sua participação inicialmente, porém não viajou ao Brasil. Na noite anterior à viagem, explicou, em sua conta no Twitter, que faltaria em decorrência de uma otite, mas não notificou oficialmente o governo brasileiro de sua ausência [30].

Além da vice-presidente Rodríguez, a comitiva venezuelana foi composta pelos ministros da Agricultura e Terra, Wilmer Castro Soteldo; Ciência e Tecnologia, Gabriela Jiménez; Povos Indígenas, Clara Vidal; Ecosocialismo, Josue Lorca; pelo chanceler, Yván Gil; vice-chanceler para América Latina e Caribe, Rander Peña; vice-chanceler para Assuntos Multilaterais, Rubén Darío Molina; e pelo embaixador da Venezuela no Brasil, Manuel Vadell [31].

Em seu discurso durante a cúpula [32], Delcy Rodríguez apresentou 9 propostas de Nicolás Maduro relacionadas à preservação e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. Foram elas: 1) criação de uma força-tarefa da OTCA como instância de articulação e união; 2) criação de um plano de desmatamento zero na Amazônia; 3) elaboração de um plano de reflorestamento da Amazônia, com a criação de um banco de sementes para a preservação da biodiversidade da região; 4) eliminação do uso de metais pesados em atividades de mineração; 5) eliminação do garimpo ilegal na região e promoção de mineração sustentável; 6) criação do Centro de Pesquisas da Amazônia para monitorar a crise climática e preservar saberes tradicionais; 7) lançamento de um satélite amazônico para monitorar a região; 8) elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável, ecológico e soberano, em harmonia com a natureza; e 9) fortalecimento institucional da OTCA, com a criação de Conselhos de Ministros de saúde, defesa, povos indígenas, entre outros.

Para além dessas propostas, Rodríguez também destacou três ameaças à Amazônia: 1) a voracidade de multinacionais farmacêuticas e de alimentos na região; 2) a terceirização da função do Estado com a presença de ONGs financiadas pelo capital internacional; e 3) a mercantilização da biodiversidade da Amazônia com a presença de bases militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na região. A vice-presidente concluiu seu discurso clamando pela união entre os países amazônicos para preservar a vida no

planeta e defender a região dos ataques do Norte.

Ademais, durante o evento, os representantes venezuelanos realizaram encontros bilaterais para discutir temáticas correlatas à Cúpula. Rodríguez teve uma reunião com o presidente da Bolívia, Luis Arce. O ministro do Ecossocialismo, Josue Lorca, se reuniu com a ministra de Meio Ambiente da República do Congo, Arlette Soudan–Nonault. Finalmente, o chanceler Yván Gil teve reuniões com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e com Alessandro Teixeira, assessor da presidenta do Banco dos BRICS, Dilma Rousseff, e especialista em Desenvolvimento, Indústria e Comércio Internacional [33].

OTCA

Por Diogo Ives

Em discurso durante a cúpula presidencial realizada em Belém, a secretária-geral da OTCA, María Alexandra Moreira López, celebrou o novo impulso dado ao bloco e saudou a ambição dos países-membros em defenderem uma visão integral para a Amazônia, diante das múltiplas ameaças que a região enfrenta hoje. Entretanto, afirmou que existe um duplo desafio para a implementação da Declaração de Belém: por um lado, serão necessárias ações urgentes; por outro, os países precisarão desenvolver políticas públicas baseadas em evidências científicas e cenários regionalizados [35].

Moreira destacou a necessidade de os países perseguirem uma meta de desmatamento zero até 2030 e de combaterem atividades do crime organizado para alcançá-la. Este combate exigiria um fortalecimento das ações de cada governo nacional na Amazônia, especialmente nas áreas de fronteira, por meio de cooperações binacionais, trinacionais, investimentos na OTCA e formas modernas de governança [36]. Além disso, após conversa bilateral com o presidente do Brasil, Moreira apoiou que os países da OTCA atuem como bloco em arenas multilaterais e busquem cooperação internacional em temas como acesso a água, saneamento, tratamento de lixo, saúde e conectividade [37].

A secretária-geral destacou a Alemanha como uma parceira importante da OTCA, após encontro com Niels Annen, representante do Ministério de Relações Exteriores do país, ainda durante a cúpula [38]. A Alemanha ajudou, via cooperação técnica, na construção da secretaria geral da organização, em 2002, e desde então colaborou em diversos projetos para a Amazônia. As ações em vista para o futuro tratarão de combate a incêndios, monitoramento de mercúrio nos rios e promoção da bioeconomia.

Para além da dimensão governamental, a OTCA participou da organização de painéis e seminários durante os Diálogos Amazônicos, prévios à cúpula, que envolveram representantes da sociedade civil. Em um dos eventos, Moreira declarou que a participação social nas discussões é importante para se desfazer noções de que a Amazônia deve ser tratada como um santuário, onde não cabem ações humanas. Em vez disso, afirmou que a dimensão ambiental deve ser valorizada tanto quanto as dimensões social, econômica e cultural da Pan-Amazônia. Para tanto, as condições de vida da população local, sobretudo dos povos indígenas, devem ser melhoradas [39].

Um dia após a cúpula da OTCA, Moreira participou da abertura do encontro internacional “Inovação, Finanças & Natureza”, realizado ainda em Belém, no dia 10. O evento foi co-organizado pelo Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela iniciativa Nature Finance (dirigida por um representante do banco Itaú) e pela rede público-privada Uma Concertação pela Amazônia. A secretária-geral defendeu maiores investimentos em produções de agrofloresta, piscicultura, horticultura e farmácia [40].

Ainda durante o mês de agosto, a OTCA organizou um workshop sobre gestão nacional de água, na Bolívia [41]. Além disso, sua sede em Brasília recebeu a visita de representantes da Fiocruz para avaliar cooperações potenciais na área de saúde com o Brasil [42].



Notas e fontes

Bolívia

[1] Apenas em 2021, por exemplo, a perda de bosques florestais chegou a 268 mil hectares. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2023/01/desafios-ambientales-de-bolivia-en-2023-invasiones-y-deforestacion/>.

[2] Disponível em: https://eldeber.com.bo/edicion-impres/ideologia-e-intereses-economicos-frenan-objetivos-comunes-de-proteccion-de-la-amazonia_336735.

Brasil

[3] Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/lula-aide-calls-amazon-rainforest-summit-early-2023-2022-10-19/>.

[4] Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/exclusive-lula-pushes-brazil-indonesia-congo-cop-forest-alliance-if-elected-2022-08-31/>.

[5] Disponível em: <https://www.youtube.com/@FunagBrasil/streams>.

[6] Disponível em: <https://twitter.com/ItamaratyGovBr/status/1673780601755783168>.

[7] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/PTProgramaICursoDiplomaciaAmaznicaAIG.pdf.

[8] Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/dialogosamazonicos/relatorios>.

[9] Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/08/07/carta-dos-povos-indigenas-da-bacia-da-amazonia-aos-presidentes/>.

[10] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cupula-dos-paises-amazonicos-em-belem-pa>.

Colômbia

[11] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=457F1JV5b48>.

Equador

[12] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=457F1JV5b48>.

[13] Disponível em: <https://www.iadb.org/es/noticias/ecuador-completa-la-mayor-conversion-de-deuda-por-naturaleza-del-mundo-con-apoyo-del-bid-y>.

[14] Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/economia/extractivismo-yasuni-choco-andino-toma-fuerza-170600.html>.

[15] Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/economia/riesgo-pais-ecuador-tras-resultados-elecciones-presidenciales-2023-y-consulta-yasuni-nota/>.

[16] Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/elecciones-presidenciales-2023/candidatos-luisa-gonzalez-daniel-noboa-derechos/>.

[17] Disponível em: <https://www.larepublica.ec/blog/2023/08/29/luisa-dice-que-no-se-ha-dado-todavia-la-ultima-palabra-sobre-la-explotacion-petrolera-en-el-yasuni/>.

Guiana

[18] Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2021/11/07/georgetown-among-9-cities-forecast-to-be-under-water-by-2030-climate-central/>.

[19] Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2023/08/08/amazon-nations-summit-faces-fault-lines-on-oil-deforestation/>.

<https://guyanachronicle.com/2023/08/13/amazon-protection-and-climate-change>



[summits-provide-fresh-possibilities-for-caricom/](#).

<https://guyanachronicle.com/2023/08/11/preserving-amazonia/>.

<https://guyanachronicle.com/2023/08/31/guyana-to-champion-more-regional-financing-at-cop28/>.

[20] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2023/08/28/worst-oil-contract-should-be-replaced-with-new-model-agreement-oggn/>.

[21] Disponível em: <https://www.minfor.gov.gy/newsroom/his-excellency-president-dr-irfaan-ali-met-former-prime-minister-united-kingdom-sir-tony>.

[22] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/petroleo-fez-jorrar-dinheiro-na-guiana-mas-empurra-pais-para-encruzilhada.shtml>.

Peru

[23] Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/agencias/boluarte-viaja-a-cumbre-amazonica-en-brasil-su-primera-polemica-salida-al-exterior-nid07082023/>.

[24] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=457F1JV5b48>.

[25] Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2023/08/31/el-nino-hay-casi-9000-puntos-criticos-por-huaicos-e-inundaciones-cenepred-senamhi-miguel-yamasaki-dina-boluarte-1401045>.

[26] Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/gobierno/2023/08/07/dina-boluarte-el-viaje-de-dina-boluarte-a-brasil-busca-paliar-la-critica-internacional-viaje-dina-boluarte-batalla-de-junin-cooperacion-amazonica-457485>.

Suriname

[27] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/clima-e-ciencia/noticia/2023/08/02/presidentes-do-equador-e-suriname-desistem-de-ir-a-cupula-da-amazonia.ghtml>.

[28] Disponível em: <https://gov.sr/meeting-minister-milieu-brazilie-en-minister-milieu-suriname-vooruitlopend-op-de-acto-summit-in-belem-brazilie/>.

<https://gov.sr/suriname-verstevigt-relatie-met-staat-para-van-brazilie/>.

<https://gov.sr/suriname-neemt-deel-aan-ive-amazon-summit-van-acto/>.

[29] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/energia/guiana-ja-descobriu-na-margem-equatorial-75-do-petroleo-do-brasil/#:~:text=No%20Suriname%2C%20a%201%C2%AA%20descoberta,a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20comercial%20ainda%20engatinha>.

[30] Disponível em: <https://apnews.com/article/suriname-offshore-oil-drilling-totale-nergies-5bac80ac61b6649d4bf3b0297202e239>.

Venezuela

[31] Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/governo-so-soube-da-ausencia-de-maduro-na-chegada-de-comitiva/284963/>.

[32] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/08/08/venezuela-presentara-plan-accion-concreto-cumbre-amazonica/>.

[33] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=457F1JV5b48> ; <https://www.telesurtv.net/news/venezuela-delcy-rodriguez-cumbre-amazonica-20230808-0015.html>.

[34] Disponível em: <https://mppre.gob.ve/2023/08/09/mensaje-venezuela-cumbre-amazonia-profundo-dialogo/>.

OTCA

[35] Disponível em: <http://otca.org/pt/17806-2/>.

[36] Op. cit.



[37] Disponível em: <http://otca.org/pt/secretaria-geral-da-otca-e-lula-conversam-sobre-focar-agenda-no-combate-a-fome-e-a-ilicitos-ambientais/>.

[38] Disponível em: <http://otca.org/pt/secretario-estad-bmz-se-reune-em-belem-com-autoridades-da-otca-no-marco-da-cupula-da-amazonia/>.

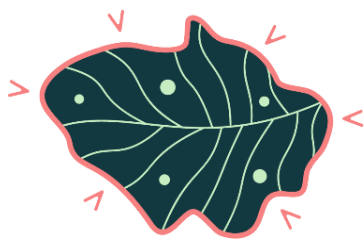
[39] Disponível em: <http://otca.org/pt/otca-atua-como-protagonista-de-atividades-durante-os-dialogos-amazonicos>.

[40] Disponível em: <http://otca.org/pt/secretaria-geral-da-otca-abre-evento-inovacao-financas-natureza-em-belem/>.

[41] Disponível em: <http://otca.org/pt/o-governo-da-bolivia-e-a-otca-reunem-especialistas-autoridades-e-a-sociedade-civil-para-tratar-acoes-estrategicas-para-a-gestao-integrada-e-sustentavel-da-agua-na-regiao-amazonica/>.

[42] Disponível em: <http://otca.org/pt/explorando-a-colaboracao-em-saude-ambiental-fundacao-oswaldo-cruz-visita-a-otca/>.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Setembro de 2023

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em 4 de setembro, comemorou-se o Dia Nacional das Áreas Protegidas na Bolívia. O país é conhecido como um dos quinze países “megadiversos” do mundo e conta com 23 áreas protegidas de nível nacional, inclusive na Amazônia, que somam o equivalente a 15% do território nacional. No dia 6 de setembro, o presidente da Bolívia, Luis Arce, reafirmou o compromisso boliviano de cuidar da “*Madre Tierra*” e das 23 áreas protegidas do país. Por sua vez, o ministro do Meio Ambiente e Água, Rubén Méndez, ressaltou os investimentos progressivos que estão sendo feitos em áreas como saneamento, irrigação e manejo de bacias para garantir água, financiamento para projetos de recuperação da cobertura vegetal, florestação, entre outros objetivos. Méndez destacou que esse investimento é essencial para o enfrentamento das crises climáticas que causam seca, cheias e escassez de água, tanto para consumo humano quanto para atividades da agropecuária. No total, os investimentos somam mais de \$ 8.241 milhões de pesos bolivianos.

Para reforçar este compromisso, o governo boliviano divulgou novas ações que envolvem a Amazônia: o início da construção da Planta de Transformação de Produtos da Amazônia Boliviana, no município de Puerto Rico; construção de moradias para população carente do município de El Torno, localizado na bacia amazônica; e implantação do Sistema de Água Subterrânea (*La Planchada*), que permitirá o fortalecimento da agropecuária na região.

Ademais, autoridades da Bolívia e do Brasil negociaram, no dia 28, a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Mamoré, que ligará as cidades de Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guayaramerin, no Departamento de Beni, também na Amazônia. Nas palavras do vice-ministro boliviano para comércio exterior, Benjamín Blanco, na reunião “foram consolidados e ratificados os compromissos e acordos que os nossos chefes de Estado fizeram. Nesse sentido, acordamos uma ata que define os próximos passos para a construção da ponte binacional”.

Além disso, o presidente Luiz Arce discursou na abertura da Assembleia das Nações Unidas (ONU), no dia 19, onde cobrou sobretudo ações dos países ricos ao afirmar que cada Estado deveria destinar recursos ao Fundo de Perdas e Danos do Clima (criado na COP-27, em 2022) proporcionalmente à sua responsabilidade histórica relativa à emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Arce ainda afirmou que a Agenda 2030 da ONU, que trata dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, só será cumprida quando acontecer uma inversão dos investimentos de “morte” em “vida”, isto é, em prol da paz e do enfrentamento da crise climática, o que deve ser acompanhado de transferência de tecnologia do Norte para o Sul



Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em setembro, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, compareceu a diferentes reuniões internacionais multilaterais, onde destacou continuamente a emergência climática e o papel da Amazônia no seu enfrentamento. No dia 9, em discurso na abertura da cúpula de líderes do G20, destacou que a proteção da floresta e o desenvolvimento sustentável da Amazônia estão entre as prioridades do seu governo. Informou que, nos primeiros oito meses de 2023, o desmatamento na floresta caiu 48% em relação ao mesmo período do ano passado. Lembrou que o Brasil sediou a Cúpula da Amazônia, em agosto, onde foi lançada uma nova agenda de cooperação entre os países que compartilham o bioma e um diálogo com países detentores de florestas tropicais na África e na Ásia [1]. Entretanto, em coletiva de imprensa, Lula declarou que pretende permitir que petróleo seja prospectado na Foz do Amazonas, para saber qual o tamanho das reservas existentes, mas que decisões sobre a sua exploração serão debatidas mais adiante [2].

No dia 16, Lula compareceu à Cúpula do G77 + China, realizada em Cuba. Em discurso, voltou a lembrar a realização da Cúpula da Amazônia e, desta vez, destacou que a colaboração entre os países amazônicos prevê cooperação científica e valorização de conhecimento das comunidades e instituições locais para o aproveitamento do patrimônio genético da biodiversidade, com proteção da propriedade intelectual e repartição justa de benefícios. Também mencionou que os países amazônicos se comprometeram a fortalecer o Observatório Regional da Amazônia, incumbido de sistematizar e monitorar dados para orientar políticas públicas. Por fim, lembrou que o Brasil sediará a COP-30 do Clima na Amazônia, na cidade de Belém, em 2025 [3].

No dia 19, Lula abriu os discursos de chefes de Estado na 78ª Assembleia Geral da ONU. Em determinado momento do discurso, declarou: “O mundo inteiro sempre falou da Amazônia. Agora, a Amazônia está falando por si”. Novamente, destacou que o Brasil organizou a Cúpula da Amazônia e que o desmatamento na porção brasileira da floresta vem caindo por conta do aumento de ações de fiscalização e combate a crimes ambientais. Afirmou que o futuro dos 50 milhões de sul-americanos amazônidas depende da ação decisiva e coordenada dos países que detêm soberania sobre o território da região. Além disso, anunciou a intenção de chegar à COP-28 do Clima, a ser realizada em Dubai neste ano, com uma visão conjunta entre os países detentores de florestas tropicais sobre as prioridades de preservação das bacias Amazônica, do Congo e do Bornéu-Mekong [4].

Além dos fóruns multilaterais, a Amazônia apareceu em diversas reuniões bilaterais do presidente brasileiro em setembro. Durante a cúpula do G20, na Índia, Lula se reuniu com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e com o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel. No encontro, criticou condicionantes apresentadas pela União Europeia para fechar um acordo econômico com o Mercosul que preveem sanções em caso de descumprimento de metas ambientais. Lula lembrou, mais uma vez, que o desmatamento na Amazônia caiu ao longo dos últimos meses e que os países amazônicos pretendem cooperar no tema [5].

Por sua vez, às margens da abertura da Assembleia Geral da ONU, Lula reuniu-se com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Mudanças climáticas e transição energética foram temas na conversa, sobre o que Biden declarou que os dois países mobilizarão “centenas de milhões de dólares para preservar a Amazônia e os ecossistemas cruciais da América Latina” [6]. Além disso, Lula teve também uma reunião bilateral com o primeiro-ministro da Noruega, Jonas Gahr Støre. O país é o maior doador ao Fundo Amazônia. Ambos conversaram sobre financiamento ambiental e investimentos em fontes de energia renováveis, mas também em petróleo, gás e mineração, setores da economia brasileira onde empresas norueguesas já atuam [7].

Também às margens da Assembleia Geral, ocorreu a Cúpula da Ambição Climática da ONU, no dia 20, organizada pelo secretário-geral, Antonio Guterres. Apenas países comprometidos a aumentar ambições de redução de emissões de gases de efeito estufa foram



convidados. Entre os países amazônicos, somente Brasil e Colômbia receberam convites. Por problemas de saúde, Lula não compareceu ao evento e enviou, em seu lugar, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente. A ministra anunciou que o Brasil vai elevar a Contribuição Nacionalmente Determinada no âmbito do Acordo de Paris: perseguirá uma redução de emissões de 48% até 2025 (hoje esta meta é de 37%) e de 53% até 2030 (hoje esta meta é de 50%) [18].

No dia 25, Lula recebeu a visita, em Brasília, do primeiro-ministro do Vietnã, Pham Minh Chinh. O país asiático abriga porções de floresta tropical em seu território. Os acordos de cooperação bilateral assinados estipulam uma colaboração no setor de florestas. Mais especificamente, preveem cooperação técnica em recuperação e melhoria de pastos em áreas tropicais para aumentar a eficiência da pecuária com preservação de biodiversidade. Também estipulam ações para promover sistemas agroflorestais, nos quais se busca aumentar a produção agrícola sem incorrer em plantações monocultoras [8].

Finalmente, no dia 28, Lula teve uma conversa telefônica com seu homólogo boliviano, Luis Arce. Ambos anunciaram a retomada de um projeto de construção de uma ponte internacional sobre o Rio Mamoré, planejada em acordo bilateral de 2007, mas não concretizada até hoje. A ponte teria cerca de 1.220 metros e conectaria as cidades de Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guyaramerin, na Bolívia. O Mamoré faz parte da bacia amazônica [9].

Para além da agenda internacional, a Amazônia foi tema de anúncios domésticos importantes por parte do presidente brasileiro, feitos no dia 5 de setembro, considerado Dia da Amazônia. Em cerimônia no Palácio do Planalto, ao lado das ministras Marina Silva e Sonia Guajajara (Povos Indígenas), Lula assinou decretos que criaram duas novas terras indígenas: a de Rio Gregório (na cidade de Tarauacá, estado do Acre, ocupada pelos povos Katukina e Yawanawá) e a de Acapuri de Cima (na cidade de Fonte Boa, estado do Amazonas, ocupada pelo povo Kokama). Em abril, Lula já havia homologado outras seis terras indígenas [10].

Além disso, o presidente criou e ampliou unidades de conservação florestais. Por decreto, instituiu a Floresta Nacional do Parima, em Roraima, com cerca de 100 mil hectares, a fim de formar um corredor ecológico, partindo da fronteira com a Venezuela até a Terra Indígena Waimiri-Atroari, no Amazonas. Foram ampliadas, ainda, as áreas do Parque Nacional do Viruá e da Estação Ecológica de Maracá, também em Roraima. As medidas visam a contribuir para o Brasil alcançar a meta de desmatamento zero até 2030 [10].

No mesmo sentido, o presidente reinstituiu a Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. O órgão foi extinto no governo Bolsonaro. Seu objetivo é ampliar a destinação de terras públicas, priorizando políticas de conservação ambiental e uso social da terra. No que toca a Amazônia, a recriação da câmara técnica será acompanhada pela publicação de uma chamada para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para a região. A ATER Bioma Amazônia prevê R\$ 20 milhões para projetos de agricultura familiar de base agroecológica, com seis mil famílias beneficiadas inicialmente [10].

Lula também anunciou que o governo está preparando um decreto para aumentar parcerias com municípios. A expectativa é criar o Programa União com Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais, que daria apoio financeiro a municípios para fazerem prevenção, monitoramento, controle e redução de desmatamento e degradação florestal na Amazônia [10]. Além disso, o presidente anunciou a destinação de R\$ 600 milhões do Fundo Amazônia, até 2025, para municípios considerados prioritários no combate ao desmatamento e aos incêndios florestais [10]. Lembrou que a quantidade de terras da União na Amazônia Legal soma 50 milhões de hectares, equivalente ao tamanho da Espanha, o que exige diálogo com prefeitos e governadores para a sua proteção [11].

Ainda no dia 5, Lula participou da cerimônia de encerramento dos cursos de formação profissional da Polícia Federal, em Brasília, ao lado do ministro Flávio Dino (Justiça). Na



cerimônia, 241 candidatos concluíram a formação: 116 agentes, 89 escrivães e 36 delegados. Todos os policiais serão designados para atuar em delegacias e superintendências da Polícia Federal situadas na Amazônia Legal, seguindo diretriz do governo federal [12].

No que toca o trabalho do Ministério de Relações Exteriores, para além da preparação das viagens e reuniões internacionais do presidente ao longo de setembro, convém destacar o envio de uma carta à União Europeia, assinada por outros 16 países, na qual o Brasil manifesta uma preocupação com a “Lei Antidesmatamento” do bloco (“EU Deforestation Regulation”), anunciada em junho. A medida busca dificultar a entrada de bens, no mercado europeu, que tenham sido produzidos a partir de desmatamento. Na visão dos países signatários da carta, a medida impõe custos imensos aos seus produtores. Segundo o Itamaraty, o Brasil já mantém um firme compromisso com o combate ao desmatamento e tem fortalecido atividades de fiscalização e preservação das florestas brasileiras, em particular na Amazônia [13].

Além disso, no dia 18, o vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, foi recepcionado no Palácio do Itamaraty. Alckmin apresentou, ao corpo diplomático, as principais diretrizes do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que prevê R\$ 1,7 trilhão em investimentos em diversos setores da economia. O vice-presidente destacou o compromisso do governo com a preservação da Amazônia e a importância dos investimentos que serão feitos em energia renovável e infraestrutura na região. Para ilustrar o tamanho do desafio, lembrou que apenas um município no Pará, Altamira, tem o tamanho de Portugal [14].

Por fim, a embaixada do Brasil na Alemanha organizou a Semana da Amazônia, entre os dias 11 e 15 de setembro. O evento de abertura contou com a presença de representantes dos governos brasileiro e alemão, deputados e acadêmicos. Seu principal objetivo foi divulgar projetos e ações do Brasil para a proteção da Amazônia, assim como trocar perspectivas sobre como a ciência e a tecnologia podem ser utilizadas em prol do desenvolvimento sustentável da região [15].

A despeito da centralidade da pauta climática e ambiental nos discursos oficiais, cabe mencionar, para além das agendas do presidente e do MRE, que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) está entre aqueles que sofrerão corte orçamentário no ano de 2024. A pasta terá uma redução de 16% no orçamento, o que representa uma perda de aproximadamente R\$ 700 milhões, reduzindo o montante de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 3,6 bilhões. O corte é previsto pelo projeto de lei orçamentária entregue ao Congresso Nacional. Se comparado ao orçamento de 2014 (o maior da série histórica do MMA), que era de R\$ 13,1 bilhões, a redução representa uma queda de 72% [16].

Por outro lado, o MMA anunciou uma medida positiva em matéria de investimento social: a retomada do programa Bolsa-Verde, que estava parado há seis anos. O programa pretende pagar R\$ 600,00 para pessoas de baixa renda (inicialmente, cerca de 6.251 famílias) através da Caixa Econômica Federal. O objetivo é apoiar, trimestralmente, famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em assentos ambientalmente diferenciados da reforma agrária e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais. O programa engloba as diversas comunidades amazônicas e, segundo apontamentos do governo, 55.812 famílias podem ser beneficiadas no futuro. O recebimento da Bolsa-Verde não retira o direito de participação dos beneficiados em outros programas do governo federal [17].

Colômbia

Por Isabella Pereira e Julia Furtado Reis

No dia 20 de setembro, o presidente colombiano Gustavo Petro participou da Cúpula de Ambição Climática, reunião promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em sua sede nos Estados Unidos, em paralelo à Semana do Clima de Nova York e à Assembleia Geral da ONU [1]. A reunião visava a acelerar a descarbonização da economia global e buscar soluções conjuntas para o enfrentamento das mudanças climáticas. Lideranças



governamentais, empresariais e sociais participaram da reunião. A cúpula é um dos principais eventos que precedem a COP28, que será realizada entre novembro e dezembro de 2023 em Dubai [2].

Na ocasião, Petro foi enfático ao pontuar que a interrupção da produção e do consumo de petróleo, carvão e gás em curto prazo é a principal tarefa a ser realizada para que os países alcancem resultados relevantes na mitigação das mudanças climáticas e na proteção da Amazônia. “O verdadeiro objetivo que todos os países deveriam ter é tender a zerar a produção e a demanda de petróleo, carvão e gás no curto prazo. Caso contrário, a vida não será salva”, pontuou o mandatário colombiano [3]. Um dos obstrutores para a consecução deste objetivo seria o *lobby* do capital fóssil, isto é, das grandes produtoras de combustível fóssil, que atrasa o desenvolvimento de políticas de transição energética, segundo o presidente colombiano. Dessa forma, a solução deveria envolver engajamento estatal. O presidente propôs a eliminação do subsídio aos combustíveis fósseis, medida adotada pela Colômbia em 2022 [4].

Além disso, as propostas de reestruturação do sistema financeiro mundial e de ampliação dos investimentos do Norte geopolítico, feitas por Petro na cúpula da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em agosto, e durante o seu discurso na 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), no dia 19 de setembro, foram novamente reforçadas. Petro apontou que a compensação de países produtores de petróleo, gás e carvão, como a própria Colômbia, não pode depender do capital privado. Por isso, propôs que seja criado um fundo significativo com investimento estatal oriundo, principalmente, do Norte geopolítico, projeto este intitulado pelo presidente colombiano de “Plano Marshall para Vida”.

Finalmente, o presidente reforçou a proposta que vem desenhando junto aos demais Estados pan-amazônicos de revitalizar a Floresta Amazônica. Esta é vista por Petro como a “esponja do mundo” devido a sua importância na captura de carbono da atmosfera. No entanto, para que este projeto seja posto em marcha, segundo ele, é crucial que haja apoio financeiro, de forma que seja possível substituir as atividades produtoras e predadoras que ocorrem na região.

Equador

Por Ghaio Nicodemos

No dia 5 de setembro, o presidente equatoriano, Guillermo Lasso, anunciou, em evento público, o lançamento do projeto do Biocorredor Amazônico, que cobrirá 6 milhões de hectares de floresta e 18 mil quilômetros de cursos fluviais na região amazônica do país. O desenho do projeto contou com a coautoria da *Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana* (CONFENIAE), do ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica, e da organização não-governamental estadunidense *The Nature Conservancy*.

O Biocorredor Amazônico ambiciona propiciar, através de variadas políticas públicas, a conectividade territorial, a conservação de fauna e flora, medidas de transição climática, ações de mitigação de danos pelas mudanças climáticas e apoio e proteção das comunidades locais que vivem na região, equilibrando salvaguardas ambientais e proteção social. O território demarcado inclui 11 nacionalidades indígenas, com um total de 200 mil habitantes. O projeto parte de uma rede de governança que integra governos locais, comunidades indígenas, ONGs e o ministério do Meio Ambiente, responsáveis por implementar e fiscalizar políticas de proteção do bioma amazônico, a biodiversidade e os cursos de água doce.

Guiana

Por Guilherme Fritz

O presidente do país, Irfaan Ali, discursou na abertura da 78ª Assembleia Geral



das Nações Unidas, no dia 20 de setembro. Durante a fala, reforçou o compromisso com a conservação da floresta amazônica, mas também acentuou o importante papel que os países desenvolvidos precisam desempenhar para que a Guiana consiga manter o trabalho de preservação [1].

O apelo de Ali é melhor compreendido à luz da configuração da economia de seu país. A grande quantidade de petróleo descoberto na costa do país, em 2015, vem atraindo investimentos do capital estrangeiro. Empresas do setor de óleo e gás, como a ExxonMobil, vêm atuando na extração de petróleo offshore e contribuindo para o crescimento do PIB do país. No primeiro semestre de 2023, o crescimento foi de 59,5%, puxado majoritariamente pela atividade de óleo e gás, mas não apenas: outros setores da economia também cresceram em razão de um aumento de produtividade, como a agricultura, a pesca e a mineração – nesta, o crescimento econômico foi de 89,9% [3]. Entretanto, as atividades econômicas que exploram a terra tendem a expandir-se sem levar em conta o uso sustentável do solo. A rentabilidade do mercado de crédito de carbono ainda é baixa para apoiar projetos de conservação.

Relacionado a este problema, outra questão também mencionada por Ali na AGNU foi a soberania alimentar dos países caribenhos. Segundo o presidente, a região não é autossuficiente e lida com uma questão urgente de insuficiência alimentar. A Guiana se posiciona como uma liderança de países da região, de tal forma que apoia a intenção do CARICOM é de reduzir em 25% o nível de importações de alimentos até 2025. A Guiana pretende aumentar a produção de alimentos dentro de suas fronteiras, principalmente a de arroz e, para isso, criou o Guyana Rice Development, um conselho com a função específica de ajudar a aumentar a produtividade do cereal [5]. Para que a empreitada não implique uma exploração extensiva do solo, seria necessário um aporte financeiro, técnico e tecnológico por parte dos países mais ricos, segundo Ali.

A combinação destes elementos converge com a preservação da floresta amazônica, segundo Ali, pois a crise climática não é a única no planeta: há uma crise social que a atravessa e que deriva das desigualdades entre países ricos e pobres. Uma ferramenta que a Guiana possui para que parte da renda oriunda de créditos de carbono seja descentralizada e convertida em um meio para a preservação é a transferência direta de 15% dos valores obtidos para as comunidades indígenas, conforme o presidente [1].

Além de comparecer à AGNU, em Nova York, Ali estendeu sua viagem aos Estados Unidos em três dias. Em 16 de setembro, participou de um evento na National Defense University, em Washington. Em novo discurso, articulou as questões de defesa e clima, afirmando que estratégias nacionais de defesa não podem mais deixar de incluir os efeitos das mudanças climáticas para a instabilidade social. Além disso, afirmou que a parceria com os Estados Unidos seria fundamental para o sucesso da defesa guianense neste aspecto. Nos seus termos: “Temos que ser capazes de acelerar o desenvolvimento humano, por meio da nossa capacidade de defesa, através de um relacionamento ampliado, mais forte e mais focado com o SOUTHCOM (Comando Militar do Sul dos EUA) e esta instituição” [2].

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No dia 7 de setembro, o Peru e mais 17 países [1] assinaram uma carta em Bruxelas, na Bélgica, solicitando à União Europeia que reconsidere sua “lei antidesmatamento” (*EU Deforestation Regulation*), a qual estipula exigências para um comércio livre de desmatamento. A carta expressa preocupações quanto ao caráter punitivo e discriminatório da lei europeia. Com essa iniciativa, os países signatários visam não apenas garantir uma aplicação justa das regulamentações, como também buscam evitar encargos que possam aumentar os custos de produção de pequenos produtores de bens agrícolas.

Os 17 países argumentam que a lei europeia tem um conteúdo único, aplicado a

todos os casos, o que exclui especificidades de produção, realidades e normas nacionais, como é o caso do Peru, que se destaca na agroexportação de café e cacau. Desse modo, a adesão à carta por parte do país peruano se deu a fim de garantir que não haja ônus excessivo para seus produtores. O governo do Peru reconheceu a importância de regras para a preservação da floresta amazônica, desde que considerem com atenção os pequenos produtores, cooperativas agrárias e comunidades.

Em sequência, no dia 11 de setembro, como parte da Semana da Amazônia na Alemanha, o Consulado Geral do Peru em Frankfurt organizou o evento “Exposição de Projetos da Sociedade Zoológica de Frankfurt na Amazônia Peruana”. O evento teve como público-alvo estudantes peruanos em universidades alemãs e membros da comunidade peruana envolvidos na promoção cultural e artística da Amazônia. Na abertura do evento, o cônsul-geral do Peru, Carlos Alberto Linares Villegas, ressaltou o dever de proteção, conservação e desenvolvimento que o país tem com a Amazônia. Sua fala salientou a importância de unir esforços de cooperação nacional e internacional para preservar a riqueza ecológica da região amazônica.

Esses dois eventos demonstram como o atual governo peruano, por meio da defesa de pautas ambientais, vem tentando reinserir o país nos foros multilaterais ao propor e aderir a uma maior cooperação com outros Estados. A atual presidente do país, Dina Boluarte, é contestada por diferentes grupos domésticos, seja pela forma como ascendeu ao poder (após o *impeachment* e prisão do ex-presidente Pedro Castillo), seja pela repressão que comandou contra manifestantes e que resultou em mortes.

Suriname

Por Guilherme Fritz

No mês de setembro, o presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi, compareceu a importantes eventos de caráter multilateral, como a Cúpula do G77+China, em Cuba, e a abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Em ambas as reuniões, o discurso do presidente buscou reforçar o compromisso com a responsabilidade climática, mas ao mesmo tempo ressaltou a importância que os países desenvolvidos devem ter para que o desafio climático seja superado sem que as assimetrias econômicas sejam menosprezadas. Chan Santokhi fez questão de reforçar seu compromisso com a Agenda 2030 da própria ONU [1].

Mais de 95% do território do Suriname é coberto por florestas, grande parte por vegetação amazônica. Sendo assim, o país é um dos poucos do planeta com taxas de carbono negativas, ou seja, possui a capacidade de capturar mais carbono do que emitir [2]. Contudo, mais de 85% das exportações do país devem-se à mineração do ouro, atividade que, necessariamente, implica em desmatamento e ao esgotamento da terra [3]. É a partir dessa realidade que o presidente reforçou a necessidade de maior financiamento e transferência tecnológica para que o país possa continuar preservando suas florestas, mas também combater a desigualdade econômica à qual está condicionado [1].

Além dos discursos nos organismos multilaterais, Santokhi também foi aos Estados Unidos para buscar investidores para exploração de petróleo, pois grandes reservas foram descobertas na costa marítima em 2020 [4]. Sendo assim, em seu discurso na AGNU, o presidente reforçou a necessidade da combinação entre os investimentos no setor de óleo e gás com as captações de financiamento via mercado de créditos de carbono. Também aproveitou para anunciar o lançamento de títulos de crédito de carbono com base nas determinações do Acordo de Paris de 2015 [1]. A capacidade de atrair financiamento está diretamente ligada à possibilidade de o Suriname diminuir as atividades predatórias em relação à floresta, principalmente em relação à mineração.



Venezuela

Por Taís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em setembro de 2023, o principal acontecimento no território amazônico da Venezuela foi a evacuação de mais de 13 mil pessoas do Parque Nacional Cerro Yapacana, no estado do Amazonas. Parte dessas pessoas estavam envolvidas com atividades de mineração ilegal. Após esse ato, o Parque foi declarado “território livre de mineração ilegal”. A evacuação fez parte da “Operação Escudo Bolivariano Autana 2023”, conduzida pelo Comando Estratégico Operacional de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana (CEOFANB) desde 1º de julho de 2023. Essa Operação é uma continuidade das operações que começaram em 2022: Cacique Aramare 2022, Roraima 2022 e Autana I - 2022.

Nicolás Maduro, durante a celebração do 18º aniversário do CEOFANB em 29 de setembro, condecorou os comandantes da Operação Autana 2023, reconhecendo o trabalho realizado pelos militares no Parque e congratulando-os pela defesa da soberania nacional da Venezuela. Nesse mesmo dia, a terceira fase da Operação Autana 2023 teve início. Foi estabelecido um Conselho de Vice-Presidentes Setoriais, liderado pela Vice-Presidente Delcy Rodríguez, que se reunirá semanalmente para analisar o processo de reflorestamento, arborização e recuperação do equilíbrio da Amazônia no Parque Nacional Cerro Yapacana.

Nessa nova fase, o presidente venezuelano autorizou o comandante geral do CEOFANB, Domingo Hernández Lárez, a coordenar ações com o Ministério da Defesa da Colômbia, bem como com suas forças públicas, com o intuito de evitar a destruição da Amazônia venezuelana. Para Maduro, as máfias colombianas são responsáveis pelo ecocídio contra a Amazônia.

Por fim, vale destacar, no âmbito da política externa, a participação em dois fóruns internacionais. Na Cúpula do G77 + China, em Havana, Maduro não mencionou a região ou a questão das mudanças climáticas em seu discurso, porém assinou a declaração final do encontro, que incluiu a busca pela “promoção e apoio urgente ao avanço tecnológico nos países em desenvolvimento para garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo que nos permita enfrentar as alterações climáticas, a pobreza e as futuras pandemias”.

Por sua vez, no discurso da abertura da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Nova York, o chanceler Yvan Gil reforçou que não se deve mudar o clima, mas sim o sistema. O chanceler destacou a necessidade de maior financiamento para os países em desenvolvimento e de responsabilização dos países desenvolvidos pelas mudanças climáticas, ressaltando os princípios de equidade e de responsabilidades comuns porém diferenciadas. Gil, no entanto, não mencionou o território amazônico em seu discurso.

OTCA

Por Diogo Ives

No Dia da Amazônia – 5 de setembro –, a OTCA publicou um comunicando em seu site no qual celebrava a data, afirmava-se como uma promotora de estratégias de cooperação entre os países amazônicos e saudava a Declaração de Belém, aprovada na cúpula de chefes de Estado, realizada em agosto. A organização elencou como destaques da declaração os seguintes objetivos: promover a economia verde, implementar políticas de proteção e recuperação de áreas degradadas, fomentar pesquisas científicas e articular ações para combater o desmatamento e a mineração ilegal [1].

Além disso, em 7 e 8 de setembro, a OTCA e o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia organizaram, na cidade de Letícia, um workshop com atores nacionais relevantes do país sobre o Programa de Ações Estratégicas, vinculado ao Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF). Este programa, criado em 2017, é endossado por todos os países da OTCA e busca garantir uma gestão integrada, sustentável e participativa dos recursos hídricos transfronteiriços da bacia do Amazonas [2].

Por sua vez, o Peru sediou um evento semelhante nos dias 26 e 27, em Lima, também

com colaboração da OTCA, para instruir membros do governo e da sociedade civil sobre os objetivos do Programa de Ações Estratégicas. Workshops desse tipo serão organizados em todos os países membros (o primeiro ocorreu na Bolívia, em agosto). A partir destes eventos, espera-se que cada país formule um Plano de Ação Nacional para a gestão da bacia amazônica, com sensibilidade às mudanças climáticas e à diversidade de gênero [3].

Notas e fontes

Bolívia

Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2023/09/el-presidente-arce-reafirma-su-compromiso-de-cuidar-las-23-areas-protegidas-en-el-pais/>.

Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2023/09/el-gobierno-nacional-invierte-mas-de-bs-8-200-millones-en-838-proyectos-de-agua-saneamiento-y-riego/>.

Disponível em: <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/politica/presidente-aboga-en-la-onu-por-el-multilateralismo-y-propone-construir-un-nuevo-pacto-para-el-futuro>.

Disponível em: <https://twitter.com/LuchoXBolivia/status/1705429391117844729>.

Disponível em: <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/politica/bolivia-y-brasil-trabajan-para-materializar-a-la-brevedad-posible-la-construccion-del-puente-binacional>.

Disponível em: <https://twitter.com/LuchoXBolivia/status/1707856986711195876>.

Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/webmre/>.

Brasil

[1] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-abertura-da-cupula-do-g20>. Acesso em 02/10/2023.

[2] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/es/seguir-al-gobierno/entrevistas/entrevista-colectiva-concedida-por-el-presidente-de-la-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-des-pues-de-la-participacion-en-la-cumbre-del-g20-en-india>. Acesso em 02/10/2023.

[3] Disponível: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-do-g-77-china-em-cuba>. Acesso em 02/10/2023.

[4] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>. Acesso em 02/10/2023.

[5] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/presidente-cobra-clareza-de-europeus-sobre-acordo-com-mercosul>. Acesso em 02/10/2023.

[6] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/em-encontro-com-joe-biden-lula-destaca-potencial-da-transicao-energetica-no-brasil>. Acesso em 02/10/2023.

[7] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/lula-se-reune-com-primeiro-ministro-da-noruega-em-nova-york>. Acesso em 02/10/2023.

[8] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-visita-do-primeiro-ministro-do-vietna-ao-brasil-25-de-setembro-de-2023. Acesso em 02/10/2023.

[9] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-09/brasil-e-bolivia-retomam-projeto-de-ponte-binacional>. Acesso em 02/10/2023.

[10] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/no-dia-da-amazonia-presidente-homologa-terras-indigenas-e-assina-atos-para-protecao-da-floresta>. Acesso em 02/10/2023.



[11] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/lula-municipios-receberao-r-600-milhoes-do-fundo-amazonia-para-combate-ao-desmatamento>. Acesso em 02/10/2023.

[12] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/09/lula-participa-de-encerramento-dos-cursos-de-formacao-da-policia-federal>. Acesso em 02/10/2023.

[13] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/carta-de-paises-em-desenvolvimento-a-autoridades-europeias-sobre-a-entrada-em-vigor-da-chamada-201clei-antidesmatamento201d-da-uniao-europeia. Acesso em 03/10/2023.

[14] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/vice-presidente/discursos/pronunciamento-do-presidente-em-exercicio-geraldo-alkmin-em-cerimonia-de-apresentacao-do-novo-pac-ao-corpo-diplomatico>. Acesso em 03/10/2023.

[15] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-berlim/noticias/2023/set/secretaria-ana-toni-mma-presente-na-semana-da-amazonia-11-a-15-de-setembro>. Acesso em 03/10/2023.

[16] Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/vitrine-do-governo-lula-ministerio-do-meio-ambiente-sofrera-corte-de-r-700-milhoes-em-2024-01092023>. Acesso em 04/10/2023.

[17] Disponível em: <https://www.acheconcursos.com.br/beneficios-sociais/caixa-bolsa-verde-de-600-quem-recebe-consulta-64751>. Acesso em 04/10/2023.

[18] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/10/09/fim-das-pedaladas-climaticas-e-eliminacao-dos-combustiveis-fosseis-cupula-de-ambicao-climatica-da-onu-em-nova-york/>. Acesso em 10/10/2023.

Colômbia

[19] Disponível em: <https://petro.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Eliminar-por-completo-subsidios-a-los-combustibles-fosiles-en-el-mundo-propuesta-del-presidente-Gustavo-Petro-230920.aspx>.

[20] Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/imprensa/paises-foram-pouco-ambiciosos-na-cupula-da-ambicao-climatica-da-onu-caminho-para-cop28>.

[21] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/gustavo-petro-en-cumbre-de-accion-climatica-807877>.

[22] Disponível em: <https://www.larepublica.co/economia/se-acabo-el-subsidio-al-precio-de-la-gasolina-y-los-precios-comenzaran-a-subir-3384500>.

Equador

Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/un-hito-mas-en-conservacion-ecuador-anuncia-la-creacion-del-biocorredor-amazonico/>.

Disponível em: <https://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2023/09/2023.09.05-BIOCORREDOR-AMAZONICO.pdf>.

Guiana

[23] Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/78/guyana>. Acesso em 05/10/2023.

[24] Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2023/09/16/climate-change-must-be-considered-in-defence-strategies-president-ali/>. Acesso em 05/10/2023.

[25] Disponível em: <https://guyanatimesgy.com/guyana-records-59-5-economic-growth-in-1st-half-of-2023/>. Acesso em 05/10/2023.

[26] Disponível em: <https://op.gov.gy/index.php/2023/09/02/guyana-leading-caricoms-drive-to-reduce-food-bill-with-transformative-projects-president-ali/>. Acesso em 05/10/2023.

Peru

[27] Junto ao Peru, assinaram a carta os seguintes países: Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Honduras, Gana, Guatemala, Indonésia, Malásia, México, Nigéria, Paraguai, República Dominicana, Tailândia.

Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/carta-de-paises-em-desenvolvimento-a-autoridades-europeias-sobre-a-entrada-em-vigor-da-chamada-201clei-antidesmatamento201d-da-uniao-europeia.

Disponível em: <https://elpais.com/clima-y-medio-ambiente/2023-09-11/brasil-mexico-colombia-indonesia-y-otros-13-paises-reclaman-a-la-ue-que-reconsidere-su-ley-contra-la-deforestacion.html>.

Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/833891-peru-y-16-paises-suscriben-carta-conjunta-solicitando-a-la-union-europea-mitigar-efectos-de-reglamento-sobre-comercio-libre-de-deforestacion>.

Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/835831-el-peru-celebra-la-semana-de-la-amazonia-en-alemania>.

Surinames

[28] Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/78/suriname>. Acesso em: 06/10/2023.

[29] Disponível em: <https://zephyrnet.com/pt/suriname-assume-a-lideran%C3%A7a-na-venda-de-cr%C3%A9ditos-de-carbono-sob-acordo-de-paris/>. Acesso em: 06/10/2023.

[30] Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/09/22/world/americas/gold-mercury-mining-poison.html>. Acesso em: 06/10/2023.

[31] Disponível em: <https://www.waterkant.net/suriname/2023/09/20/president-santokhi-moedigt-amerikaanse-investeringen-in-suriname-aan/>. Acesso em: 06/10/2023.

Venezuela

Disponível em: http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=25316.

Disponível em: http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=25309.

Disponível em: http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=25302.

Disponível em: http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classMostrarEvento3.php?id_evento=25257.

Disponível em: <http://www.minec.gob.ve/jefe-de-estado-respalda-operacion-autana-en-defensa-de-la-soberania-nacional/>.

Disponível em: <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/a-pan-amazonia/amazonia-na-venezuela.html>.

Disponível em: <https://www.defensa.com/venezuela/venezuela-lanza-simultaneamente-operaciones-roraima-2022-autana>.

Disponível em: <https://istoe.com.br/militares-desalojam-mais-de-11-500-mineradores-ilegais-de-reserva-natural-na-venezuela-2/>.

Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/78/venezuela-bolivarian-republic>.

Disponível em: <https://www.celag.org/cumbre-g77-china-en-cuba/>.

OTCA

[32] Disponível em: <http://otca.org/pt/dia-da-amazonia/>. Acesso em 03/10/2023.

[33] Disponível em: <http://otca.org/pt/colombia-realiza-esta-semana-a-oficina-na>



[cional-de-implementacao-do-pae-para-a-gestao-integrada-das-aguas-na-bacia-amazonica/](#). Acesso em 03/10/2023.

[34] Disponível em: <http://otca.org/pt/peru-reafirma-seu-compromisso-com-os-esfor-cos-regionais-para-a-gestao-sustentavel-da-bacia-amazonica/>. Acesso em 03/10/2023.

